

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ FERNANDO ZELINSKI DA SILVA

PLUTOCRACIA EM JOGO: A REFORMA DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E  
AS ELEIÇÕES PARA PREFEITO EM 2016

CURITIBA

2020

LUIZ FERNANDO ZELINSKI DA SILVA

PLUTOCRACIA EM JOGO: A REFORMA DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E  
AS ELEIÇÕES PARA PREFEITO EM 2016

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, na linha de Instituições Políticas e Processos Decisórios, do Curso de Pós-graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Silva, Luiz Fernando Zelinski da  
Plutocracia em jogo : a reforma do financiamento de campanha e as  
eleições para prefeito em 2016. / Luiz Fernando Zelinski da Silva. – Curitiba,  
2020.

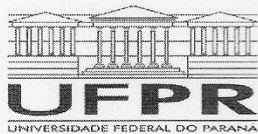
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas  
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

1. Eleições municipais - Brasil. 2. Finanças municipais. 3. Administração  
pública – Orçamento. 4. Prefeitos - Eleições. I. Horochovski, Rodrigo Rossi,  
1970 -. II. Título.

CDD – 324.981

## FOLHA DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -  
40001016061P2

### TERMO DE APROVAÇÃO

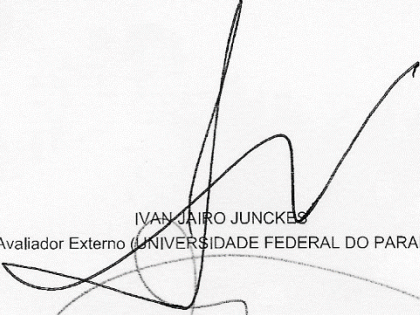
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUIZ FERNANDO ZELINSKI DA SILVA**, intitulada: **PLUTOCRACIA EM JOGO: A REFORMA DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E AS ELEIÇÕES PARA PREFEITO EM 2016**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 28 de Fevereiro de 2020.

  
RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI  
Presidente da Banca Examinadora

  
WAGNER PRALON MANCUSO  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

  
IVAN JAIR JUNCKER  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

  
FABRÍCIO RICARDO DE LIMA TOMIO  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Por acreditar que fiz valer a pena, dedico este trabalho à minha mãe Ivete Cristina Zelinski, ao meu pai Nasir Marcelino da Silva e ao meu irmão Leonardo Senna Zelinski da Silva. Por favor, me desculpem pela ausência. Ofereço aos amigos de A&F, em especial ao Phillipe e ele sabe o porquê. Ao Gilberto, Diogo e Rodrigo, sempre receptivos em minhas esporádicas viagens para Foz. Aos fantásticos e maravilhosos Tatiane de Almeida, Eduardo Miranda, Maiane Bittencourt, Breno Pacheco, Katiano Miguel e Fabrício Tomio, amigos com quem muito aprendo. Aos meus demais colegas Giovanna, Diogo, Ulisses, Elias, Pablo, Geissa. Ao Adriano Codato, sempre paciente e disposto a ajudar. Ao bom amigo Nelson do Rosário. Ao admirável Ivan Junckes. À fantástica Débora Furlan. Mas, sobretudo, dedico este trabalho a ele que mostrou o caminho e me orientou magistralmente, Rodrigo Rossi Horochovski e à sua esposa Marisete Hoffmann, por quem nutro um profundo carinho. É difícil não cometer injustiças em momentos como este, sendo assim, aos que participaram direta e indiretamente comigo nesta jornada nada fácil, sintam-se citados e abraçados. Por fim, lembro a todos o que digo sempre: *“Olhe lá de onde viemos e onde agora estamos. Quem diria, heim? Que fase!”*

**#vencemos!**

*A função da arte I*

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul.

Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas,  
esperando.

Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza.

E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai:

*\_Me ajuda a olhar!*

**GALEANO, Eduardo. *O livro dos Abraços*. Tradução Eric Nepomuceno. Porto Alegre: Editora L&PM, 2017.**

## RESUMO

Este trabalho investiga os efeitos do desenho institucional estabelecido pela “minirreforma eleitoral de 2015” no desempenho eleitoral de candidatos nas eleições municipais de 2016. O recorte escolhido para responder ao problema da pesquisa é de 92 municípios que à época possuíam mais de 200 mil eleitores. O número de casos estudados é de 632. Por meio da construção de um banco de dados, que tem como fonte o Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral, buscou-se para cada uma das três hipóteses deste trabalho arquitetar um modelo com maior capacidade preditiva mediante a aplicação de técnica estatística de regressão linear simples e multivariada. Para a H1 deste trabalho, combinou-se o total de financiamento recebido pelo candidato e demais elementos de natureza individual para mensurar o grau de determinação no desempenho eleitoral do candidato. Para a H2, os elementos de natureza individual do candidato são combinados para mensurar o grau de determinação no acesso ao financiamento. A H3, combina posição do partido do candidato no espectro ideológico Esquerda-Direita para determinar o grau de desempenho eleitoral, bem como o acesso ao financiamento. Os resultados apontam no sentido de que o financiamento continua a ser o principal elemento capaz de determinar o resultado de uma eleição; que os elementos de natureza individual do candidato pouco determinam o acesso ao financiamento; que a posição do partido do candidato no espectro ideológico Esquerda-Direita não se mostrou suficientemente capaz de determinar nem o desempenho eleitoral, nem o acesso ao financiamento. Nesse sentido, o que se viu foi que o desenho institucional estabelecido pela minirreforma não cumpriu a sua função em combater a plutocratização da política e que, ao contrário disso, promoveu e legitimou eleições com condições de disputas bastante desiguais entre os candidatos. Os achados e resultados deste trabalho podem e devem contribuir tanto com a literatura, ao preencher uma lacuna sobre um recorte de estudo até o momento em menor número estudado, bem como subsidiar por meio de elementos empíricos as discussões a respeito de futuras reformas eleitorais no sistema eleitoral brasileiro.

Palavras-chave: reforma eleitoral; eleições municipais; financiamento eleitoral; prefeitos; plutocracia.

## ABSTRACT

This work investigates the effects of the institutional design established by the “mini electoral reform of 2015” on the electoral performance of candidates in the 2016 municipal elections. The chosen section to answer the research problem is 92 municipalities that at the time had more than 200 thousand voters. The number of cases studied is 632. Through the construction of a database, which is based on the Electoral Data Repository of the Superior Electoral Court, it was sought for each of the three hypotheses of this work to architect a model with greater capacity predictive by applying simple and multivariate linear regression statistical technique. For the H1 of this work, the total funding received by the candidate and other elements of an individual nature were combined to measure the degree of determination in the candidate's electoral performance. For H2, the individual elements of the candidate are combined to measure the degree of determination in access to finance. H3 combines the candidate's party's position on the Left-Right ideological spectrum to determine the degree of electoral performance as well as access to finance. The results point to the fact that financing remains the main element capable of determining the result of an election; whereas the individual elements of the applicant have little effect on access to finance; that the position of the candidate's party on the Left-Right ideological spectrum was not sufficiently capable of determining neither electoral performance nor access to finance. In this sense, what was seen was that the institutional design established by the mini-reform did not fulfill its function in combating the plutocratization of politics and that, on the contrary, it promoted and legitimized elections with conditions of very unequal disputes between the candidates. The findings and results of this work can and should contribute so much to the literature, by filling a gap in a study cut so far in the smallest number studied, as well as supporting, through empirical elements, the discussions about future electoral reforms in the system Brazilian electoral system.

Keywords: electoral reform; municipal elections; electoral financing; mayors; plutocracy.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA SOBRE A SELEÇÃO DA LITERATURA PARA REVISÃO SISTEMÁTICA .....	23
FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS DO PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO POR ANO.....	24
FIGURA 3 - REDE DE AUTORES E COAUTORES.....	26
FIGURA 4 - REDE DE ARTIGOS DO PORTFÓLIO E AUTORES PRESENTES NAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	37
FIGURA 5- REDE DE AUTORES QUE APARECEM COM MAIOR FREQUÊNCIA NAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS ARTIGOS DO PORTFÓLIO .....	38
FIGURA 6 - TOTAL DE CANDIDATURAS POR PARTIDO E GÊNERO.....	50
FIGURA 7 - CANDIDATOS DESAFIANTES E INCUMBENTES POR GÊNERO E PARTIDO.....	51
FIGURA 8 – CANDIDATOS INCUMBENTES REELEITOS E NÃO REELEITOS POR PARTIDO.....	52
FIGURA 9 - CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDO E COR DA PELE .....	53
FIGURA 10 - CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDO E GRAU DE INSTRUÇÃO .....	54
FIGURA 11 - FLUXO DE RECEITAS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES DE 2016 .....	56
FIGURA 12 - CORRELAÇÕES DO MODELO DA HIPÓTESE 1 .....	67
FIGURA 13 - RESUMO DO MODELO DA HIPÓTESE 1.....	68
FIGURA 14 - COEFICIENTES DO MODELO DA HIPÓTESE 1 .....	69
FIGURA 15 - CORRELAÇÕES DO MODELO DA HIPÓTESE 2 .....	71
FIGURA 16 - RESUMO DO MODELO DA HIPÓTESE 2.....	71
FIGURA 17 - COEFICIENTES DO MODELO DA HIPÓTESE 2 .....	72
FIGURA 18 - CORRELAÇÕES DO MODELO PRIMEIRO DA HIPÓTESE 3 .....	73
FIGURA 19 - RESUMO DO MODELO PRIMEIRO DA HIPÓTESE 3.....	74
FIGURA 20 - COEFICIENTES DO MODELO PRIMEIRO DA HIPÓTESE 3 .....	74
FIGURA 21 - RESUMO DO MODELO SEGUNDO DA HIPÓTESE 3.....	75

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - AUTORES E FREQUÊNCIA COM QUE APARECEM COMO AUTORES OU COAUTORES.....	25
TABELA 2 – A FREQUÊNCIA DO FINANCIAMENTO COMO VARIÁVEL E FUNÇÃO DA VARIÁVEL.....	28
TABELA 3 – NÚMERO DE ARTIGOS EM QUE OCORRE A COMBINAÇÃO DE CARGO E ANO DA ELEIÇÃO .....	29
TABELA 4 - FREQUÊNCIA COM QUE O AUTOR APARECE NAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS ARTIGOS DO PORTFÓLIO.....	39
TABELA 5 - TOTAL DE MUNICÍPIOS, TAMANHO DO ELEITORADO E NÚMERO DE CASOS POR REGIÃO.....	44
TABELA 6 - MUNICÍPIOS, TAMANHO DO ELEITORADO E N° DE CASOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE .....	44
TABELA 7 – MUNICÍPIOS, TAMANHO DO ELEITORADO E N° DE CASOS NA REGIÃO NORDESTE.....	45
TABELA 8 – MUNICÍPIOS, TAMANHO DO ELEITORADO E N° DE CASOS NA REGIÃO NORTE.....	45
TABELA 9 – MUNICÍPIOS, TAMANHO DO ELEITORADO E N° DE CASOS NA REGIÃO SUDESTE.....	46
TABELA 10 - MUNICÍPIOS, TAMANHO DO ELEITORADO E N° DE CASOS NA REGIÃO SUL.....	47
TABELA 11 - NÚMERO DE PARTIDOS E CASOS CLASSIFICADOS NO ESPECTRO IDEOLÓGICO (E-D) .....	63
TABELA 12 – PARTIDOS, CLASSIFICAÇÃO "ABCP" E NÚMERO DE CANDIDATOS DOS PARTIDOS NO ESPECTRO E-D .....	63
TABELA 13 - QUADRO DE SUCESSO ELEITORAL DE CANDIDATOS A PREFEITO POR PARTIDO E ESPECTRO IDEOLÓGICO ESQUERDA-DIREITA .....	81
TABELA 14 - TOTAL DE CANDIDATURAS POR PARTIDO E GÊNERO.....	113
TABELA 15 - TOTAL DE CANDIDATURAS DOS PARTIDOS POR REGIÃO.....	114
TABELA 16 - TOTAL DE ELEITOS E NÃO ELEITOS, CONFORME CANDIDATOS DESAFIANTES E INCUMBENTES POR PARTIDO .....	116
TABELA 17 - CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS POR PARTIDO E REGIÃO.....	118

TABELA 18 - CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS POR PARTIDO E GÊNERO .....	120
TABELA 19 - CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS POR PARTIDO E COR DA PELE .....	122
TABELA 20 – TOTAL DE CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDOS E GRAU DE INSTRUÇÃO.....	124
TABELA 21 - TOTAL DE CANDIDATOS NÃO ELEITOS POR PARTIDOS E GRAU DE INSTRUÇÃO.....	126

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - GRADE DE LEITURA .....	27
QUADRO 2 - PASSO A PASSO NO DOWNLOAD DOS BANCOS DE DADOS E AGREGAÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	41
QUADRO 3 – DESCRIÇÃO BREVE DOS ELEMENTOS DO BANCO DE DADOS SOBRE O ELEITORADO EM 2016.....	43
QUADRO 4 - MODALIDADES DE FINANCIAMENTO.....	57
QUADRO 5 - EXEMPLO DE COMO CALCULAR O ÍNDICE MODULAR DE FINANCIAMENTO (IMF).....	59
QUADRO 6 - PASSO 1º, CALCULANDO O MFLC PARA CALCULAR O IMFL .....	61
QUADRO 7 - PASSO 2º, CALCULANDO O IMFL DO CANDIDATO.....	61
QUADRO 8 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS .....	64
QUADRO 9 - PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO.....	98
QUADRO 10 - GRADE DE LEITURA - ART. BORBA, FELIPE & CERVI, EMERSON URIZZI (2017)* .....	100
QUADRO 11 - GRADE DE LEITURA - ART. CARLOMAGNO, MÁRCIO & CODATO, ADRIANO (2018)* .....	100
QUADRO 12 - GRADE DE LEITURA - ART. CERVI, EMERSON URIZZI ET AL, (2015)* .....	100
QUADRO 13 - GRADE DE LEITURA - ART. FONSECA, THIAGO DO NASCIMENTO (2017)* .....	100
QUADRO 14 - GRADE DE LEITURA - ART. HEILER, JEISON GIOVANI; VIANA, JOÃO PAULO SARAIVA LEÃO; DOS SANTOS, RODRIGO DOLANDELI (2016)* .....	101
QUADRO 15 - GRADE DE LEITURA - ART. HOROCHOVSKI, RODRIGO ROSSI ET AL, (2016)* .....	101
QUADRO 16 - GRADE DE LEITURA - ART. JUNCKES, IVAN JAIRO ET AL, (2019)* .....	101
QUADRO 17 - GRADE DE LEITURA - ART. LEMOS, LEANY BARREIRO; MARCELINO, DANIEL; PEDERIVA, JOÃO HENRIQUE (2010)* .....	101
QUADRO 18 - GRADE DE LEITURA - ART. MANCUSO, WAGNER PRALON; HOROCHOVSKI, RODRIGO ROSSI; CAMARGO, NEILOR FERMINO (2018)* .....	102
QUADRO 19 - GRADE DE LEITURA - ART. MELO-SILVA, GUSTAVO (2016)* .....	102

QUADRO 20 - GRADE DE LEITURA - ART. NETTO, GABRIELA FIGUEIREDO & SPECK, BRUNO WILHELM (2018)* .....	102
QUADRO 21 - GRADE DE LEITURA - ART. PINHEIRO, BRUNO GOES; DE LUCA, MÁRCIA MARTINS MENDES; VASCONCELOS, ALESSANDRA CARVALHO DE (2016)* .....	102
QUADRO 22 - GRADE DE LEITURA - ART. SACCHET, TERESA & SPECK, BRUNO WILHELM (2012)*.....	103
QUADRO 23 - GRADE DE LEITURA - ART. SCHEFFER, MÁRIO & BAHIA, LÍGIA (2011)* .....	103
QUADRO 24 - GRADE DE LEITURA - ART. SCHEFFER, MÁRIO & BAHIA, LÍGIA (2013)* .....	103
QUADRO 25 - GRADE DE LEITURA - SILVA, BRUNO FERNANDO DA & CERVI, EMERSON URIZZI (2017)* .....	103
QUADRO 26 - GRADE DE LEITURA - ART. SPECK, BRUNO WILHELM & CERVI, EMERSON URIZZI (2016)* .....	104
QUADRO 27 - GRADE DE LEITURA - ART. SPECK, BRUNO WILHELM (2016)* .....	104
QUADRO 28 - GRADE DE LEITURA - ART. CERVI, EMERSON URIZZI (2010)** .....	104
QUADRO 29 - GRADE DE LEITURA - ART. LACERDA, FÁBIO (2018)** .....	104
QUADRO 30 - GRADE DE LEITURA - ART. MANCUSO, WAGNER PRALON & SPECK, BRUNO WILHELM (2015)** .....	105
QUADRO 31 - GRADE DE LEITURA - ART. MANCUSO, WAGNER PRALON ET AL, (2016)** .....	105
QUADRO 32 - GRADE DE LEITURA - ART. SOUSA, DANIEL SAMPAIO (2018)** ..	105
QUADRO 33 - GRADE DE LEITURA - ART. SPECK, BRUNO WILHELM & MANCUSO, WAGNER PRALON (2014)** .....	105
QUADRO 34 - GRADE DE LEITURA SOBRE OS ARTIGOS .....	107
QUADRO 35 - QUERYS PARA CONSTRUÇÃO DO BANCO DE DADOS.....	109

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 O DEBATE TEÓRICO E UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DO FINANCIAMENTO ELEITORAL DE CAMPANHAS .....</b>	<b>19</b>
2.1 PROTOCOLO DE PESQUISA .....	21
2.2 PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO .....	23
2.3 GRADE DE LEITURA.....	26
2.4 ANÁLISE QUALITATIVA DA GRADE DE LEITURA.....	29
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>40</b>
3.1 CONSTRUINDO O BANCO DE DADOS.....	41
3.2 O RECORTE EMPÍRICO: SELECIONANDO OS MUNICÍPIOS POR TAMANHO DO ELEITORADO .....	42
3.3 O RECORTE DE CANDIDATOS: SELECIONANDO OS CASOS.....	48
3.4 DAS RECEITAS DOS CANDIDATOS E DOS INDICADORES PARA O MODELO DE ANÁLISE.....	55
3.5 DOS VOTOS DOS CANDIDATOS.....	61
3.6 IDEOLOGIA DOS PARTIDOS .....	62
3.7 O MODELO ESTATÍSTICO DE ANÁLISE .....	64
<b>4 DISCUSSÃO E RESULTADOS.....</b>	<b>76</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>97</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em setembro de 2015, após o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.650, que teve como requerente o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), o Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Luiz Fux, decidiu pela inconstitucionalidade das doações de pessoas jurídicas para partidos políticos e candidatos. Tal decisão foi consolidada naquele mesmo mês com a promulgação da Lei nº 13.165/15, a “minirreforma eleitoral de 2015”, que estabeleceu um novo desenho institucional no que se refere ao financiamento eleitoral de campanhas.

Para contribuir com o debate sobre a qualidade e a longevidade da democracia, forneço argumentos por meio de elementos empíricos que podem subsidiar as discussões a respeito do sistema eleitoral brasileiro em futuras reformas eleitorais. Destaco os efeitos deste desenho institucional nas mudanças que acercam o financiamento eleitoral e seus impactos nas eleições municipais de 2016 no desempenho eleitoral de candidatos. Para tal, busco responder à seguinte pergunta: quais os efeitos do desenho institucional estabelecido pela “minirreforma eleitoral de 2015” no desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito nas eleições municipais de 2016?

São mudanças institucionais que alteram as regras do jogo e afetam diretamente a dinâmica do financiamento de campanhas eleitorais, ao vedar pessoas jurídicas (leia-se, empresas) de realizarem doações diretas e indiretas para partidos políticos e candidatos. Este doador protagonizou o aporte financeiro e crescente em campanhas eleitorais entre as eleições de 1994 e 2014 (CERVI, 2010; HOROCHOVSKI *et al.*, 2016; JUNCKES *et al.*, 2019; MANCUSO; HOROCHOVSKI; CAMARGO, 2016; SPECK, 2016; HOROCHOVSKI; JUNCKES; ZELINSKI, 2018). Logo, a sua ausência pode impactar na dinâmica de doações eleitorais, bem como no montante e na composição das receitas. Os efeitos devem ser diretos nas condições de disputas entre os diferentes tipos de candidatos (ex.: incumbentes e desafiantes), afetando o desempenho, a competitividade e sobretudo a lógica da representatividade (a legitimidade democrática) do sistema político.

Cientistas que tratam sobre o financiamento eleitoral de campanhas têm apontado, por meio da aplicação de técnicas estatísticas, para a força explicativa e significativa do financiamento em determinar resultados eleitorais, seja em disputa para o legislativo ou executivo, seja para recorte em nível nacional, subnacional e/ou municipal (CERVI, 2010, 2013; JUNCKES *et al.*, 2019; LEMOS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010; MANCUSO, 2015; MANCUSO; FIGUEIREDO FILHO, 2014; MIRANDA; ZELINSKI, 2019). Vale dizer, financiamento não é o único, e tampouco seria de forma isolada elemento suficientemente capaz

de determinar o resultado de uma eleição. A este juntam-se fatores endógenos e exógenos ao processo eleitoral, como Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), o *background* familiar do candidato, posição do candidato em relação ao governo, entre outros.

O recorte escolhido para responder ao problema de pesquisa é formado pelos 92 municípios brasileiros com mais de 200 mil eleitores em 2016 e cujos prefeitos necessitam maioria absoluta de votos válidos para se eleger, podendo-se realizar segundo turno caso nenhum dos candidatos atinja este patamar. Ou seja, trata-se de municípios que estão sob o mesmo sistema eleitoral, independentemente de suas singularidades. O total de casos investigados é de 632 candidatos a prefeito. Tal escolha do recorte é justificada mediante a revisão sistemática da literatura que este trabalho realiza, a qual identificou que estudos empíricos sobre candidaturas a prefeito ocorrem em menor número quando comparadas as demais candidaturas, como por exemplo, as de deputados federais.

O objetivo, portanto, é verificar em que medida as alterações promovidas pela “minirreforma eleitoral de 2015” produziram efeitos na dinâmica das doações de campanhas, no desempenho eleitoral (conquista de votos) dos candidatos e de que forma impactaram nas condições de competitividade nas eleições municipais de 2016.

São objetivos parciais:

- I. Coletar dados de doadores e candidatos receptores de doações (deferidos pela justiça eleitoral), os montantes envolvidos e os votos conquistados (indiferentemente se eleitos ou não) por meio do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral para as eleições municipais de 2016;
- II. Categorizar a relação de recursos financeiros doados, identificando os doadores, a sua classificação segundo o TSE (se público, a fonte é o Fundo Partidário e teve o partido político como intermediário; se privado, qual a fonte do doador: pessoa física ou o próprio candidato; se teve intermediário, qual a fonte de doação) e os candidatos receptores;
- III. Estabelecer o quadro de desempenho eleitoral dos candidatos por meio da soma de votos conquistados;
- IV. Verificar a relação entre as variáveis dependente (voto), variável independente (ora, dependente - financiamento) e variável de controle (incumbente/desafiante, gênero, grau de instrução, cor da pele e posição do partido do candidato no espectro ideológico Esquerda-Direita), por meio da técnica de regressão linear simples e/ou multivariada.



A partir disso, este trabalho discute três hipóteses relacionadas ao novo desenho institucional promovido pela “minirreforma eleitoral de 2015”. Sendo assim: a hipótese H1 admite que as recentes alterações não modificaram substancialmente a forte associação entre dinheiro e resultado eleitoral; a hipótese H2 é de que determinantes do financiamento como ser mulher, ser desafiante, não possuir ensino superior e não ser branco reduzem o acesso ao financiamento de campanha; por fim, a hipótese H3 de certo caráter conjuntural, afirma que candidatos de partidos que não estão à esquerda do espectro ideológico Esquerda-Direita se beneficiaram da crise política decorrente do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (PT) sendo mais bem votados e financiados que os candidatos de partidos à esquerda.

O desenvolvimento científico em que se encontram os estudos empíricos sobre os efeitos do dinheiro em campanhas eleitorais no Brasil avançou bastante nas últimas décadas e só foi possível devido, em especial, a dois momentos. O primeiro está ancorado diretamente a uma maior sofisticação das regras que regulam o financiamento privado e público, e da consolidação de limites de doações e gastos que ocorreram ainda no início da década de 1990. Em um segundo momento, na reponsabilidade do Estado em promover transparência e dar ampla publicização às prestações de contas eleitorais e demais dados a partir das eleições de 2002 (SPECK, 2016).

A “minirreforma eleitoral de 2015”, que altera o desenho institucional arquitetado pela soma dos elementos citados acima, modifica e consolida um objeto empírico inédito para cientistas políticos e demais pesquisadores nos últimos 20 anos no Brasil: a realização de eleições sem doador pessoa jurídica. Não obstante, resgato que ao tratar sobre legislações eleitorais, assumo como premissa a seguinte afirmação:

Todas são tentativas de garantir que as democracias não se tornem, ou nem sequer se assemelhem a plutocracias definitivas. Do ponto de vista dos cientistas políticos, a grande variedade de regulamentações oferece boas oportunidades para estudar os efeitos políticos do dinheiro sob uma série de configurações institucionais. (SCARROW, 2007, p. 193, tradução nossa)

À vista disso, inúmeras são as motivações teóricas que justificam a dedicação de cientistas e pesquisadores em compreender de que forma o dinheiro, ou a ausência dele, impacta no processo eleitoral, sob os princípios da república e da democracia. Speck (2006) aponta pelo menos três preocupações, sendo elas: i) a igualdade na competição eleitoral; ii) o princípio da igualdade do voto; e iii) a lógica da representatividade entre políticos e eleitores.

Ao resgatar as preocupações de Speck (2006) citadas acima, Mancuso (2015) realizou um levantamento sobre a literatura empírica que trata sobre o investimento eleitoral no Brasil,

tendo como recorte a produção entre os anos de 2001 e 2012, e no centro da discussão as doações empresariais. Desta forma, a literatura apresentada é unânime em suscitar uma agenda de pesquisa mais generosa, o que acaba por ampliar os dilemas desta relação, tida muitas vezes por “pouco republicana”, para o aprimoramento da democracia brasileira.

Realizo neste trabalho uma revisão sistemática da literatura sobre financiamento eleitoral de campanhas. A pergunta que orienta a produção desta revisão é direta: o que já se estudou sobre financiamento eleitoral de campanhas tendo o Brasil como recorte empírico? Como a resposta em geral tende a ser muito ampla, dado o volume de literatura produzida nas últimas décadas, estabeleço critérios claros de inclusão e exclusão desta literatura, de tal forma a contribuir mais fidedignamente e diretamente com o que está sendo estudado neste trabalho.

Além desta introdução, este trabalho está dividido como segue: no capítulo 2, realizo um breve debate teórico sobre o campo ao qual pertence o tema, seguido de uma revisão sistemática da literatura sobre financiamento eleitoral de campanhas no Brasil. No capítulo 3, apresento de forma pormenorizada o passo a passo metodológico sobre a construção do banco de dados para apresentação do corpo empírico, construção e execução do modelo estatístico. No capítulo 4, apresento os achados e promovo uma discussão sobre os resultados do trabalho e respondo à pergunta de pesquisa. Por fim, nas considerações finais, sintetizo e discuto os principais achados; trato sobre como este trabalho pode contribuir para o campo científico ao qual ele se situa; e finalizo com a sugestão de uma agenda futura de pesquisa que vise perscrutar e compreender de que forma as recentes alterações no desenho institucional eleitoral podem impactar nos fenômenos que acercam as eleições brasileiras.

## **2 O DEBATE TEÓRICO E UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DO FINANCIAMENTO ELEITORAL DE CAMPANHAS**

Realizo neste trabalho uma revisão sistemática da literatura sobre financiamento eleitoral de campanhas no Brasil, com dados empíricos, sobre as eleições ocorridas entre 2002 e 2018. Dado o volume de literatura produzida nas últimas décadas, estabeleço critérios claros de inclusão e exclusão, métodos e técnicas, que permitem a consolidação de um portfólio bibliográfico. Neste portfólio, busco identificar de que forma dialogam as principais teses e como contribuem para a compreensão do fenômeno e consequentemente com a formação e consolidação do campo e da agenda de estudos.

No campo teórico, este trabalho contribui com o debate que mostra que um dos efeitos que a desigualdade econômica gera é inevitavelmente a desigualdade política (PRZEWORSKI, 2012); “de que há no capitalismo uma tensão permanente entre o mercado e o Estado” (PRZEWORSKI, 1995, p. 7); e que na seara eleitoral, “os resultados desse processo são determinados conjuntamente pelos recursos e pelas instituições” (PRZEWORSKI, 1995, p. 27); e tudo isso se daria, pois:

a essência da democracia está em os cidadãos exercerem influência sobre os governos, exercendo livremente seus direitos iguais para participar de eleições [...] Mas em qualquer sociedade de mercado, os recursos que os participantes podem trazer para a competição por influência política são desiguais. Democracia é um mecanismo que trata todos os participantes igualmente. (PRZEWORSKI, 2012, p. 25, tradução nossa).

O Estado é espaço/arena em que atores ou forças políticas com interesses diversos competem entre si por meio de estruturas institucionais (DAHL, 1997; PRZEWORSKI, 1994). Portanto, na sua essência (ao menos para uma concepção normativa e exigente), a democracia deve tratar os cidadãos como iguais e suas instituições devem garantir e promover condições para que participem da política e superem desafios presentes em qualquer sociedade de mercado, na qual os recursos que os cidadãos podem trazer para a competição acabam por criar condições desiguais (PRZEWORSKI, 1994, p. 26).

Dado que nem todos os atores e/ou grupos com interesse político possuem as mesmas capacidades de investir recursos econômicos, organizacionais e ideológicos para verem satisfeitas suas preferências expressas, a lógica no que acerca a seara eleitoral mediante o princípio democrático é que é responsabilidade do Estado fomentar eleições idôneas promovendo garantias institucionais de participação e oposição. Logo, a produção de regras eleitorais claras e institucionalizadas que permitam a ampla participação e associação dos

interessados, de formular preferências e de associar-se livremente a fim de competir para ocupar cargos públicos (DAHL, 1997, p. 26–27; OLSON, 2015) deve sobretudo combater um sistema que cada vez mais se assemelha a uma plutocracia.

Convencionou-se na literatura tratar os estudos sobre o financiamento eleitoral de campanhas como uma forma de explicar os efeitos do dinheiro na política; de entender como o este é capaz de impactar no processo eleitoral que elege candidatos aos cargos políticos executivos e legislativos nas esferas nacional, subnacional e municipal; sobretudo, de que forma a legitimidade da representação democrática é afetada. Portanto, este estudo se debruça sobre a temática do financiamento eleitoral de campanhas e coloca a seguinte questão: o que já se estudou sobre financiamento eleitoral de campanhas tendo o Brasil como recorte empírico?

Antes, porém, é necessário definir minimamente o que é financiamento eleitoral de campanhas:

Por financiamento de campanhas eleitorais entendem-se os recursos materiais empregados pelos competidores em eleições populares (partidos e candidatos) para organizar a campanha e convencer os cidadãos a lhes conferirem o voto. Não compreende os custos da organização do processo eleitoral, como o registro de eleitores, a instalação das urnas, os profissionais e voluntários recrutados para servir no dia da eleição, a adjudicação de processos, etc. que correm por conta do Estado. Também não compreendem o financiamento ordinário das organizações partidárias ou a remuneração dos representantes eleitos, apesar de ambas as fontes terem muitos vasos comunicantes com o financiamento de campanhas. Por outro lado, todos os gastos com a finalidade de convencer eleitores a votarem a favor de determinado projeto político, partido ou candidato podem ser considerados gastos de campanha. (SPECK, 2006, p. 153)

Ainda na esteira do que é financiamento eleitoral de campanhas, Mancuso (2015, p. 155) promove o entendimento deste como investimento eleitoral. Ambas as definições são amplamente bem aceitas na literatura. Desta forma, o autor afirma que “O investimento eleitoral envolve tanto as contribuições eleitorais, feitas por financiadores de campanhas, quanto os gastos eleitorais, feitos pelos candidatos e seus partidos ou comitês, a partir de contribuições recebidas.”

Para saber o que já se escreveu a respeito do financiamento eleitoral de campanhas, optou-se por uma revisão sistemática da literatura que visa a resgatar e categorizar a produção científica que conceitua e alimenta com dados empíricos este campo de estudos que é amplo e tem crescido exponencialmente nas últimas décadas.

A base de dados escolhida para a investigação e coleta do material é a da *Scielo Brasil*, acessada por meio da plataforma *Web of Science* (WoS). Tal escolha se justifica por esta plataforma promover o acesso a um sem número de trabalhos que respondem melhor ao recorte

empírico pesquisado, além de manter a qualidade metodológica e científica que permite ao pesquisador, fidedignamente, conhecer o que há de melhor na produção científica sobre o tema mediante os critérios estabelecidos.

A escolha pela revisão sistemática da literatura se dá em face de esta se apresentar como alternativa que permita uma revisão ampla e com critérios predefinidos para uma revisão daquilo que já foi produzido sobre um determinado assunto. Dessa forma, segundo Chalmers *et al.*, (2002, p. 17 apud HONG; PLUYE, 2018, p. 3) a revisão sistemática é definida como sendo “a aplicação de estratégias que limitem o viés na montagem, avaliação crítica e síntese de todos os estudos relevantes sobre um tópico específico”.(CHAMERS *et al.*, 2002, p. 17, apud HONG; PLUYE; 2018, p. 3, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Não obstante, outra definição é dada por Denyer and Tranfield (2009: 672):

[...] uma metodologia específica que localiza os estudos existentes, seleciona e avalia contribuições, analisa e sintetiza dados e relata as evidências de maneira a permitir que conclusões razoavelmente claras sejam alcançadas sobre o que é conhecido e o que não é conhecido. (DENYER and TRANFIELD, 2009: 672 apud DACOMBE, 2018, p. 2, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Ainda que a revisão narrativa seja uma forma de revisão mais comum às ciências sociais, acredita-se que ela apresente mais a opinião do pesquisador (das escolhas arbitrárias de estudos) sobre aquilo que ele conheça sobre um determinado assunto, o que por fim, em algum grau, pode distorcer os resultados que visam a apresentar um retrato fidedigno do campo que está sendo estudado.

## 2.1 PROTOCOLO DE PESQUISA

Por meio da plataforma científica da *Web of Science* (WoS) realizo a busca pela bibliografia desejada na base de dados *SciELO Citation Index*. Tal escolha se deve em função de a base de dados fornecer a literatura acadêmica publicada nos principais periódicos de acesso aberto da América Latina em inglês, espanhol e português.

A seguinte *string* de busca é aplicada: *financiamento eleitoral de campanhas or financiamento de campanhas or financiamento eleitoral*. A busca ocorre pelo campo “Tópico”,

<sup>1</sup> “the application of strategies that limit bias in the assembly, critical appraisal, and synthesis of all relevant studies on a specific topic.” (CHAMERS *et al.*, 2002, p. 17, apud HONG; PLUYE; 2018, p. 3).

<sup>2</sup> “[...] a specific methodology that locates existing studies, selects and evaluates contributions, analyses and synthesises data, and reports the evidence in such a way that allows reasonably clear conclusions to be reached about what is known and what is not known.” (apud DACOMBE, 2018, p. 2).<sup>2</sup>

ou seja, a plataforma retornará a literatura em que a *string* de busca esteja presente ou/também no título, palavras-chave, resumo e *key-plus*. A base de dados ofertada possui produção entre os anos de 2002 e 2019, que por uma feliz coincidência é o mesmo período ao qual se aplicaria o filtro que desejo para estabelecer um recorte temporal da literatura que melhor responde ao portfólio bibliográfico desejado. Faço a opção de busca por materiais publicados em português, inglês e espanhol.

Por fim, em geral, é possível aplicar um filtro sobre o tipo de material que o pesquisador procura, como artigos, livros e revisões, entre outros. No entanto, a *string* de busca aplicada à base escolhida nos retornou apenas materiais do tipo artigo e isso se dá pelo fato de que a base escolhida disponibiliza em maior número artigos, uma vez que a *SciELO* é uma plataforma voltada para a publicação de periódicos<sup>3</sup>. Não obstante, ao final da análise qualitativa do portfólio bibliográfico, resgato demais produções intelectuais de valor fundamental para o campo e que contribuem enormemente com este trabalho, ainda que estas estejam fora dos critérios utilizados para seleção do material, como por exemplo, os materiais publicados em meados dos anos 90.

Sendo assim, o resultado retornado foi de um total de 31 artigos. A partir deste momento realizo *download* dos artigos para uma plataforma de organização de material científico, o *Software* Mendeley, o qual me permitiu revisar, adequar e exportar os artigos para o *Software* Start.

Sobre estes artigos aplico os critérios de inclusão e exclusão para uma seleção mais pormenorizada dos trabalhos. Os critérios se justificam mediante três aspectos fundamentais :

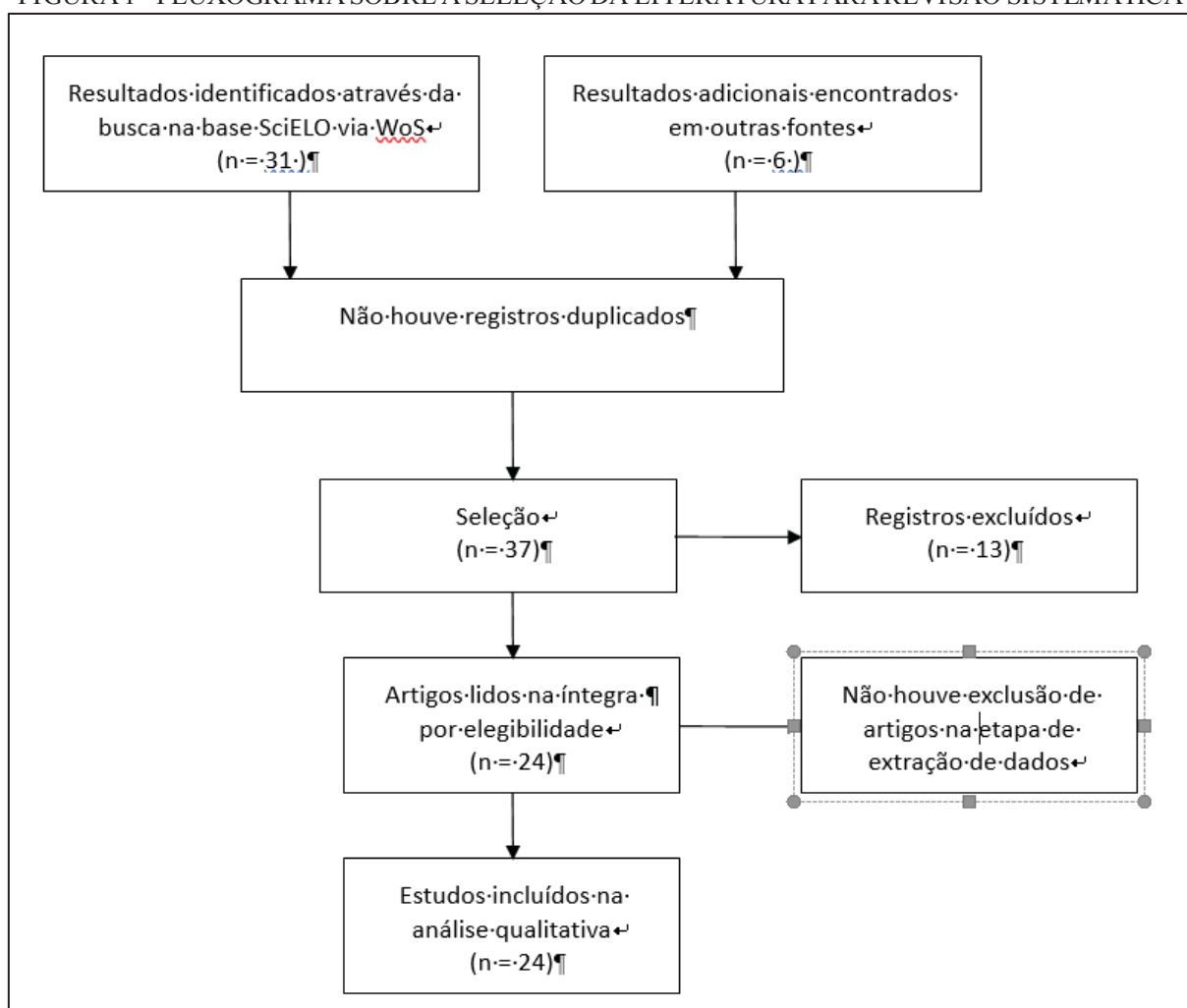
- i) o objeto empírico deve ser obrigatoriamente o Brasil e isso se dá pela especificidade do modelo institucional eleitoral que atende a questões únicas na forma como ocorre o financiamento de campanhas eleitorais no Brasil;
- ii) as eleições estudadas devem ocorrer entre os anos de 2002 e 2018, isso se dá pela ampla publicização dos dados eleitorais relativos a financiamento de campanhas que passou a ocorrer somente a partir das eleições de 2002 pelo órgão responsável que é o Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- iii) considero por fim o recorte temporal de publicação do material que ocorre entre os anos de 2002, para atender a primeira eleição desejada, até a data em que foi realizada a pesquisa na base de dados, dia 19 de julho de 2019.

---

<sup>3</sup> Para mais, ver <<http://www.scielo.br/?lng=pt>>.

O resultado da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão permitiu identificar um total de 18 artigos ao qual serão aplicados a grade de leitura. Não obstante, opto como pesquisador por incluir mais seis artigos que não foram capturados pela *string* de busca, aos quais entendo que ajudam a promover uma melhor leitura sobre o que há de mais importante na literatura e que ao mesmo tempo ajudam a estruturar o tema e preencher as lacunas que ficaram em aberto. Sobre estes seis artigos também realizo a grade de leitura, somando-se assim ao final um total de 24 artigos selecionados para a revisão sistemática da literatura.

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA SOBRE A SELEÇÃO DA LITERATURA PARA REVISÃO SISTEMÁTICA



FONTE: O autor com base em PRISMA 2009 flow diagram (2020).

## 2.2 PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO

O portfólio bibliográfico na qual se baseia esta revisão sistemática (QUADRO 9, no apêndice) é composto por 24 artigos que foram publicados entre os anos de 2010 e 2019. No primeiro momento cabe se perguntar se não há publicações em anos anteriores. A resposta é: sim. Como já dito acima, existem materiais (artigos, livros, capítulos de livros, dissertações e teses) em anos anteriores a 2010 de enorme relevância para o campo científico, no entanto, devido ao protocolo estabelecido nesta pesquisa, estes materiais não estão presentes, o que *per se* demonstra uma configuração diferente desta revisão em relação às demais revisões que estão presentes na literatura. Considero este um achado importante, pois o recorte temporal que busquei foi entre os anos de 2002 e 2019 o que demonstra que os estudos sobre financiamento de campanha são bastante recentes no Brasil.

É possível observar, na FIGURA 2, a distribuição dos artigos presentes no portfólio bibliográfico por ano. Observo que o maior volume de publicações ocorre entre os anos de 2016 e 2018. Nada menos que 62% da produção intelectual se concentra nestes anos. Em 2016 são publicados sete artigos (29%), em 2017 são publicados três (12%) artigos e em 2018 são publicados cinco (21%) artigos. Estes artigos, quando somados, tratam de todos os elementos presentes na grade de leitura – veremos na seção a seguir –, o que mediante este estudo, seus métodos e recortes, poderia se configurar como uma modesta “era de ouro” recente da literatura sobre financiamento eleitoral de campanhas, ou para se adequar melhor ao recorte temporal, um “triênio de ouro”.

FIGURA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS DO PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO POR ANO



FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index* (2020).



Sobre o portfólio bibliográfico apliquei uma análise de frequência sobre os 35 autores, com a finalidade de saber quantas vezes cada autor apareceu, seja ele como primeiro autor do artigo ou coautor. A Tabela 1, apresenta o resultado dessa análise que varia de sete a duas presenças por autor.

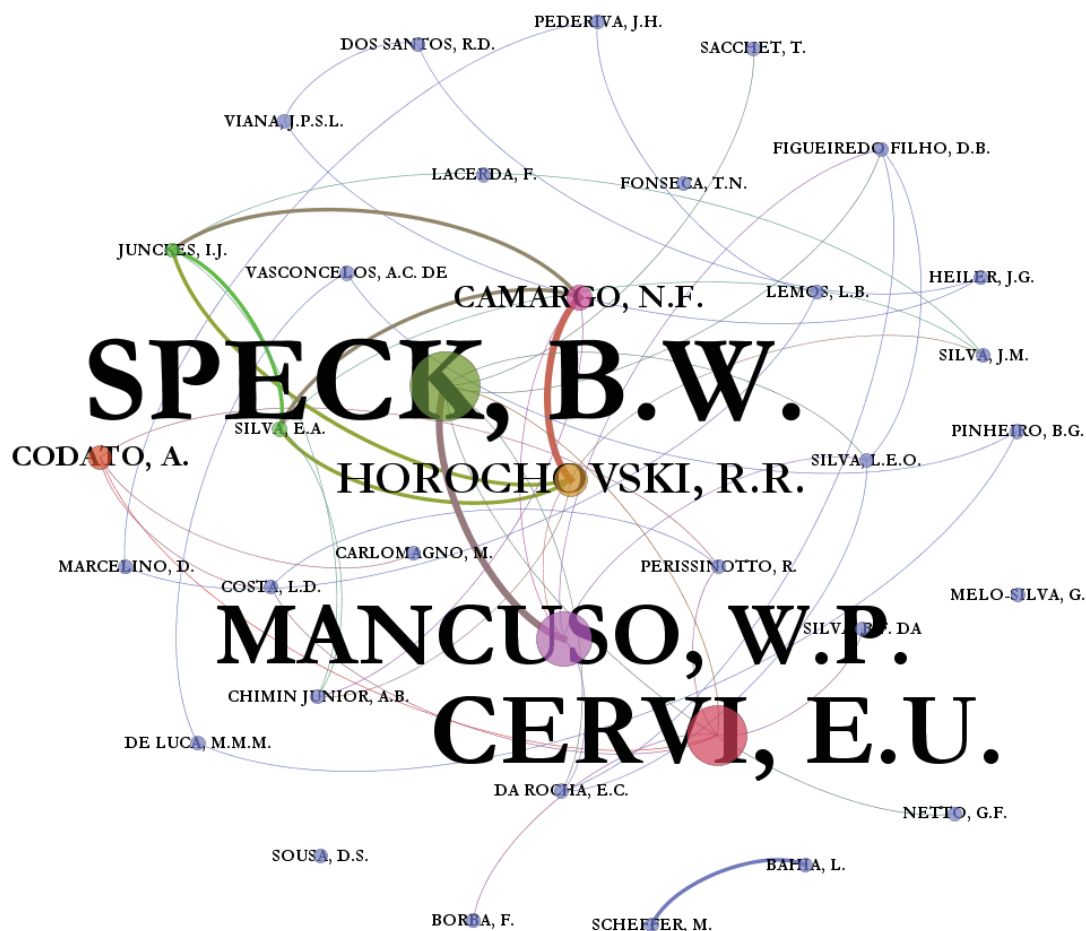
TABELA 1 - AUTORES E FREQUÊNCIA COM QUE APARECEM COMO AUTORES OU COAUTORES

<b>AUTORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>AUTORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
SPECK, Bruno Wilhelm	7	BAHIA, Lígia	2
CERVI, Emerson Urizzi	5	CODATO, Adriano	2
MANCUSO, Wagner Pralon	4	JUNCKES, Ivan Jairo	2
CAMARGO, Neilor Fermino	3	SCHEFFER, Mário	2
HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi	3	SILVA, Edson Armando	2

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index* (2020).

Com a finalidade de apresentar graficamente como estes autores e coautores se relacionam, realizei uma breve análise por meio do *Software Gephi*, programa usado para análise de redes sociais (ARS). No total, o que a Figura 3 revela é uma rede com 35 autores que se relacionam ao menos 100 vezes. A medida de centralidade usada para dar expressão ao autor foi a *betweenness centrality* (centralidade de intermediação) que mede a frequência com que cada autor aparece nos caminhos mais curtos entre os demais autores da rede.

FIGURA 3 - REDE DE AUTORES E COAUTORES



FONTE: O autor por meio do *Software* Gephi com base na SciELO Citation Index

### 2.3 GRADE DE LEITURA

A partir desta seção apresento e executo a grade de leitura sobre o portfólio bibliográfico. Realizo uma descrição quantitativa sobre os elementos da grade e estabeleço uma discussão acerca dos principais achados e de que forma contribuem para a consolidação do campo e da literatura sobre financiamento de campanhas eleitorais.

Para categorizar os artigos foi estabelecida uma grade de leitura que buscou levantar quatro elementos considerados fundamentais para os objetivos desta revisão sistemática, sendo o *mix* entre dois destes elementos de caráter teórico/metodológico e os outros dois elementos de caráter empírico.

A primeira questão levantada devido a sua importância, sobretudo para esta revisão, busca compreender de que forma o financiamento eleitoral está sendo utilizado para a pesquisa, sendo esta de caráter teórico/metodológico para identificar se o financiamento é variável dependente, independente ou dependente e independente no mesmo estudo. Nesta etapa, não

há distinção sobre o que deve ser observado primeiro, seja o financiamento como variável, seja a função da variável. Isso se dá, pois, uma vez que ocorre a identificação de um destes elementos, muito rapidamente é possível observar o outro elemento. Os demais elementos da grade propõem situar, a partir do recorte empírico, quais cargos e eleições são estudadas ou ocorrem com maior frequência. Os elementos e a grade de leitura proposta estão no QUADRO 1 a seguir.

QUADRO 1 - GRADE DE LEITURA

ELEMENTO	DESCRIÇÃO
<b>Financiamento é variável</b>	I. A variável financiamento eleitoral é classificada conforme o uso dado pelo autor na busca pelos resultados desejados. I.a.) Variável Dependente; I.b.) Variável Independente.
<b>Função da variável</b>	II. De acordo com o uso da variável é possível determinar o que o pesquisador está buscando responder, ou para o que ele busca responder, sabe-se que tipo de variável é o financiamento. II.a.) Dependente: quais as determinantes do investimento eleitoral; II.b) Independente: ii.a) busca-se estabelecer a relação entre o sucesso/desempenho do candidato; ii.b) qual a relação entre o investimento e a concessão de benefícios ao financiador.
<b>Cargo investigado</b>	III. Para que cargo concorreram os candidatos investigados na análise III.a) Presidente; Senador; Governador; Prefeito; Deputado Federal; Deputado Estadual; Vereador.
<b>Ano da eleição</b>	IV. Em que ano se deu a eleição investigada pelo pesquisador IV.a) 2002; 2004; 2006; 2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018

FONTE: O autor com base em Mancuso (2015)

Para realizar a leitura do financiamento conforme variável, tomei emprestado a classificação dada por Mancuso (2015, p. 158), por entender que a sua categorização satisfaz plenamente os objetivos desta revisão. Nesse trabalho, o autor buscou estabelecer o estado da arte da literatura de financiamento eleitoral/investimento eleitoral de recorte empírico no Brasil, sendo assim, categorizou o elemento financiamento conforme três problemas de pesquisas recorrentes por ele identificado, que são: i) relação entre investimento e desempenho eleitoral; ii) relação entre investimento e a concessão de benefícios para investidores; iii) fatores determinantes do investimento eleitoral.

i) *relação entre investimento e desempenho eleitoral* – as contribuições e os gastos de campanha afetam os resultados eleitorais? –, neste ponto, o investimento eleitoral é tomado como variável independente e o resultado eleitoral é tomado como variável dependente. Demais trabalhos seguem no mesmo sentido, porém sua variável

dependente é *dummy*, levando-se em consideração o sucesso eleitoral do candidato, sendo eleito/não eleito ou eleito/reeleito como variáveis dependentes. Dessa forma, estes estudos testam a hipótese de que há uma relação positiva entre dinheiro e desempenho eleitoral do candidato;

ii) *relação entre investimento e a concessão de benefícios para os investidores* – as doações de campanhas resultam em benefícios aos doadores? –, os motivos que levam a realização doações podem ser os mais variados possíveis diante da defesa de interesses empresariais privados, como as benesses de processos licitatórios, leis regulatórias, subsídios em bancos públicos;

iii) *fatores determinantes do investimento eleitoral* – que fatores explicam as contribuições e os gastos de campanha? –, nesta categoria, os trabalhos têm como variável dependente as doações eleitorais e procuram identificar seu determinante, entre eles o autor destaca quatro elementos fundamentais, o partido político, a pertença do candidato à base de apoio ao presidente no Congresso, o exercício do mandato e a magnitude do distrito.

Mediante o apresentado e conforme a sua importância, a primeira questão que busco trazer à luz é sobre como estes 24 artigos tratam o elemento financiamento enquanto variável e função da variável. Conforme Tabela 2, em 22 artigos ocorre o financiamento como variável independente e em seis artigos ocorre o financiamento como variável dependente. Nestes seis artigos o financiamento é usado para estabelecer as determinantes do financiamento. Entre os 22 artigos que fazem uso do financiamento como variável independente, ocorre em 19 deles o uso do financiamento para mensurar o sucesso/desempenho do candidato na conquista de votos. Outras seis vezes o uso da variável nos estudos busca estabelecer a relação entre financiamento e benefícios ao financiador.

TABELA 2 – A FREQUÊNCIA DO FINANCIAMENTO COMO VARIÁVEL E FUNÇÃO DA VARIÁVEL

FINANCIAMENTO COMO VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	FUNÇÃO DA VARIÁVEL	FREQUÊNCIA		
I. Independente	22	92%	I.a) Sucesso/Desempenho	19	79%
			I.b) Benefícios ao financiador	6	25%
II. Dependente	6	25%	II.a) Determinantes do financiamento	6	25%

FONTE: O autor com base em Mancuso (2015)

No que tange às questões empíricas dos estudos, dois são os elementos da grade de leitura: o cargo a que o candidato está concorrendo naquela eleição e o ano em que ocorre a

eleição. A Tabela 3, mostra a soma dessas combinações em todos os artigos investigados (a mesma tabela com os dados de cada artigo está presente no apêndice deste material, dos Quadros 10 a 33), onde é possível observar que o cargo de deputado federal é aquele sobre o qual mais se pesquisou (26), ou seja, sobre o qual mais se produziram resultados com base em elementos empíricos, com destaque para as eleições de 2010, e o cargo menos estudado é o de prefeito (7), não havendo estudos para o cargo de vereador. Da mesma forma, as eleições de 2010 foi a mais estudada (28), seguidas de perto por 2014 (24) e 2006 (22). A leitura da grade de forma pormenorizada está presente no QUADRO 34, no apêndice, que trata sobre a grade de leitura dos artigos.

TABELA 3 – NÚMERO DE ARTIGOS EM QUE OCORRE A COMBINAÇÃO DE CARGO E ANO DA ELEIÇÃO

ARTIGO	PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO										
	Cargo	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	Soma
Presidente	2		4			4		4			14
Senador	2		4			3		3			12
Governador	3		4			5		4			16
Prefeito		1		3			2		1		7
Deputado Federal	3		6			10		7			26
Deputado Estadual	2		4			6		6			18
Vereador											
<b>Soma</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>28</b>	<b>2</b>	<b>24</b>	<b>1</b>			<b>93</b>

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index* (2020)

Em tempo, é preciso dizer que existem estudos que se dedicam a investigar o desempenho de candidatos a vereança, ainda que em menor número, porém, como se verifica, não ocorre a presença destes estudos neste portfólio bibliográfico. O dado poderia indicar que a produção sobre vereadores não chega aos periódicos mais qualificados. Não obstante, o mesmo se dá com as recém eleições de 2018, no entanto, a hipótese aqui é em relação ao tempo que se leva para a execução do estudo, avaliação e publicação.

#### 2.4 ANÁLISE QUALITATIVA DA GRADE DE LEITURA

A partir deste momento realizo uma leitura qualitativa do portfólio bibliográfico, na qual busco identificar e trazer à luz como os artigos se encaixam nos critérios estabelecidos e de que maneira contribuem para a compreensão dos fenômenos que acercam a questão do financiamento eleitoral de campanhas. Proponho uma narrativa em blocos que visa a aproximar

os artigos conforme afinidades, em acordo especialmente com os dois primeiros elementos de avaliação que são o financiamento como variável e função da variável.

Nesse sentido, é preciso que o leitor, seja ele pouco ou bastante familiarizado com a temática, tenha consigo que em determinados momentos essa lógica de narrativa assumida poderá parecer se desalinhar. Justifico que isso se deve a uma questão de observância de minha parte enquanto pesquisador, no qual julgo que o estudo A ou B possui um grau de maior ou menor similaridade com o estudo C ou D.

À medida que apresento os artigos, procuro destacar quais as principais perguntas e hipóteses formuladas pelos autores e de que forma dialogam com os resultados alcançados. A ideia é não abordar todos os artigos da mesma maneira, dando maior profundidade e relevância a um ou outro, pois o tratamento igual tenderia a produzir um resultado repetitivo e exaustivo que pouco ou quase nada contribuiria com esta revisão.

A literatura de forma geral tem sido unânime em afirmar que dinheiro importa para explicar a conquista de votos por candidatos (desempenho eleitoral) e/ou o sucesso eleitoral (eleito, não eleito), seja em eleições no âmbito nacional, subnacional e municipal e em qualquer ano eleitoral que se proponha a analisar. Neste portfólio, os artigos que se dedicam ao estudo do financiamento como variável independente para o sucesso e desempenho eleitoral dos candidatos igualmente têm corroborado nesse sentido, de que dinheiro importa, no entanto, em medidas diferentes, sobretudo quando associado a outras variáveis.

Corroboram a afirmativa acima os artigos que estudam o financiamento, investigando seu papel, perscrutando e categorizando receitas e gastos, apontando o desempenho do candidato associado ao financiamento ou ainda promovendo a compreensão de como o dinheiro afeta diferentemente as campanhas. (CERVI, 2010; HEILER; VIANA; SANTOS, 2016; LEMOS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010; SILVA; CERVI, 2017; SOUSA, 2018; SPECK; MANCUSO, 2014). Não obstante, influenciam nos estudos os mais variados perfis de candidatos. Sendo assim, candidatos incumbentes e/ou desafiantes, conforme gênero, detentores ou não de capital político, simbólico, partido de afiliação, ideologia, bem como a posição do candidato em relação ao governo.

Se são inúmeras as maneiras com que os autores dão tratamento em sua produção científica ao elemento financiamento – categorização de receitas e despesas – e se são inúmeros os perfis de candidatos que pleiteiam uma vaga em qualquer eleição que se proponha a analisar, sou levado a intuir que isso se deve, sobretudo, ao problema da pesquisa, à pergunta que se pretende responder e às hipóteses levantadas em cada material em face do universo de possibilidades que o financiamento proporciona tratar.

Em Heiler, Viana & Santos (2016) e Lemos, Marcelino & Pederiva (2010), os autores se dedicam de forma mais incisiva a identificar, categorizar e estabelecer padrões receitas e gastos efetuados por candidatos. Dentre as perguntas que ocorrem nestes tipo de estudos, e que assumem relevância mediante o fenômeno, destaco as seguintes: a) quanto custa uma disputa eleitoral? b) existe uma relação positiva entre valor gasto na campanha e sucesso eleitoral? c) um candidato que concorre à reeleição precisa de menos ou de mais dinheiro que um novato? d) determinados gastos de campanha possuem maior impacto no sucesso eleitoral do que em outros?

Para Lemos, Marcelino & Pederiva (2010), que analisaram as prestações de contas de candidatos a deputado federal e senador nas eleições de 2002 e 2006, os resultados de forma geral respondem positivamente. O dinheiro importa para as campanhas, sendo que “os eleitos gastam, em média, cinco vezes mais do que os não eleitos.” Entre candidatos à reeleição ou novatos, quem possui melhor desempenho? No que se refere à captação de recursos, o artigo aponta que candidatos à reeleição recebem mais recursos do que os desafiantes e nesse sentido, os resultados são bastante expressivos. Segundo os autores, na disputa para o Senado, em 2002, candidatos à reeleição gastaram em média até duas vezes mais que desafiantes e quatro vezes mais em 2006; na disputa para a Câmara, em 2002, candidatos à reeleição gastaram seis vezes mais que desafiantes e nove vezes mais que 2006.

Sabendo que dinheiro tem papel fundamental em uma eleição, Heiler, Viana & Santos (2016) focam em analisar as despesas declaradas, na maneira como recursos das campanhas são utilizados. Ao analisar as campanhas de deputados federais nas eleições de 2010, os autores estabeleceram cinco categorias de despesas. A categorização foi realizada, em certo grau, de forma arbitrária, como afirmam os autores, o que em algum grau torna um pouco difícil, porém não impossível a replicação do estudo (HEILER; VIANA; SANTOS, 2016, p. 60). No entanto, isso se dá e apenas revela a ausência de transparência e baixo grau de profissionalização das campanhas eleitorais.

Por meio da técnica de regressão logística multivariada, os autores testam o impacto dos tipos de despesas no sucesso eleitoral dos candidatos e estabelecem variáveis de controle, como por exemplo, ser candidato a reeleição ou desafiante. Com isso, testam duas hipóteses, sendo a primeira relacionada ao tipo de gastos e a segunda relacionada a homogeneidade/heterogeneidade dos gastos. Os resultados confirmam a primeira hipótese de que os resultados eleitorais podem estar associados mais positivamente com determinados tipos de gastos.

Tendo receitas de campanha como variável independente para tratar sobre o desempenho de candidatos, Sousa (2018) e Speck & Mancuso (2014) investigam, no primeiro trabalho, candidatos a prefeito nas eleições de 2016; no segundo trabalho, candidatos a deputado estadual e federal nas eleições de 2010. A pergunta central dos trabalhos busca saber que tipo de candidatos foram mais eficientes em transformar dinheiro em voto. Seriam candidatos incumbentes (à reeleição) ou desafiantes (novatos)? Para tal, o segundo trabalho ainda agrega a questão/variável gênero do candidato.

Sendo assim, as hipóteses são de que dinheiro importa para explicar o resultado eleitoral, no entanto, varia conforme o perfil do candidato e assim dialogam principalmente com os trabalhos de Jacobson (1978, 1985, 1990), ao testarem o que ficou conhecido com o *Jacobson effect*. Os resultados apontam que o dinheiro é mais importante para candidatos desafiantes e sobretudo mulheres, o que poderia sinalizar para a questão das desvantagens que estes candidatos carregam consigo. No caso entre incumbentes e desafiantes, a questão está no fato de que os incumbentes possuem, em geral, maiores chances de serem eleitos por já estarem no cargo, o que geraria um maior capital político, atraindo mais fortemente a ação dos doadores de campanha.

Se dinheiro importa para explicar o resultado eleitoral conforme as categorias de financiamento e despesas, os estudos a seguir se voltam principalmente a analisar que tipo do doador é o mais influente em determinar os resultados de uma eleição. Há tempos, a literatura que estuda financiamento de campanhas tem apontado o papel determinante das empresas no sucesso eleitoral de candidatos. Isso se dá, sobretudo, pelo desenho institucional brasileiro que passou a regular as doações empresariais a partir das eleições de 1994 e que vigorou até 2014. Por 20 anos, o desenho institucional do financiamento de campanhas permitiu que empresas realizassem doações para partidos políticos e candidatos em valores de até 2% de seu rendimento bruto anual declarado em ano anterior ao da eleição. O que difere em muito dos limites permitidos por pessoas físicas, que podem até os dias de hoje doar até 10% de seu rendimento declarado no ano anterior ao da eleição. Essa questão *per se* já coloca ambos os doadores em condições bem distantes de financiar uma campanha, com o que tem sido mostrado, de enorme vantagem para as empresas. E é assim que se orientam vários dos estudos que tomam o financiamento empresarial como elemento central.

Nesse sentido, Cervi (2010) e Silva & Cervi (2017) estabelecem categorias de financiamento. No primeiro, analisa-se a prestação de contas de 173 candidatos a prefeito nas eleições de 2008 em capitais brasileiras. O autor categoriza então o financiamento em três grupos distintos: a) financiamento estatal (público); b) financiamento de empresas (doador



pessoa jurídica); e c) financiamento por pessoa física. No segundo, analisa-se a prestação de contas de candidatos a deputado federal nos anos de 2010 e 2014 sob cinco grupos distintos: a) pessoas jurídicas; b) pessoas físicas; c) partidos (recursos do partido do candidato); d) recursos próprios (dinheiro investido pelo próprio candidato); e, e) recursos de outros candidatos e outros partidos. O resultado em ambos os artigos são aproximados e corroboram a literatura, de que as doações empresariais apresentam maior impacto no resultado eleitoral. No segundo artigo, Silva & Cervi (2017) vão além ao trazerem para a análise o posicionamento do partido do candidato em relação ao governo federal. Este elemento se mostra explicativo, sobretudo porque empresas tendem a doar mais assertivamente para candidatos da base aliada do governo e atesta afirmativamente a hipótese central do artigo. Os estudos sobre determinantes do financiamento tendem a aprofundar a análise sobre os motivos que levam determinados financiadores a realizar doações para determinados tipos de candidato, o que veremos mais a seguir.

Demais variáveis, como se tem visto, também se mostram fundamentais quando associadas ao financiamento e que contribuem para a melhor compreensão do resultado eleitoral. Em geral, os artigos combinam o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), profissionalização política, partido político e até mesmo o grau de organização destes partidos (BORBA; CERVI, 2017; CERVI *et al.*, 2015; SPECK; CERVI, 2016).

Borba & Cervi (2017) vão além no que se refere ao tratamento metodológico e combinação das variáveis. Em trabalho que buscou analisar o desempenho de 1.281 candidatos que disputaram eleições para presidente, governador e prefeito de capitais entre os anos de 2002 e 2014, combinaram HGPE, gastos de campanha e a avaliação de governo dos candidatos. Os resultados demonstram que as variáveis apresentam maior ou menor importância de acordo com o nível de disputa realizada.

Em Sacchet & Speck (2012), os autores aprofundam as questões de gênero, sobretudo, da arrecadação distinta entre homens e mulheres e em que medida isto poderia explicar o baixo desempenho eleitoral das mulheres. As hipóteses do artigo apontam no sentido de que capital político (elemento que é cumulativo) pode responder pelo sucesso eleitoral dos candidatos. Os resultados, não obstante, para o perfil de candidato, são os mesmos já citados. Dinheiro importa significativamente. Portanto, sendo as mulheres um perfil que historicamente tem estado afastado do processo eleitoral, participar e acumular capital político é o que indica a baixa representatividade feminina no país.

Lacerda (2018) e Netto & Speck (2018) tratam sobre candidatos que levam ao pleito não somente o capital político, mas em especial, o capital simbólico. Nestes casos, o capital

religioso é utilizado para se diferenciarem de demais candidatos. O foco aqui são candidatos protestantes e evangélicos. Em geral, a questão que se coloca nestes estudos é se a religião e instituições religiosas, ou aquilo que se constitui no capital simbólico, é capaz de influenciar no desempenho e/ou sucesso eleitoral de forma negativa ou positiva. Os resultados demonstram que tais candidatos precisam de menos dinheiro para serem eleitos, sobretudo quando apoiados pelas igrejas que assumem um papel de promoção da imagem do candidato ao fiel. Isso tende a funcionar como um serviço gratuito de propaganda, que é de fato, direcionada para um público específico, que por sua vez, tende a canalizar votos.

Da mesma forma que se combinam variáveis, tem-se combinado métodos e técnicas. Se frequentemente são utilizadas técnicas de regressão linear simples e multivariada, testes de diferenças e médias, entre outras, como novidade para o campo, chamo atenção para os artigos que fazem uso da técnica de análises de redes sociais (ARS) para determinar a posição de atores dentro de uma rede de relações (doadores e receptores de doação) e o sucesso eleitoral dos atores mediante a posição destes na rede de relações (HOROCHOVSKI *et al.*, 2016; JUNCKES *et al.*, 2019). Para estes artigos,

ocupar posições centrais (na rede) amplia enormemente as chances de eleição. Em suma, isso implica ter vários financiadores, estar próximo dos demais atores e colocar-se em posições privilegiadas nos fluxos relacionais que essas pessoas estabelecem entre si. (HOROCHOVSKI *et al.*, 2016, p. 49).

Por meio do mesmo método e com uso de ferramentas similares, Melo-Silva (2016) analisa a relação entre financiamento eleitoral e benefícios ao financiador.

Sendo assim, a partir daqui residirá de forma mais clara a diferença entre os estudos que usam o financiamento como variável independente para o desempenho/sucesso ou para benefícios ao financiador. É esse o caso de artigos como os de Scheffer & Bahia (2011; 2013) que investigam o financiamento e sucesso de candidatos focando um determinado perfil de financiador. Nestes dois artigos o foco eram as empresas da área de saúde. Ambos coadunam com Speck (2016b) ao tratar das “motivações das empresas quando financiam campanhas eleitorais.”

Mas, que motivações são essas? Por que pessoas e/ou empresas (sobretudo, empresas) realizam doações? Seriam os financiadores favorecidos pelos políticos eleitos com o seu dinheiro? Segundo Speck (2016b, p. 40), estas questões são mais difíceis de serem respondidas, sobretudo pela dificuldade de se “levantar os dados necessários para testar essa hipótese”. No

entanto, sob tal desafio, além de Melo-Silva (2016), fazem parte deste portfólio bibliográfico Fonseca (2017) e Pinheiro, De Luca & Vasconcelos (2016).

Fonseca (2017), entre os citados acima, merece destaque, seja pela proposta do estudo, seja pela arquitetura de pressupostos e métodos. O autor investiga, a partir de dados das eleições gerais de 2006, se as empresas que efetuaram doações para partidos da coalizão do governo recebem maiores valores contratuais antes e após as eleições. Como apontado por Speck (2016b) acima, da dificuldade de se levantar dados e testar hipóteses, Fonseca (2017) estrutura uma cadeia de argumentos que lhe permite afirmar que se ocorrem interesses e troca de benefícios, estes não acontecem apenas após as doações eleitorais. Com isso, o autor testa por meio de técnicas de regressão um conjunto de variáveis que lhe permite afirmar que o efeito dos retornos após as eleições é baixíssimo, no entanto, “os valores contratuais recebidos pelas empresas antes das eleições estão associados às doações de modo expressivo”. (*ibidem*, p. 31).

Como visto até aqui, os estudos que fazem uso do financiamento como variável independente para explicar o desempenho/sucesso eleitoral dos candidatos, em geral, têm encontrado associações positivas e significantes. Quando associada a outras variáveis relativas ao perfil do candidato ou elementos do processo eleitoral, o financiamento tende a explicar mais ou menos o resultado eleitoral. Que as empresas que realizam doações podem possivelmente receber retornos dos políticos eleitos com seu financiamento. Mas, e o que determina o financiamento de um candidato? Quais perfis de candidatos são os mais financiados, ou seja, atraem maior atenção do doador? Os parágrafos a seguir dedicam-se às determinantes do financiamento e buscam elucidar essas e outras questões.

Os estudos sobre as determinantes do financiamento operam de forma a somar elementos de natureza política e/ou individual, como os já citados acima e tratam o financiamento como variável dependente. Contribuem para o campo Carlomagno & Codato (2018) e Mancuso, Horochovski & Camargo (2018), ao demonstrar que tais elementos influenciam para determinar quem será financiado.

Carlomagno & Codato (2018) se dedicaram a investigar um total de 38.278 candidaturas à deputado estadual nas 27 unidades federativas do Brasil entre os anos de 2002 e 2014. O financiamento, como já dito, nesses estudos assumem o caráter de variável dependente. Como variável independente, os autores testaram a ocupação profissional do candidato e o sexo. Já em Mancuso, Horochovski & Camargo (2018), os autores se dedicaram a investigar candidatos a deputado federal em 2014. Em geral, as hipóteses e perguntas são direcionadas ao privilégio de determinados perfis de candidatos. Não obstante, os resultados, para os dois recortes de cargos são aproximados e que são mais bem financiados candidatos com “o perfil

predominante na política brasileira: homens brancos já integrados à elite política nacional, com elevado grau de instrução e pertencentes a organizações partidárias mais estruturadas.” (MANCUSO; HOROCHOVSKI; CAMARGO, 2018, p. 29).

Tanto para o desempenho dos candidatos, quanto para as determinantes do financiamento, Mancuso & Speck (2015) mostram como o financiamento é afetado por fatores de natureza política (capital político, ideologia partidária, estrutura partidária e pertença à coalizão do governo), características dos candidatos (gênero, escolaridade e ocupação) e como financiamento empresarial fortalece o desempenho dos candidatos. Vê-se que ambos os autores possuem uma agenda bastante extensa e completa de pesquisas, no que se refere às questões desta grade de leitura, pois exploram também questões relativas ao desempenho eleitoral e determinantes do financiamento em Mancuso *et al.*, (2016) e Speck & Mancuso (2014) – este último já citado anteriormente.

Em geral, a revisão da literatura realizada em artigos científicos tende a promover um panorama sobre o campo e o fenômeno estudado. Destaco a seguir, em sentido próximo ao deste trabalho, os esforços de três autores que se dedicaram a produzir materiais sobre o estado da arte sobre o financiamento eleitoral de campanhas e que contribuem significativamente com este e demais trabalhos, são eles: Mancuso (2015), Sampaio & Figueiredo Filho (2019) e Stratmann (2005).

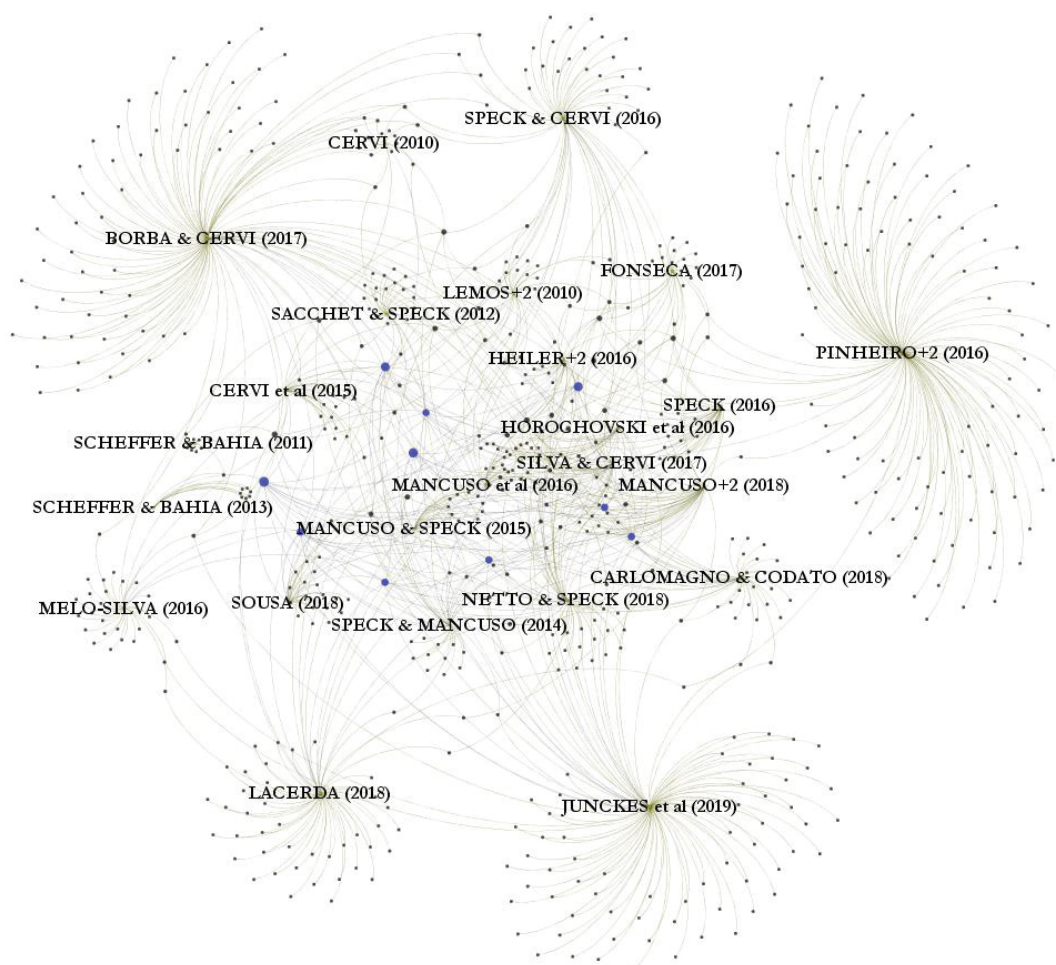
Não obstante, devido aos limites estabelecidos pelos critérios de inclusão e exclusão neste trabalho, inúmeros são os artigos e demais materiais como livros, capítulos de livros, teses, dissertações de autores que ficaram de fora desta revisão sistemática. Diria ainda que não seria exagerado afirmar alguns destes como cânones de fundamental importância para o campo. Aqueles que, sobretudo, fornecem elementos para a discussão do que é tratado neste portfólio bibliográfico. Sendo assim, entendo como necessário, ainda que de forma breve, citar alguns destes autores sem necessariamente passar pelo crivo da grade de leitura.

Com a finalidade de identificar de forma não arbitrária quem são os autores que mais são citados e referenciados neste portfólio bibliográfico, faço a rodagem e captura das referências mais frequentes por meio do pacote RQDA no *software* R. Trato de identificar apenas autores para obter a frequência com que são citados. Logo, não levo em consideração quais são os trabalhos referenciados e elimino instituições, leis e demais referências. O resultado eu exponho graficamente a seguir em grafo construído por meio do *software* Gephi.

Na Figura 4, apresento a rede de relações entre os artigos do portfólio e autores presentes nas referências bibliográficas destes artigos, constituindo assim um total de mais de 630 nós identificados. Estes nós estabelecem ao menos 961 relações entre si. É possível

identificar os artigos conforme sua posição na rede, sendo sete deles mais à margem do núcleo, onde existem os outros 17. Estes artigos centrais, posso afirmar, são aqueles que nesta rede compartilham mais frequentemente dos mesmos autores em referências bibliográficas, o que tende a gerar/promover para uma discussão mais consolidada sobre o objeto e o fenômeno estudado.

FIGURA 4 - REDE DE ARTIGOS DO PORTFÓLIO E AUTORES PRESENTES NAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



FONTE: o autor por meio de pacote RQDA via *software* R e grafo por meio do *software* Gephi (2020).

Na Figura 5, apresento em destaque os autores que apareceram com maior frequência. Tais autores, devido ao seu peso e relação com os artigos, ganham centralidade na rede de relações. Por uma questão estética que facilite a identificação, apenas 18 autores estão presentes nesta rede. No entanto, apresento os dados de frequências na tabela a seguir.

FIGURA 5- REDE DE AUTORES QUE APARECEM COM MAIOR FREQUÊNCIA NAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS ARTIGOS DO PORTFÓLIO



FONTE: o autor, por meio de pacote RQDA via *software* R e grafo por meio do *software* Gephi (2020).

Visto que são mais de 600 autores identificados, a Tabela 4 a seguir apresenta aproximadamente 4% do total de autores presentes na rede e que aparecem com maior frequência. São 24 autores no total, que entre os 24 artigos do portfólio, aparecem entre 18 e seis deles, ou seja, Wagner Pralon Mancuso foi referenciado em 18 dos 24 artigos. Entre os 10 autores mais citados, nada menos que oito são autores ou coautores dos artigos presentes no portfólio. Se expandirmos essa lógica, entre os 24 mais citados, 12 são autores ou coautores dos artigos presentes no portfólio. Essa frequência com que tais autores aparecem referenciados nos demais artigos, ao menos no que está sendo analisado aqui, nos revela que há uma rede de

autores bastante consolidada, que tendem a formar um grupo – me arriscaria a dizer que uma elite – que discute entre si os principais casos e achados sobre o tema do financiamento eleitoral de campanhas, um grupo que, em maior ou menor grau, dita a agenda de estudos sobre o campo.

TABELA 4 - FREQUÊNCIA COM QUE O AUTOR APARECE NAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS ARTIGOS DO PORTFÓLIO

AUTORES	FREQUÊNCIA	AUTORES	FREQUÊNCIA
MANCUSO, Wagner Pralon	18	BOURDOUKAN, Adla Youssef	7
SPECK, Bruno Wilhelm	17	RENNÓ, Lucio	7
PEIXOTO, Vitor de Moraes	16	CLAESSENS, Stijin	7
SAMUELS, David	16	FEIJEN, E.	7
FIGUEIREDO FILHO, Dalsón Britto	12	LA EVEN, Luc	7
LEMOS, Leany Barreiro	12	STRATMANN, Thomas	7
MARCELINO, Daniel	12	CODATO, Adriano	6
PEDERIVA, João Henrique	12	HEILER, Jeison Giovanni	6
SACCHET, Teresa	12	PERISSINOTTO, Renato Monseff	6
CERVI, Emerson Urizzi	11	BOAS, Taylor C.	6
PEREIRA, Carlos	8	RICHARDSON, Neal P	6
SANTOS, Rodrigo Dolandeli dos	8	JACOBSON, Gary C	6

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index* (2020)

Dentre os nomes citados acima, destaco alguns dos trabalhos de Samuels (2001a, b, c, d, 2006), que remetem aos primeiros estudos sobre financiamento eleitoral de campanhas, que tiveram como recorte empírico o Brasil, em especial as eleições de 1994 e 1998 e que começam a ser publicados no início dos anos 2000. Entre as inúmeras contribuições de Samuels à época, destaco as evidências de que o Brasil possui eleições bastante custosas quando comparadas a demais democracias, bem como o impacto que o financiamento empresarial tem no resultado eleitoral.

Esta revisão sistemática da literatura ajuda a construir um panorama bastante esclarecedor sobre em qual estágio, teórico e metodológico, se encontram os estudos sobre financiamento eleitoral de campanhas no Brasil. Contribui diretamente com este trabalho, na medida em que proporciona entender como o financiamento impacta nos resultados eleitorais de candidatos aos cargos executivos e legislativos nas esferas nacional e subnacionais; na compreensão de como se articulam os demais elementos que influenciam tanto resultado quanto determinantes do financiamento; ao passo que contribui em delimitar um objeto/recorte que tem sido estudado em menor número. Não obstante, lançando luz à proposta que está sendo executada. Sendo assim, diante das seções que se seguem, esta revisão pode e deve contribuir/enriquecer o diálogo acerca dos achados que confirmam ou negam as hipóteses levantadas.

### 3 METODOLOGIA

De início, mais do que empiricamente orientados, os estudos na área das ciências sociais devem fornecer informações que possibilitem sua verificação e replicação (BABBIE, 2003; KING, 1995). Dessa forma, a seguir apresento de forma pormenorizada o passo a passo metodológico com a fonte de dados, técnicas e softwares que possibilitaram a seleção do recorte empírico, a construção de um banco de dados único com agregação de variáveis e, por fim, as análises estatísticas.

Metodologicamente este é um trabalho de caráter quantitativo que faz uso de métodos e técnicas de coleta, mineração, categorização e análises de regressão linear simples e multivariada. O objeto de estudo são as eleições para prefeito de cidades com mais de 200 mil eleitores em 2016. Os votos conquistados pelos candidatos são a variável dependente. Demais variáveis, independente e de controle, são utilizadas para os testes estatísticos. O financiamento eleitoral, ou quando necessário, as fontes e modalidades de financiamento mensurados por meio de índices construídos para este trabalho, são a minha variável independente, sendo dependente quando a questão visa a entender quais elementos são determinantes do financiamento. Demais elementos que se devem a aspectos individuais do candidato como gênero, grau de instrução e cor da pele, bem como elementos que se ligam a questões política/capital político e partidárias como a posição do partido no espectro ideológico e se candidato a reeleição (incumbente ou desafiante) são assumidas aqui como variáveis de controle.

A fonte de dados oficial é o Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), responsável por disponibilizar ao longo de cada pleito eleitoral os dados relativos ao perfil do eleitorado, de candidatos, prestações de contas eleitorais tanto de partidos quanto de candidatos, pesquisas eleitorais e resultado das votações.

Duas questões fundamentais precisam ser esclarecidas desde já para a melhor compreensão dos achados deste trabalho. Primeiro, devido ao recorte do cargo de prefeito, este trabalho tratará sobre a conquista de votos do candidato (desempenho eleitoral) e não sobre o sucesso eleitoral (eleito ou não eleito), conforme Speck e Cervi (2016). Segundo, trato competitividade sendo como quanto menor o grau do coeficiente de determinação ( $R^2$  ou R-quadrado) entre as variáveis voto e dinheiro, ou seja, quanto menos dependentes e/ou explicativas estas variáveis estão/são uma da outra, mais competitiva é a eleição, pressupondo assim que candidatos necessitam de menos dinheiro para conquistar votos.

Do contrário, quanto maior é o grau do coeficiente de determinação entre as variáveis, mais dependente do dinheiro é a eleição, portanto, menos competitiva. Assim sendo, por meio



de técnica estatística de regressão linear, ora simples, ora multivariada, os votos conquistados são relacionados ao total do financiamento de cada candidato e as variáveis de controle. Desta forma, o  $R^2$  explica em que proporções a variável dependente é explicada pelas demais variáveis; sendo pré-condição a ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes, onde assumiremos que  $R < 0,70$  é satisfatório; e ao grau de significância do modelo, onde assumiremos  $p < 0,05$  como satisfatório. Neste ponto, vale dizer e esclarecer, que para fins desta pesquisa, quando este trabalho faz uso de modelo estatístico multivariado é por compreender que não apenas o financiamento e sim a soma de demais elementos/variáveis podem contribuir em prever resultados eleitorais.

### 3.1 CONSTRUINDO O BANCO DE DADOS

Nesta etapa apresento a construção e seleção do recorte empírico, bem como os detalhes mais pormenorizados no que diz respeito ao tratamento das variáveis dependentes e independentes que são o financiamento e suas modalidades. No primeiro momento, trato da seleção dos municípios que são estudados e busco apresentar de forma breve e não exaustiva características relativas ao eleitorado e número de casos presentes em cada um. No segundo momento, trato da seleção dos casos em cada um dos municípios, descrevendo os principais elementos que caracterizam o conjunto de casos e que podem/devem subsidiar as discussões e análises estatísticas. A seguir, do modelo construído para identificação e apresentação das fontes e origens do financiamento, que são transformados em modelos de análise para cálculos estatísticos. Na sequência, da soma total dos votos conquistados pelos candidatos, meu principal objeto de estudo e que se constitui na minha variável dependente. Por fim, trato da identificação dos partidos dos candidatos no espectro ideológico Esquerda-Direita, que servirá para a hipótese de análise conjuntural. Um breve passo a passo das etapas de construção do banco de dados que servirá para análise e que serão pormenorizadas ao longo do texto está presente no QUADRO 2 a seguir.

QUADRO 2 - PASSO A PASSO NO DOWNLOAD DOS BANCOS DE DADOS E AGREGAÇÃO DAS VARIÁVEIS

ETAPA	DESCRIÇÃO
I.	Download dos dados no Repositório de Dados Eleitorais do TSE sobre as eleições de 2016;
I.a.	Os bancos de dados são: a) Eleitorado; b) Consulta Cand; c) Prestação de Contas; d) Resultados.
II.	Seleção do recorte de municípios;
III.	Seleção dos Casos;
III.a.	Candidatos ao cargo de prefeito que tiveram suas candidaturas deferidas pela justiça eleitoral nos 92 municípios selecionados anteriormente.
IV.	Seleção das Receitas;

---

IV.a.	Realização da soma de todas as receitas declaradas por cada candidato conforme Fonte e Origem da Doação.
V.	Votos recebidos;
V.a.	Em processo similar ao do tratamento com o banco de receitas, realizo a soma do total de votos conquistados por cada candidato.
VI.	Agregação das variáveis do Consulta Cand, Prestação de Contas e Resultados eleitorais por meio de uma ID única para cada candidato.
VII.	Identificação do espectro ideológico esquerda-direta dos partidos dos candidatos.

---

FONTE: O autor (2020)

Devido ao tamanho dos bancos de dados, utilizo o *software DB Browser* que, por meio de linguagem em SQL (*Structured Query Language*), permite trabalhar com um grande volume de dados. Este *software* será essencial para o tratamento dos bancos de dados sobre os candidatos, receitas dos candidatos e votos. Opto por criar IDs exclusivas para identificar cada candidato ao concatenar variáveis como UF (Unidade da Federação), Município e Número do Candidato (número de urna) em cada um dos tipos de banco de dados. Dessa forma, disserto com maior fidedignidade os dados e reduzo as chances de erros. No apêndice deste trabalho (QUADRO 35) disponibilizo um passo a passo pormenorizado bem como o conjunto de *query* utilizadas para que o banco de dados possa ser replicado. A fim de conferir uma análise mais fidedigna no estudo, opto por trabalhar apenas com os candidatos que tiveram a sua candidatura deferida (candidaturas deferidas e deferidas com recurso) pela justiça eleitoral.

### 3.2 O RECORTE EMPÍRICO: SELECIONANDO OS MUNICÍPIOS POR TAMANHO DO ELEITORADO

No Brasil, as eleições municipais (Prefeitos e Vereadores) ocorrem regularmente a cada quatro anos, intercaladas pelas eleições gerais (Presidente, Governadores, Deputados Federais e Estaduais e Senadores), havendo assim um intervalo de dois anos entre uma e outra. Nas eleições municipais, todos os municípios estão sob o mesmo guarda-chuva da legislação eleitoral (desenho institucional) no tocante à forma como se dá o processo para eleger vereadores. Nesse sentido, o que varia é o número de cadeiras em disputa/magnitude eleitoral do município. Quando a disputa é para eleger prefeitos, há diferentes regras conforme artigos 28, 29, inciso II e 77 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) ou seja, quando o município supera o número de 200 mil eleitores aptos a votar, as eleições podem se estender ao segundo turno, caso nenhum candidato tenha somado 50% dos votos válidos + 1 no primeiro turno. Sendo assim, disputam no segundo turno os dois candidatos mais bem votados no primeiro turno.

É nestes municípios acima de 200 mil eleitores (havendo ou não segundo turno) que se concentram as análises propostas para este trabalho. A escolha se justifica, não somente pela ótica do desenho institucional, mas também, por se apresentarem como potencial campo de estudo, que se deve pelo alto número de atores envolvidos nas campanhas eleitorais e que oferecem subsídios para uma análise mais aprofundada. Também, devido à importância que o tamanho dos municípios apresenta no quadro de acessibilidade a recursos financeiros que importam para os efeitos e resultados de uma campanha (SPECK & CERVI, 2016; SPECK & MANCUSO, 2013; RODRIGUES-SILVEIRA, 2013).

Selecionar quais são os municípios que serão estudados é uma tarefa relativamente simples que pode ser realizada em duas etapas após o *download* do banco de dados “Eleitorado” no site do Repositório de Dados Eleitorais. Após realizado o *download* do arquivo relativo ao eleitorado, verifica-se que este está disponibilizado na extensão .txt e junto geralmente o pesquisador encontrará um arquivo em formato .pdf disponibilizado pelo TSE que possui a descrição das variáveis do banco de dados escolhido. Optei por manusear o arquivo .txt com o *software* Power Bi da Microsoft. Este é um banco considerado simples dentro dos padrões encontrados no TSE e seu conteúdo se resume basicamente a nove elementos que são apresentados no QUADRO 3 a seguir:

QUADRO 3 – DESCRIÇÃO BREVE DOS ELEMENTOS DO BANCO DE DADOS SOBRE O ELEITORADO EM 2016

Nº	VARIAVEL	DESCRIÇÃO
i	PERIODO	Período a que se referem os dados.
ii	UF	Sigla da Unidade da federação
iii	MUNICIPIO	Nome do município
iv	COD_MUNICIPIO_TSE	Código TSE do município
v	NR_ZONA	Número da Zona Eleitoral
vi	SEXO	Sexo
vii	FAIXA_ETARIA	Faixa Etária
viii	GRAU_DE_ESCOLARIDADE	Grau de Escolaridade
ix	QTD_ELEITORES_NO_PERFIL	Quantidade de eleitores no perfil

FONTE: O autor por meio do TSE (2020).

Escolho abrir o arquivo .txt no *Power Bi* onde seleciono apenas as variáveis i, ii, iii e ix. As três primeiras peço para que se mantenham constantes ao passo que peço para que se some a última variável. Como resultado obterei um novo banco com a presença de todos os municípios do Brasil e seu eleitorado somado. Com isso, peço que me retorne os municípios com mais de 200 mil eleitores. O resultado é de 93 municípios, no entanto, o resultado também me retorna a cidade de Brasília que não possui eleições para prefeito, restando então apenas 92 municípios.

O recorte de municípios investigados neste trabalho é de 92, alcançando exatos 54.376.262 eleitores regulares, superando pouco mais de 37% do eleitorado total do país que para efeitos daquela eleição contava com 146.470.911 eleitores aptos. A seguir, apresento no primeiro momento de forma fragmentada o número de municípios, tamanho do eleitorado destes municípios e a soma do número de casos dos municípios de cada região (na seção a seguir apresento o modelo de escolha do nº de casos), a fim de facilitar a descrição do recorte empírico. No segundo momento, apresento por região os municípios do recorte, bem como o tamanho do eleitorado e o total de casos em cada município.

Na Tabela 5, é possível observar que a região Sudeste é aquela que concentra o maior número de municípios estudados, sendo um total de 50 que concentram cerca de 32,8 milhões de eleitores, 60% do total e 344 casos, aproximadamente 55% do total. A soma do total de municípios e casos das demais regiões não superam os números existentes na região Sudeste, o que aponta para um recorte que pode ser extremamente rico para se estudar de forma isolada ou de forma comparada. Seguindo de longe estão as regiões Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste, com um total respectivamente de 16, 13, oito e cinco municípios e 109, 89, 53 e 37 casos.

TABELA 5 - TOTAL DE MUNICÍPIOS, TAMANHO DO ELEITORADO E NÚMERO DE CASOS POR REGIÃO

REGIÃO	Nº MUN	ELEITORADO	Nº CANDIDATOS
CENTRO-OESTE	5 5,43%	2.508.851 4,61%	37 5,85%
NORDESTE	16 17,39%	9.981.131 18,36%	109 17,25%
NORTE	8 8,70%	3.843.503 7,07%	53 8,39%
SUDESTE	50 54,35%	32.718.743 60,17%	344 54,43%
SUL	13 14,13%	5.324.034 9,79%	89 14,08%
TOTAL	92 100%	54.376.262 100%	632 100%

FONTE: O autor com dados do TSE (2020).

Na Tabela 6, são apresentados os dados daquela que é a menor região em número de municípios, eleitorado e casos. São cinco municípios que somados possuem pouco mais de 2,5 milhões de eleitores e 37 casos. De forma breve, destaco a capital Campo Grande (MT), que possui cerca de 595 mil eleitores, ficando em 2º nesse quesito, no entanto, apresentando o dobro de casos, 14 no total – sendo o município dentre os 92 com maior número de casos –, em relação a Goiânia (GO), que com cerca de 957 mil eleitores apresenta um total de sete casos.

TABELA 6 - MUNICÍPIOS, TAMANHO DO ELEITORADO E Nº DE CASOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	ELEITORADO	Nº CANDIDATOS
CENTRO-OESTE	GO	GOIÂNIA	957.161 38,15%	7 18,92%
	MS	CAMPOGRANDE	595.174 23,72%	14 37,84%
	MT	CUIABÁ	415.100 16,55%	6 16,22%
	GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	280.849 11,19%	3 8,11%

	GO	ANAPOLIS	260.567	10,39%	7	18,92%
<b>TOTAL</b>			<b>2.508.851</b>	<b>100%</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor com dados do TSE (2020).

Na Tabela 7, são apresentados os dados relativos aos municípios da região Nordeste, que como já se viu (Tabela 5), constitui-se na segunda região em número de municípios, tamanho do eleitorado e de casos. Nesse sentido, destaco as capitais Salvador (BA), Fortaleza (CE) e Recife (PE), todas com mais de 1 milhão de eleitores. Salvador (BA) possui 1,95 milhão de eleitores, quase 20% do total da região e um total de sete casos. Fortaleza (CE) possui quase 1,7 milhão de eleitores, 17% do total e oito casos. Recife (PE) possui pouco mais de 1,1 milhão, cerca de 11% do total e oito casos. A capital São Luís (MA) possui um número reduzido de eleitores quando comparada as capitais descritas acima, cerca de 660 mil, no entanto, é aquela com mais casos para serem analisados, um total de nove.

TABELA 7 – MUNICÍPIOS, TAMANHO DO ELEITORADO E Nº DE CASOS NA REGIÃO NORDESTE

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	ELEITORADO	Nº CANDIDATOS		
NORDESTE	BA	SALVADOR	1.948.154	19,52%	7	6,42%
	CE	FORTALEZA	1.692.712	16,96%	8	7,34%
	PE	RECIFE	1.119.271	11,21%	8	7,34%
	MA	SÃO LUÍS	659.779	6,61%	9	8,26%
	AL	MACEIÓ	579.962	5,81%	7	6,42%
	RN	NATAL	534.582	5,36%	7	6,42%
	PI	TERESINA	531.953	5,33%	7	6,42%
	PB	JOÃO PESSOA	489.028	4,9%	4	3,67%
	PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	443.854	4,45%	7	6,42%
	BA	FEIRA DE SANTANA	397.590	3,98%	6	5,5%
	SE	ARACAJU	397.228	3,98%	6	5,5%
	PB	CAMPINA GRANDE	274.006	2,75%	5	4,59%
	PE	OLINDA	259.335	2,6%	9	8,26%
	BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	230.598	2,31%	6	5,5%
	CE	CAUCAIA	213.181	2,14%	6	5,5%
	PE	CARUARU	209.898	2,1%	7	6,42%
	<b>TOTAL</b>			<b>9.981.131</b>	<b>100%</b>	<b>109</b>

FONTE: O autor com dados do TSE (2020).

Na Tabela 8, são apresentados os dados referentes aos municípios da região Norte, que apenas é superior em número de municípios, eleitorado e casos, ao da região Centro-Oeste. As capitais Manaus (AM) e Belém (PA) se destacam bastante nesta região, em especial, pelo tamanho de seu eleitorado superior a 1 milhão. Manaus (AM) possui cerca de 1,25 milhão de eleitores, 32,7% do total e reúne nove casos. Belém (PA) possui 1,05 milhão de eleitores, 27,1% do total e também reúne nove casos.

TABELA 8 – MUNICÍPIOS, TAMANHO DO ELEITORADO E Nº DE CASOS NA REGIÃO NORTE

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	ELEITORADO	Nº CASOS
--------	----	-----------	------------	----------

NORTE	AM	MANAUS	1.257.129	32,71%	9	16,98%
	PA	BELÉM	1.043.219	27,14%	9	16,98%
	RO	PORTO VELHO	319.939	8,32%	6	11,32%
	PA	ANANINDEUA	291.273	7,58%	6	11,32%
	AP	MACAPÁ	277.688	7,22%	7	13,21%
	AC	RIOBRANCO	241.196	6,28%	4	7,55%
	PA	SANTARÉM	209.484	5,45%	5	9,43%
	RR	BOA VISTA	203.575	5,3%	7	13,21%
TOTAL			3.843.503	100%	53	100%

FONTE: O autor com dados do TSE (2020).

Na Tabela 9, são apresentados os dados referentes a região com maior número de municípios, eleitorado e casos, a região Sudeste. Como já dito anteriormente, a região Sudeste *per se*, sugere um recorte empírico bastante interessante ao reunir uma quantia de elementos que podem subsidiar uma boa discussão para estudos que buscam compreender os efeitos das mudanças nas regras eleitorais sobre financiamento e afins. Nesse sentido, destaco especialmente a capital São Paulo (SP), que possui o maior eleitorado do país. Não obstante, é a cidade mais rica e frequentemente usada como recorte em estudos eleitorais. São Paulo (SP) possui cerca de 9 milhões de eleitores, representando 27% do total da região e reúne um total de 11 casos. A capital paulista é seguida à certa distância pela capital carioca Rio de Janeiro (RJ) com aproximadamente 5 milhões de eleitores, 15% do total e também reúne 11 casos. Na sequência está a capital mineira, Belo Horizonte (MG) possui quase 2 milhões de eleitores, 6% do total e também reúne 11 casos. O Estado de São Paulo soma pouco mais de 18,6 milhões de eleitores, distribuídos em 29 municípios e 199 casos no total. O que confere para um estudo isolado ou comparativo um recorte bastante sólido. Vale ainda destaque para o município de Itaquaquecetuba no interior de SP que com pouco mais de 220 mil eleitores reuniu um total de 13 casos, sendo o segundo em número de casos dentre os 92 municípios estudados.

TABELA 9 – MUNICÍPIOS, TAMANHO DO ELEITORADO E Nº DE CASOS NA REGIÃO SUDESTE

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	ELEITORADO		Nº CANDIDATOS	
SUDESTE	SP	SÃO PAULO	8.886.324	27,16%	11	3,2%
	RJ	RIO DE JANEIRO	4.898.045	14,97%	11	3,2%
	MG	BELO HORIZONTE	1.927.460	5,89%	11	3,2%
	SP	GUARULHOS	902.720	2,76%	9	2,62%
	SP	CAMPINAS	822.044	2,51%	8	2,33%
	RJ	SÃO GONÇALO	686.207	2,1%	9	2,62%
	RJ	DUQUE DE CAXIAS	628.164	1,92%	8	2,33%
	SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	611.786	1,87%	6	1,74%
	RJ	NOVA IGUAÇU	583.636	1,78%	7	2,03%
	SP	SANTO ANDRÉ	569.666	1,74%	7	2,03%
	SP	OSASCO	566.000	1,73%	7	2,03%
	SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	488.647	1,49%	6	1,74%
	MG	UBERLÂNDIA	478.250	1,46%	5	1,45%
	SP	SOROCABA	458.334	1,40%	5	1,45%
	MG	CONTAGEM	456.933	1,40%	10	2,91%

SP	RIBEIRÃO PRETO	435.369	1,33%	9	2,62%
MG	JUIZ DE FORA	395.425	1,21%	7	2,03%
RJ	NITERÓI	370.958	1,13%	4	1,16%
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	368.991	1,13%	5	1,45%
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	359.323	1,10%	6	1,74%
SP	SANTOS	338.474	1,03%	8	2,33%
SP	DIADEMA	330.918	1,01%	9	2,62%
RJ	BELFORD ROXO	328.777	1%	6	1,74%
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	318.478	0,97%	6	1,74%
ES	VILA VELHA	316.619	0,97%	6	1,74%
ES	SERRA	308.151	0,94%	4	1,16%
SP	MAUÁ	303.058	0,93%	7	2,03%
SP	MOGI DAS CRUZES	296.944	0,91%	3	0,87%
SP	JUNDIAÍ	290.278	0,89%	6	1,74%
SP	CARAPICUÍBA	284.817	0,87%	6	1,74%
SP	PIRACICABA	283.814	0,87%	8	2,33%
MG	BETIM	278.234	0,85%	11	3,20%
SP	BAURU	263.470	0,81%	5	1,45%
MG	MONTES CLAROS	262.496	0,8%	4	1,16%
SP	SÃO VICENTE	256.516	0,78%	9	2,62%
ES	CARIACICA	255.477	0,78%	4	1,16%
SP	BARUERI	245.042	0,75%	4	1,16%
RJ	PETRÓPOLIS	244.648	0,75%	5	1,45%
ES	VITÓRIA	232.829	0,71%	5	1,45%
SP	FRANCA	231.871	0,71%	5	1,45%
SP	GUARUJÁ	225.501	0,69%	11	3,20%
MG	UBERABA	224.864	0,69%	6	1,74%
SP	ITAQUAQUECETUBA	223.323	0,68%	13	3,78%
RJ	VOLTA REDONDA	223.240	0,68%	7	2,03%
SP	TAUBATÉ	222.773	0,68%	7	2,03%
SP	LIMEIRA	212.581	0,65%	7	2,03%
SP	SUZANO	211.653	0,65%	7	2,03%
SP	TABOÃO DA SERRA	204.250	0,62%	5	1,45%
MG	GOVERNADOR VALADARES	203.794	0,62%	4	1,16%
SP	PRAIA GRANDE	201.571	0,62%	5	1,45%
<b>TOTAL</b>		<b>32.718.743</b>	<b>100%</b>	<b>344</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor com dados do TSE (2020).

Na Tabela 10, está a região Sul do país, a terceira em quantia de municípios e eleitorado. As capitais Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS) são os únicos municípios que possuem mais de um milhão de eleitores. Curitiba (PR) possui um pouco menos de 1,3 milhão de eleitores, sendo 24% do total de municípios pesquisados da região e reúne um total de oito casos. Porto Alegre (RS) com aproximadamente 1,1 milhão de eleitores e 20,5% do total, reúne nove casos. Destaco ainda o município de Joinville (SC) que apresenta um eleitorado superior ao da capital Florianópolis (SC). Joinville (SC) apresenta cerca de 370 mil eleitores e reúne oito casos.

TABELA 10 - MUNICÍPIOS, TAMANHO DO ELEITORADO E N° DE CASOS NA REGIÃO SUL

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	ELEITORADO		N° CASOS	
SUL	PR	CURITIBA	1.289.215	24,22%	8	8,99%
	RS	PORTO ALEGRE	1.098.515	20,63%	9	10,11%
	SC	JOINVILLE	372.551	7,00%	8	8,99%

PR	LONDRINA	353.314	6,64%	7	7,87%
SC	FLORIANÓPOLIS	316.261	5,94%	7	7,87%
RS	CAXIAS DO SUL	293.417	5,51%	6	6,74%
PR	MARINGÁ	261.717	4,92%	8	8,99%
RS	CANOAS	247.770	4,65%	4	4,49%
SC	BLUMENAU	230.167	4,32%	5	5,62%
RS	PELOTAS	228.634	4,29%	7	7,87%
PR	PONTA GROSSA	222.716	4,18%	5	5,62%
PR	CASCADEL	206.714	3,88%	7	7,87%
RS	SANTA MARIA	203.043	3,81%	8	8,99%
<b>TOTAL</b>		<b>5.324.034</b>	<b>100%</b>	<b>89</b>	<b>100%</b>

FONTE: O autor com dados do TSE (2020)

A reunião dos dados acima permite observar/corroborar, em um aspecto geral, que o tamanho do eleitorado não apresenta necessariamente uma distribuição padrão com o número de casos. É uma conclusão que extrapola os demais elementos em um jogo eleitoral, que simplesmente aponta para o fato de que o tamanho do eleitorado não é em si uma variável que afeta de forma significativa o número de candidatos que concorrem em uma eleição. A explicação, estaria na lógica racional do comportamento partidário que se soma ao desenho institucional eleitoral, naquilo que se refere a existência de um segundo turno, que incentiva os partidos a lançarem mais candidatos para fazerem coalizões, conforme apontam Dantas, Ramos & Tanaka:

sistemas eleitorais majoritários de dois turnos tendem a estimular a maior participação de competidores no primeiro turno, isto porque as alianças podem ser refeitas em um segundo momento, e porque o eleitor tende a utilizar o voto útil com menor frequência. (2018, p.28).

### 3.3 O RECORTE DE CANDIDATOS: SELECIONANDO OS CASOS

Uma vez que os municípios do recorte já foram definidos, o que faço é por meio do SQL selecionar no banco de dados do Consulta Cand os casos que serão analisados. Para tal, uso uma combinação na *query* que me retorne os candidatos que concorreram ao cargo de prefeito nos 92 municípios do recorte. A condição que estabeleço é que todos os candidatos tenham tido suas candidaturas deferidas ou deferidas com recursos pela justiça eleitoral.

O banco de dados Consulta Cand, além de me apresentar informações relativas a candidatura de cada caso, como por exemplo, partido do candidato, número do candidato, composição da coligação, também traz elementos que serão usados como variáveis de controle, como o caso das informações relativas a gênero, cor da pele, grau de instrução e se o candidato é incumbente ou desafiante. No total, como já adiantado, foram selecionados 632 casos e a



seguir tratarei de apresentar algumas características do conjunto, buscando dar destaque a elementos que me permitirão dialogar com o problema da pesquisa, hipóteses e com a literatura.

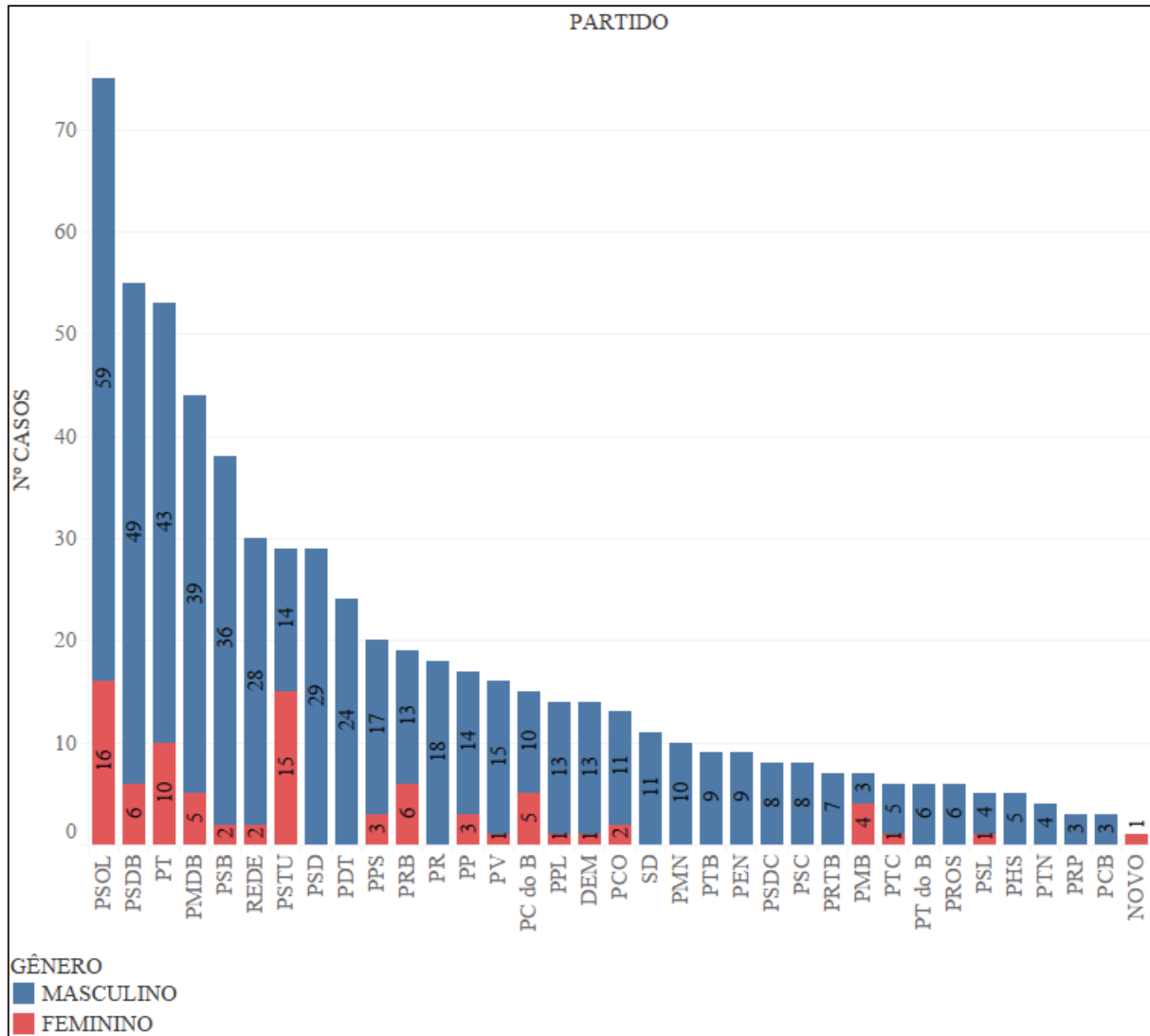
Na Figura 6 (Tabela 14 do apêndice) é possível observar que dos 632 casos, a maioria esmagadora das candidaturas é do sexo masculino, sendo um total de 547 que representam 86,55% dos casos. São 85 candidaturas do sexo feminino, que representam apenas 13,45% do total. Note-se que os partidos que mais lançaram candidaturas do sexo feminino são partidos notavelmente reconhecidos como de esquerda, sendo o caso do PSOL, PSTU e PT, que juntos lançaram 41 das 85 candidaturas, aproximadamente 48% total.

O PSOL lançou 16 candidaturas femininas (21,3%) e 59 masculinas (78,6%). Na soma de ambos os sexos, o PSOL se destaca por ser o partido que mais lançou candidaturas, somando 75 no total. Destas 75 candidaturas, 40 foram na região Sudeste (53,3%), outras 15 na região Nordeste (20%) e 12 na região Sul (16%), vide Tabela 15 no apêndice. Apesar de uma quantidade bastante expressiva em candidaturas o PSOL não conseguiu eleger nenhum candidato (vide Tabela 16 no apêndice).

O PSTU é o único partido que lançou mais candidaturas do sexo feminino que do masculino. Foram um total de 15 (52%) e 14 (48%), respectivamente. A exemplo do que aconteceu com o PSOL, as candidaturas do PSTU foram lançadas em sua maioria na região Sudeste 16 (55%) e na região Nordeste seis (21%), não computando também nenhuma candidatura de sucesso.

O PT lançou 10 candidaturas do sexo feminino (19%) e outras 43 do sexo masculino (81%). Também, a região Sudeste foi aquela em que o PT mais lançou candidatos, sendo 25 candidaturas (47%). No entanto, para o PT a região Sul foi a segunda em número de candidaturas, sendo 10 (19%) e por fim, outras nove na região Nordeste (17%). Diferentemente dos dois partidos citados acima, o PT conseguiu eleger pelo menos um candidato, que foi Marcus Alexandre, em Rio Branco, capital do Acre na região Norte. Na ocasião, Marcus Alexandre era candidato a reeleição e contabilizou 55% dos votos ainda no primeiro turno. O que chama a atenção para este quadro é o fato de que o PT, maior partido do Brasil, eleger apenas um prefeito de uma capital menor. O que corrobora a narrativa de crise vivenciada pelos partidos de esquerda à época. Mais adiante estão presentes demais dados que corroboram afirmativa.

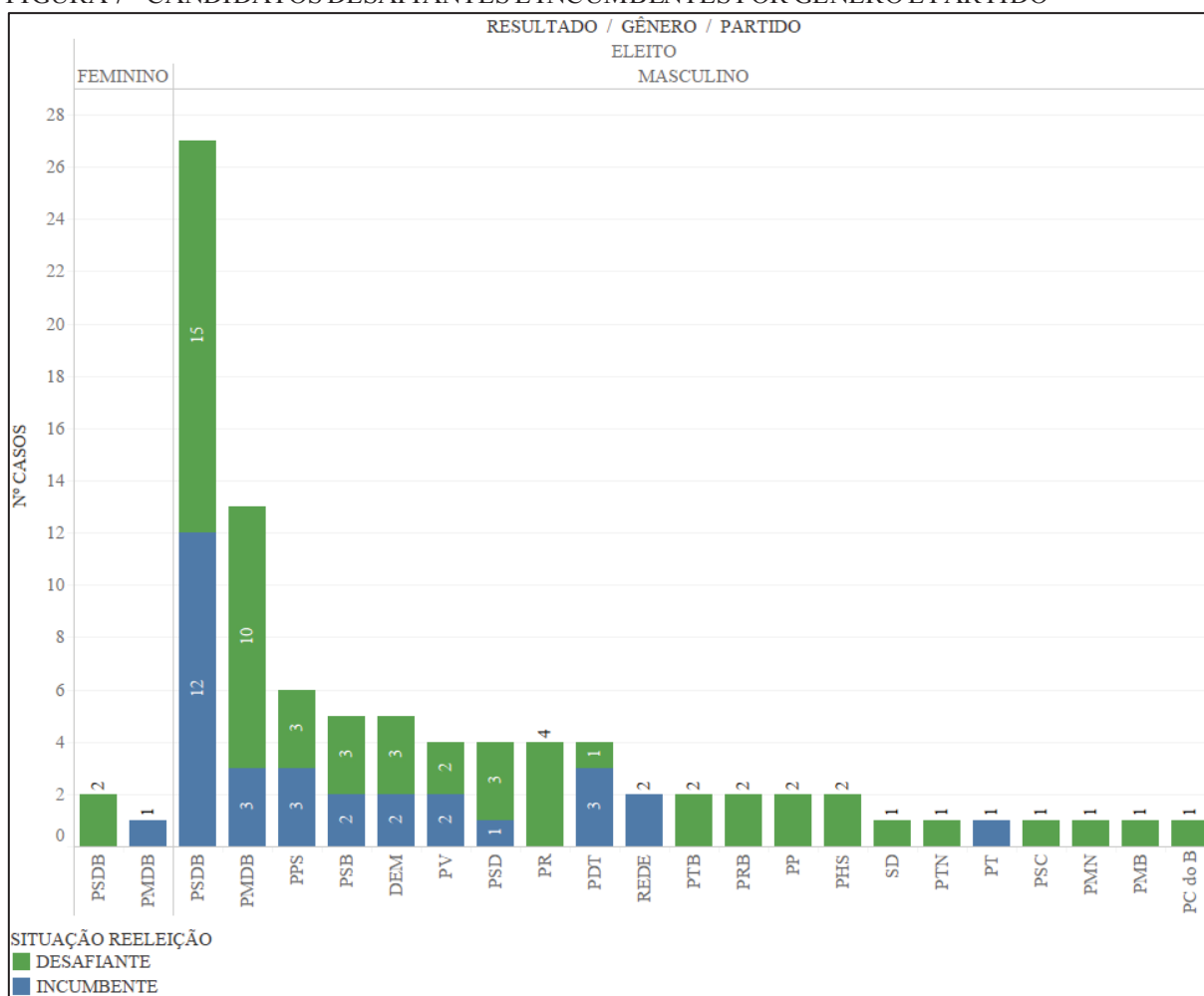
FIGURA 6 - TOTAL DE CANDIDATURAS POR PARTIDO E GÊNERO



FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* Tableau (2020).

Ainda no que se refere a compreender o desempenho eleitoral de candidatos e candidatas por partido, a Figura 7 traz informações que agregam o fato de o candidato ser candidato a reeleição ou não. Nesse sentido, cabe explicar brevemente que se o candidato é candidato a reeleição, portanto ele é incumbente; se candidato não é a reeleição, é desafiante. Apenas três candidatas foram eleitas nos 92 municípios estudados e que destas, duas são do PSDB e também candidatas desafiantes. São elas Raquel Lyra, eleita em Caruaru (PE), na região Nordeste e Paula Schild Mascarenhas, eleita em Pelotas (RS) na região Sul. O PMDB elegeu, ou neste caso, reelegeu a candidata Maria Teresa Guimarães em Boa Vista (RR).

FIGURA 7 - CANDIDATOS DESAFIANTES E INCUMBENTES POR GÊNERO E PARTIDO



FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* Tableau (2020).

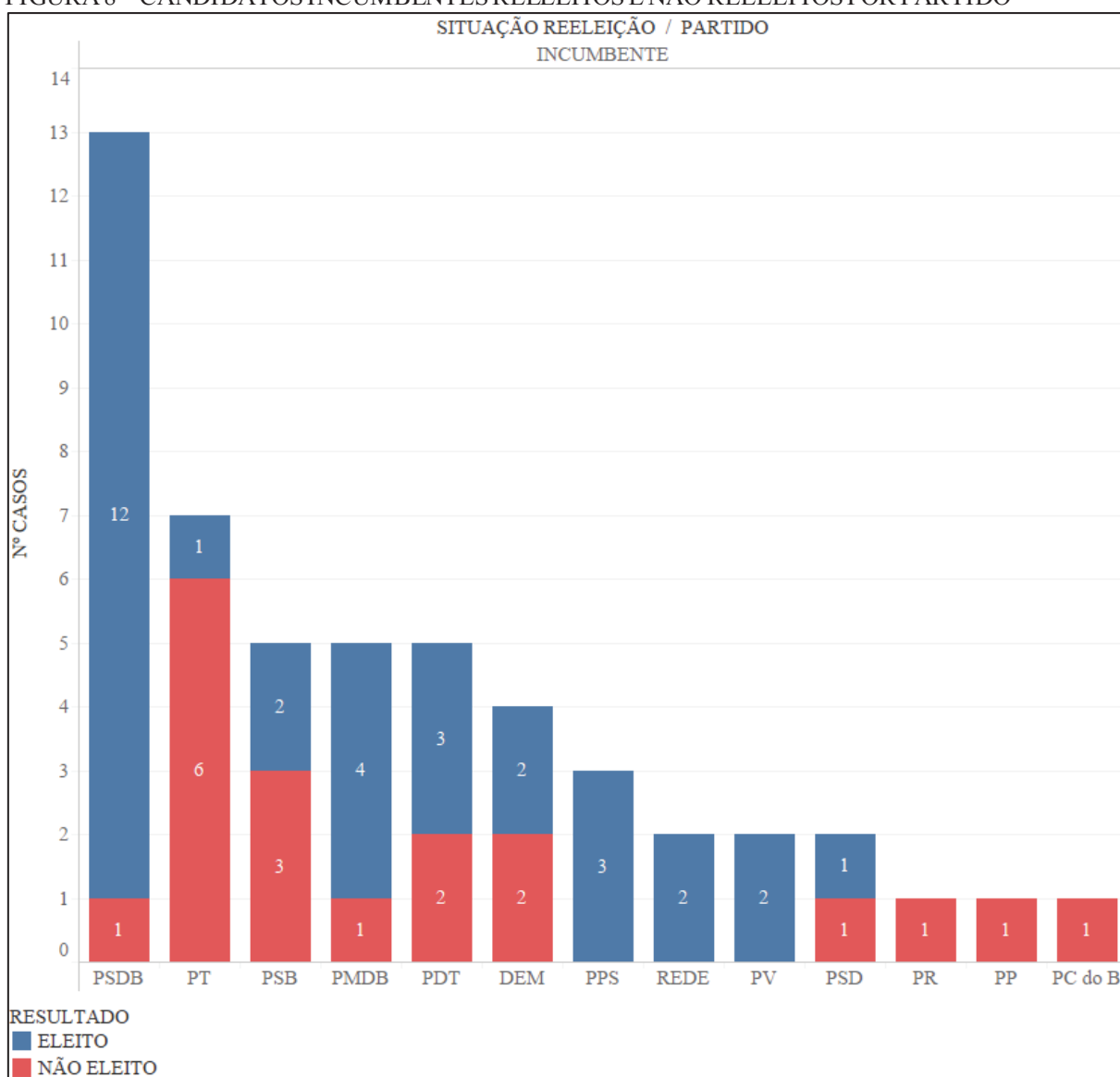
PSDB e PMDB são os dois partidos que ganham destaque não só por terem sido os únicos a elegerem mulheres, mas por se distanciarem bastante em relação aos demais partidos na quantidade de candidatos eleitos. PSDB elegeu nada menos que 29 candidatos, ou seja, saiu vencedor em 31,5% dos 92 municípios, sendo que 17 deles na região Sudeste e dos 29 candidatos, 17 deles, desafiantes. PMDB elegeu 14 candidatos no total, poucos mais de 15% de todos os municípios onde sete deles estão na região Sudeste e dos 14 candidatos, 10 eram desafiantes (vide Tabela 16, Tabela 17 e Tabela 18 no apêndice). PSDB e PMDB claramente se beneficiam da crise pela qual passam os partidos de esquerda à época da eleição. Vale lembrar o caso do PT que elegeu apenas um candidato.

Em um aspecto geral, dos 632 candidatos, 580 deles, aproximadamente 92% disputaram as eleições na condição de desafiantes, sendo 60 deles, 10,5% eleitos. Já incumbentes foram um total de 52 candidatos, cerca de 8%, sendo 32 eleitos, ou seja, 62% dos candidatos que concorreram pela reeleição obtiveram o sucesso eleitoral. Em especial, nesse

grupo de candidatos incumbentes, dois partidos se destacam, são eles o PSDB (que já havia ganhado destaque por ter sido o partido que mais elegeu desafiantes) e o PT.

Conforme se observa na Figura 8, o PSDB lançou um total de 13 candidatos à reeleição, dos quais 12 alcançaram o sucesso eleitoral, uma taxa de sucesso superior a 90%. Já o PT, lançou sete candidatos à reeleição, mas, já dito anteriormente, apenas um alcançou o sucesso de se reeleger, uma taxa de sucesso de apenas 14%. Um segundo grupo intermediário, ocupado por PMDB, PDT, PSB, que possuíam cinco candidatos cada um a reeleição, viram quatro, três e dois de seus candidatos, respectivamente, serem reeleitos. PPS, PV e REDE, viram seus três, dois e dois candidatos, respectivamente, manterem-se no cargo em que já ocupavam.

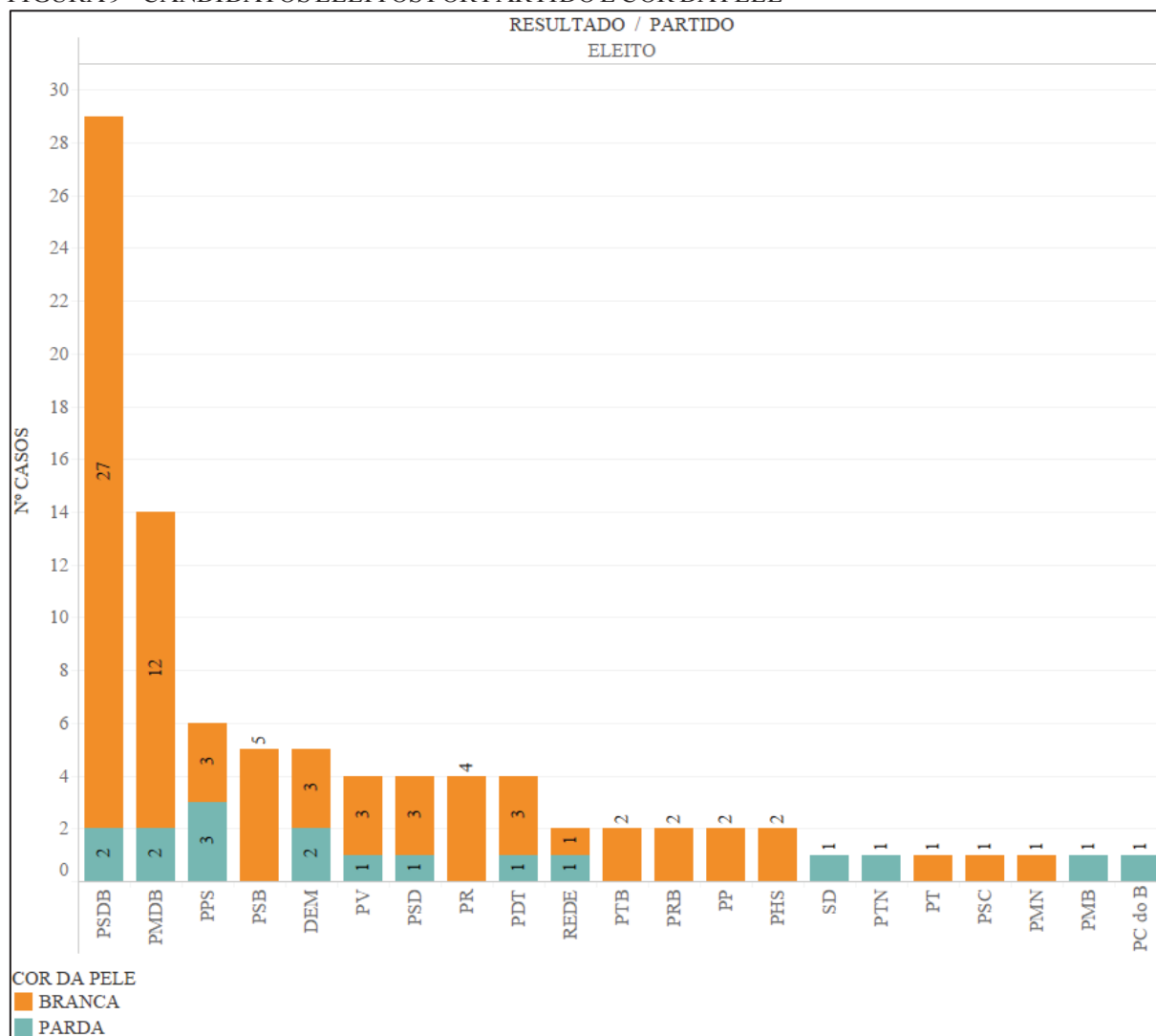
FIGURA 8 – CANDIDATOS INCUMBENTES REELEITOS E NÃO REELEITOS POR PARTIDO



FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* Tableau (2020).

Um outro debate frequente na literatura se refere à questão da cor da pele dos candidatos. Na Figura 9, estão expressos graficamente os dados relativos aos candidatos eleitos por partido e de acordo com a cor da pele que declararam ao TSE no registro de suas candidaturas. Os dados apresentam 92 candidatos eleitos divididos entre brancos e pardos. Pois bem, a classificação do TSE apresenta ainda preta, indígena e amarela. Ou seja, nenhum destes outros candidatos foi eleito. Dos 92 candidatos eleitos, 75 deles, ou seja, 81,5% são brancos e outros 17 deles, 18,5% são pardos. Na soma entre candidatos eleitos e não eleitos a distribuição dos candidatos se mostra bastante discrepante, sendo que branca é 441 das candidaturas (69,78%), parda 123 (19,46%), preta 63 (9,97%), indígena três (0,47%) e amarela duas (0,32%). Para mais, vide a Tabela 19 no apêndice.

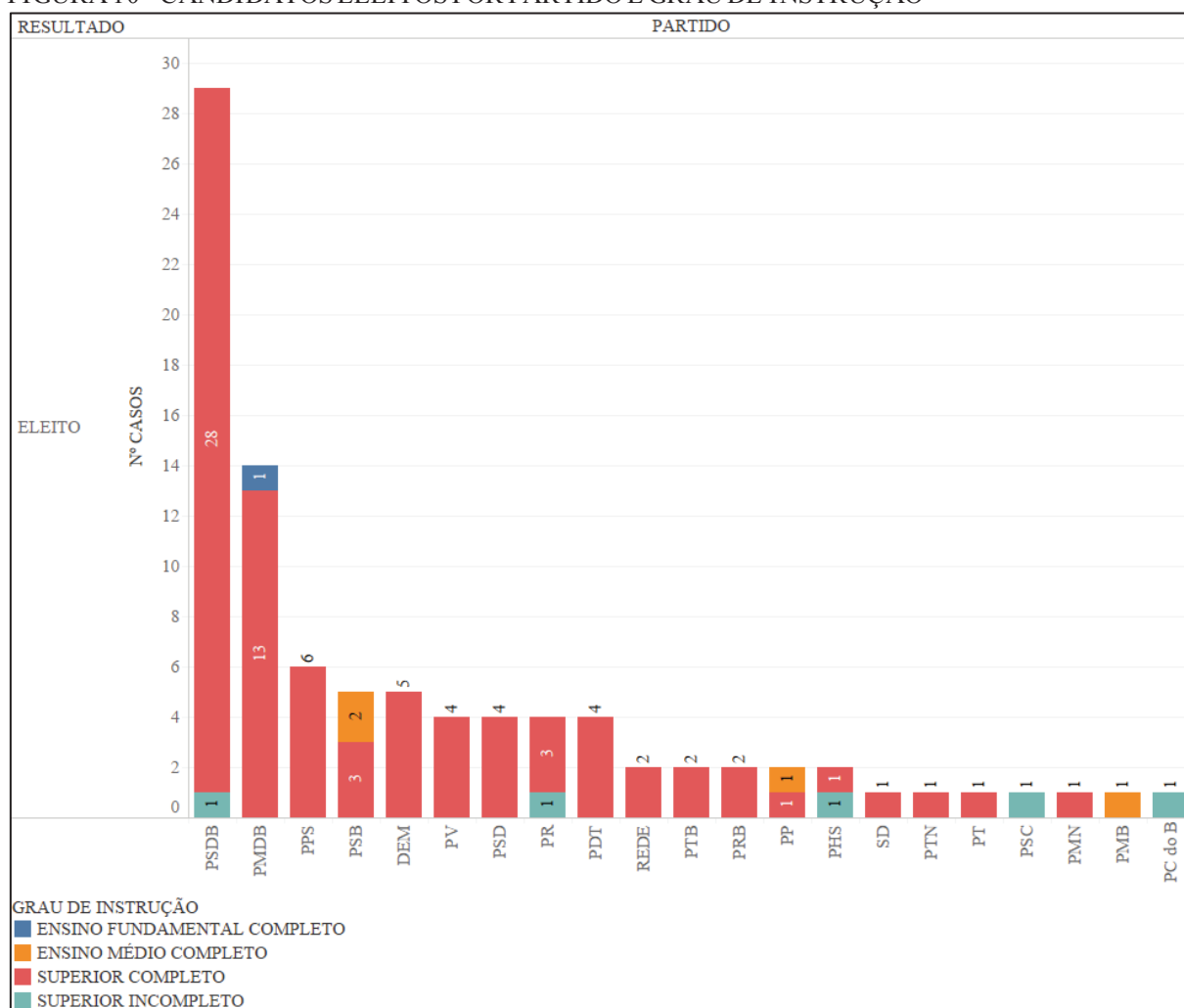
FIGURA 9 - CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDO E COR DA PELE



FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* Tableau (2020).

Na Figura 10, apresento os dados relativos ao grau de instrução dos candidatos eleitos. Dos 92 candidatos eleitos, 82 deles, 90%, são candidatos que declararam possuir o ensino superior completo. No total, o TSE classifica seus candidatos de três maneiras, tendo completado ou não, o ensino fundamental, médio e superior. Na soma entre candidatos eleitos e não eleitos, o número de candidatos que possuem o ensino superior completo é de 491, cerca de 78% do total. Outros 65 declararam ensino superior incompleto, cerca de 10%.

FIGURA 10 - CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDO E GRAU DE INSTRUÇÃO



FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* Tableau (2020)

Mediante este breve quadro verifica-se que o recorte apresenta um perfil bastante homogêneo de candidatos, que em geral se resumem a homens, brancos e com ensino superior completo, sobretudo quando se olha para os candidatos eleitos, indo de encontro ao apresentado por Mancuso, Horochovski & Camargo (2018). Tais elementos trazem à tona questões sobre o processo de recrutamento partidário, sobre em que condições tais candidatos concorrem, mas

sobretudo, naquilo que acerca o problema deste estudo, que é: como o dinheiro é capaz, somado a demais elementos, de explicar o sucesso e desempenho eleitoral destes candidatos.

A seção seguinte destina-se a modelar a questão do financiamento eleitoral de campanhas, das receitas apresentadas pelos candidatos, para ser desenhado um modelo estatístico que verificará o impacto do financiamento, associado a demais variáveis em explicar o sucesso/desempenho eleitoral dos candidatos.

### 3.4 DAS RECEITAS DOS CANDIDATOS E DOS INDICADORES PARA O MODELO DE ANÁLISE

Nesta seção apresento as ferramentas e técnicas utilizadas para a construção do conjunto de variáveis que me permitirão responder ao propósito desta dissertação. A fonte de dados, como já dito anteriormente, continua a ser o Repositório de Dados Eleitorais do TSE, e os dados de que faço uso são os relativos as prestações de contas dos candidatos. As *queries* utilizadas para construir o banco de dados, também já apresentadas anteriormente, estão presentes no apêndice deste material (QUADRO 35).

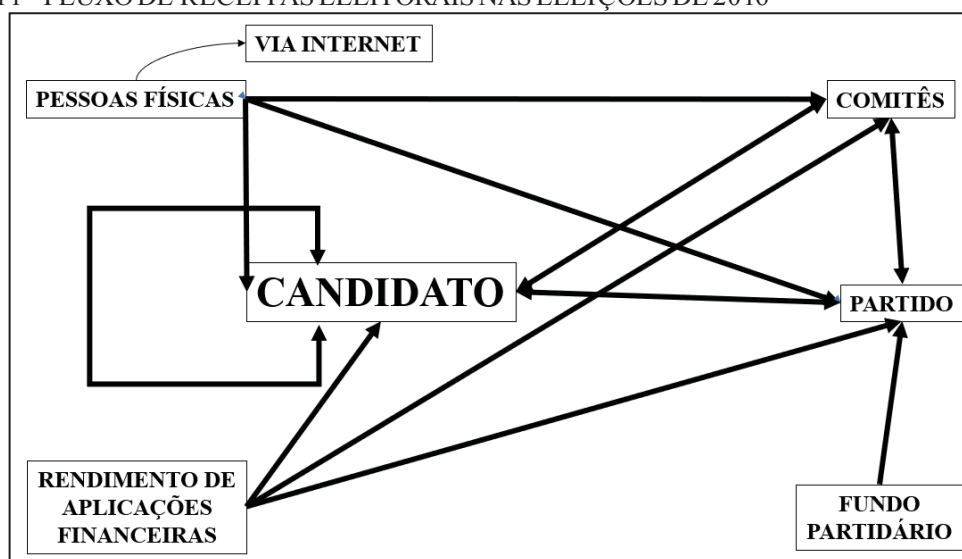
Sob este material, extraio todas as planilhas de receitas declaradas pelos candidatos de todos os Estados e importo-as no *software* DB Browser, que por meio de linguagem SQL, buscarei tratar os dados, eliminar os possíveis erros nas declarações (o que acontece com bastante frequência, sobretudo em campanhas menos profissionalizadas), criar novas formas de apresentações dos dados conforme o tipo e a origem do financiamento, agregar tais valores e então lançá-los em um outro banco de dados que reúne as informações individuais dos candidatos, neste caso, o banco que reúne os 632 casos a serem analisados e que foram apresentados na seção anterior.

Para que o leitor possa entender o motivo de cada uma das decisões que foram tomadas, considero importante, primeiramente, esclarecer, ainda que de forma simples, como funciona a estrutura da rede de financiamento eleitoral de campanhas nas eleições de 2016, apresentando quem são os atores envolvidos no processo, em especial, como se relacionam e de que forma isso pode ou não influenciar no resultado final de uma análise como a que se propõe nesta dissertação.

Na FIGURA 11 está representado o fluxo de receitas eleitorais possíveis no ano de 2016, mediante as declarações de prestação de contas dos candidatos, sendo desprezado o grau de importância ou volume movimentado. Observe-se que, nesse sentido, parto da explicação em que o candidato é, para este exemplo, o elemento central da nossa rede de relações, sendo

ele o principal receptor de doações e sendo ele também agente possível de realizar/transferir doações, seja para outros candidatos, seja para partidos políticos e comitês (entendendo aqui comissões e provisórias), seja, por fim, porém não menos importante, para si próprio, o que popularmente é chamado de autodoação. Outra forma importante de doação são aquelas realizadas por pessoas físicas. O doador pessoa física pode doar de forma direta e, mais recentemente, também por meio de internet, para candidatos, partidos e comitês. Estas formas de doações são doações “privadas”, ou melhor chamando, são modalidades de financiamento privado e se diferenciam do financiamento público. O financiamento público, é somente o financiamento que advém do Fundo Partidário, que é entregue diretamente para os partidos políticos. A partir deste momento, os partidos têm a opção de doar para comitês e para candidatos, quando também podem doar para demais partidos. Partidos políticos também realizam doações de cunho privado e neste caso, dizemos que o partido político é um intermediador das doações. Assim como os candidatos, partidos políticos também recebem doações de pessoas físicas e de outros candidatos, sendo assim, os partidos usam esse dinheiro para financiar um outro candidato. Ao final desta relação, o candidato está recebendo recursos onde a origem é de pessoa física (doador originário), no entanto, é intermediado pelo partido político. Por fim, comitês que recebem dinheiro tanto de candidatos, partidos e pessoas físicas também podem realizar doações para outros candidatos, partidos e comitês. Ainda que em volume quase residual, existem as “doações” que são rendimentos de aplicações financeiras que candidatos, partidos políticos e comitês fazem com seus dinheiros.

FIGURA 11 - FLUXO DE RECEITAS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES DE 2016



FONTE: o autor com base em Mancuso, Horochovski & Camargo (2018a, p. 16)



O leitor menos experiente com o tema, acostumado às notícias de corrupção, sobretudo aquelas que nos últimos anos tem sido divulgada pela Operação Lava Jato, deve ter notado ou achado estranho a ausência de um elemento que até as eleições de 2014 era central na estrutura das redes de doações: o doador pessoa jurídica. Os doadores pessoas jurídicas são empresas que realizavam o aporte de grandes quantias em campanhas eleitorais. Realizavam também doações de forma direta e indireta, para partidos políticos e candidatos. No entanto, em discussão já tida anteriormente, ficou proibida a sua participação no pleito eleitoral a partir das eleições de 2016, mediante a minirreforma eleitoral de 2015, e verificar o impacto de sua ausência no resultado eleitoral desta eleição é uma das questões que acercam os fins deste trabalho.

Tendo explicado brevemente como se dão as relações nessa estrutura de financiamento, passo a examinar o banco de dados com os registros das doações e então faço as alterações que julgo necessárias. Para este momento, também buscarei ser o mais breve possível, uma vez que está disponível no apêndice deste trabalho (QUADRO 35) o conjunto de *queries* e comandos com todas as alterações que fiz no banco de dados, o que permitirá a qualquer pesquisador replicar o mesmo banco de dados que estou utilizando. Chamo a atenção para alguns dos cuidados que foram tomados, como por exemplo, a identificação de doadores pessoas físicas, por meio de CPF e/ou combinação entre fonte e origem de doação. Cito rapidamente dois exemplos: se a doação é de fundo partidário - recurso público -, não é possível que o doador para o candidato seja uma pessoa física. Logo, é possível considerar essa relação como um erro na prestação das contas; doações em que ocorre a identificação do doador originário como sendo uma pessoa física, não pode ser considerada autodoação, a menos que o CPF/CNPJ do doador seja o mesmo que do candidato receptor.

No QUADRO 4, apresento, ao final do processo de adequação do banco de dados, quais serão as modalidades de financiamento utilizadas. Claramente, Fonte do Recurso sinaliza se a fonte do financiamento é pública, advinda do fundo partidário; se a fonte do recurso é financiamento privado, pode advir do próprio candidato, de doadores pessoas físicas, de partidos políticos ou de outros candidatos. Os tipos de receitas são autoexplicativas, merecendo atenção aos prefixos indexados. Quando ocorrer o prefixo DO-FPTD, significa que a fonte originária daquele recurso é o Fundo Partidário; quando ocorrer o prefixo DO-PF, significa que as fontes originárias daquele recurso são pessoas físicas.

QUADRO 4 - MODALIDADES DE FINANCIAMENTO

FONTES DO RECURSO	TIPO DE RECEITA
FINANCIAMENTO PÚBLICO	(DO-FPTD) RECURSOS DE OUTROS CANDIDATOS
FINANCIAMENTO PÚBLICO	(DO-FPTD) RECURSOS DE PARTIDO POLÍTICO

FINANCIAMENTO PRIVADO	(DO-PF) RECURSOS DE OUTROS CANDIDATOS
FINANCIAMENTO PRIVADO	(DO-PF) RECURSOS DE PARTIDO POLÍTICO
FINANCIAMENTO PRIVADO	DOAÇÕES PELA INTERNET
FINANCIAMENTO PRIVADO	NÃO IDENTIFICADO
FINANCIAMENTO PRIVADO	RECURSOS DE OUTROS CANDIDATOS
FINANCIAMENTO PRIVADO	RECURSOS DE PARTIDO POLÍTICO
FINANCIAMENTO PRIVADO	RECURSOS DE PESSOAS FÍSICAS
FINANCIAMENTO PRIVADO	RECURSOS PRÓPRIOS
FINANCIAMENTO PRIVADO	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS
FINANCIAMENTO PÚBLICO	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTE: o autor (2020).

Feita esta classificação é hora de tratar os valores financeiros no que se refere a cada tipo de doação, ou seja, é hora de somar todas as doações, conforme a nova tipologia que estabeleci. Não obstante, não é apenas somar as doações e então vinculá-las a cada candidato (o que é feito por meio de uma ID única que “liga” em todos os bancos de dados construídos), é preciso criar índices que serão então utilizados para a realização dos cálculos estatísticos juntamente com as demais variáveis apresentadas na seção anterior. Neste momento adianto que, a soma total dos recursos recebidos pelos candidatos nas eleições municipais de 2016 e nos 92 municípios estudados alcançou exatos R\$ 377.726.777,06 (trezentos e setenta e sete milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e setenta e sete reais e seis centavos). Devido ao tamanho da tabela de dados, anexo um [hyperlink](#) que permitirá ao leitor visualizar os dados por inteiro, bem como as demais variáveis apresentadas até aqui e aquelas que estão para ser apresentadas.

A criação de índices sobre modalidades de financiamento se justificam, sobretudo, pelo recorte empírico que foi estabelecido e já apresentado anteriormente. O leitor irá lembrar que, entre os 92 municípios do recorte, existe São Paulo (SP) com aproximadamente 9 milhões de eleitores, e ocorre também Praia Grande (SP) com 201.571 eleitores; ou ainda, Boa Vista (RR), a capital com menor eleitorado do país, superando pouco mais de 203 mil eleitores. Da mesma forma que há a diferença entre o tamanho do eleitorado, ocorre também a quantidade de casos que são diferentes em cada recorte. Não obstante, a quantidade de recursos empregados nas campanhas de São Paulo (SP) e Boa Vista (RR), também são diferentes. A ideia é, com a utilização dos índices, reduzir as assimetrias/distorções existentes entre estes recortes; é trazer todos os municípios e casos para uma condição de maior igualdade; é, já que estão sob o mesmo desenho institucional, tentar entender de que forma, portanto, os recursos financeiros somados às demais variáveis são capazes de impactar no desempenho eleitoral de um candidato em uma eleição.

Dois foram os índices construídos para este trabalho. O primeiro deles é o Índice Modular de Financiamento (IMF) – modular, no sentido de que varia a intensidade –, e que tem por finalidade apresentar o percentual de financiamento que o candidato recebeu em relação aos demais competidores naquele município em que concorre. O IMF pode ser aplicado tanto para a soma total de financiamento recebida pelo candidato; para uma determinada modalidade de financiamento – modalidade, no sentido de categorização; quanto para os votos conquistados pelos candidatos. A fórmula está estabelecida a seguir:

$$\text{IMF} = \frac{\text{TOT. FIN. CAND.}}{\text{TOT. FIN. ALL. CAND.}}$$

**TOT. FIN. CAND.** se refere ao total do financiamento arrecadado por um candidato.

**TOT. FIN. ALL. CAND.** se refere a soma total do financiamento de todos os candidatos, inclusive àquele para quem se calcula o índice de um mesmo município.

Em um modelo simples, para exemplificar, temos o exposto no QUADRO 5:

QUADRO 5 - EXEMPLO DE COMO CALCULAR O ÍNDICE MODULAR DE FINANCIAMENTO (IMF)  
CALCULANDO O IMF DO CANDIDATO

CAND	FIN	FORMULA	VALORES	IMF
A	R\$ 35.000,00	IMF.A = R\$.A/TOTAL	IMF.A = R\$ 35.000,00/R\$ 100.000,00	IMF.A = 0,35
B	R\$ 25.000,00	IMF.B = R\$.B/TOTAL	IMF.B = R\$ 25.000,00/R\$ 100.000,00	IMF.B = 0,25
C	R\$ 20.000,00	IMF.C = R\$.C/TOTAL	IMF.C = R\$ 20.000,00/R\$ 100.000,00	IMF.C = 0,2
D	R\$ 12.500,00	IMF.D = R\$.D/TOTAL	IMF.D = R\$ 12.500,00/R\$ 100.000,00	IMF.D = 0,125
E	R\$ 7.500,00	IMF.E = R\$.E/TOTAL	IMF.E = R\$ 7.500,00/R\$ 100.000,00	IMF.E = 0,075
TOTAL	R\$ 100.000,00			

FONTE: o autor (2020).

O segundo índice é um composto de dois índices e que foram importados e adaptados de Mancuso, Horochovski & Camargo (2018a). Na ocasião, os autores investigaram o impacto do financiamento empresarial direto e indireto em campanhas de candidatos a deputado federal nos Estados brasileiros nas eleições gerais de 2014. Esses índices tem mesma função que o IMF citado acima, reduzir as assimetrias entre os montantes (bem como a quantia de votos) a fim de que seja possível a comparação entre unidades de recorte diferente, no entanto, a sua construção leva em consideração a média de financiamento local por candidato, ou seja, soma-se todo o financiamento dos candidatos do município (ou os votos) e divide-se o valor obtido pelo número de casos no município do candidato a quem é calculado o índice. Para este índice, nomeei-o de

Índice Modular de Financiamento Local (IMFL). No entanto, para explica-lo, resgatarei como é construído o modelo dos autores citados acima já sob o modelo no qual farei uso.

Os índices construído Mancuso, Horochovski & Camargo (2018a) são Índice de Financiamento Empresarial Direto (IFED) e Indireto (IFEI). Nas eleições de 2016 não ocorre o financiamento empresarial, no entanto, o IFED e o IFEI podem ser adaptados tanto para um cálculo como o IMF, o qual chamei de IMFL, como também, adaptados para o financiamento partidário direto e indireto.

A lógica que acerca a construção destes índices é mensurar, no caso do IMFL o quão a mais um candidato possui daquele recurso dentro de seu município, em relação a outro candidato em outros municípios. Ainda que a construção dos índices IMF e o IMFL possam sugerir “mais do mesmo”, a ideia é justamente verificar se isso não ocorre quando analisado os resultados na rodagem do modelo estatístico, ampliando assim o escopo metodológico, fornecendo subsídios para uma análise e por consequência um resultado que permita ao pesquisador dialogar sobre quais índices possam ser mais eficientes para mensurar o impacto de uma modalidade de financiamento no desempenho eleitoral de um candidato.

Para se calcular o IMFL apresento as fórmulas a seguir:

$$1^{\circ} \text{ MFLC} = \frac{\text{TOT. FIN. ALL. CAND}}{\text{N CAND}}$$

$$2^{\circ} \text{ IMFL} = \frac{\text{TOT. FIN. CAND.}}{\text{MFLC}}$$

Na formula 1º:

**MFLC** se refere a média de financiamento local dos candidatos.

**TOT. FIN. ALL. CAND.** se refere a soma total do financiamento de todos os candidatos do município.

**N CAND** se refere ao número de candidatos aos quais foram somados o financiamento e que concorrem naquele município.

Na formula 2º:

**IMFL** se refere ao índice que se quer calcular, no caso, o Índice de Modular de Financiamento Local.

**TOT. FIN. CAND.** se refere ao total de financiamento do candidato.

**MFLC** se refere a média de financiamento local do candidato.

Para mostrar como o cálculo é feito, em um outro modelo simples, tomo emprestado o mesmo caso analisado para calcular o IMF para executar o IMFL, veja no QUADRO 6 e QUADRO 7 a seguir. Vale lembrar mais uma vez que a fórmula também é utilizada para calcular o índice de voto do candidato.

QUADRO 6 - PASSO 1º, CALCULANDO O MFLC PARA CALCULAR O IMFL

CALCULANDO O MFLC					
CAND	FIN	FORMULA	TOT	N CAND	MFLC
A	R\$ 35.000,00	MFLC=TOT.FIN.ALL.CAND/N CAND	R\$ 100.000,00	/5	R\$ 20.000,00
B	R\$ 25.000,00				
C	R\$ 20.000,00				
D	R\$ 12.500,00				
E	R\$ 7.500,00				
TOTAL	R\$ 100.000,00				

FONTE: o autor (2020).

QUADRO 7 - PASSO 2º, CALCULANDO O IMFL DO CANDIDATO

CALCULANDO O IMFL DO CANDIDATO				
CAND	FIN	FÓRMULA	VALORES	IMFL
A	35000	IMFL.A=TOT.FIN.CAND.A/MFLC	IMFL.A=R\$ 35.000,00/R\$20.000,00	1,75
B	25000	IMFL.B=TOT.FIN.CAND.B/MFLC	IMFL.B=R\$ 25.000,00/R\$20.000,00	1,25
C	20000	IMFL.C=TOT.FIN.CAND.C/MFLC	IMFL.C=R\$ 20.000,00/R\$20.000,00	1
D	12500	IMFL.D=TOT.FIN.CAND.D/MFLC	IMFL.D=R\$ 12.500,00/R\$20.000,00	0,625
E	7500	IMFL.E=TOT.FIN.CAND.E/MFLC	IMFL.E=R\$ 7.500,00/R\$20.000,00	0,375

FONTE: o autor (2020).

Uma observação final precisa ser feita naquilo que se refere ao preparo do banco de dados e a soma do total de financiamento recebido pelos candidatos. Ocorrem entre os 92 municípios aqueles que tiveram suas disputas estendidas até o 2º turno. Devido a maneira como a prestação de contas é realizada pelos candidatos, não é possível separar o financiamento que é “destinado” a disputa no 1º ou no 2º turno. Sendo assim, o financiamento total é mensurado pela soma do total de financiamento captado pelo candidato, independentemente se ele participou apenas do 1º turno, ou se também competiu no 2º turno. Não obstante, esse pode ser encarado como um desafio metodológico encontrado no desenvolvimento deste trabalho.

### 3.5 DOS VOTOS DOS CANDIDATOS

Por último, porém não menos importante, preparo a variável dependente deste estudo que é o voto conquistado pelo candidato. Calcular o voto é uma etapa tão simples quanto aquela

que se refere a calcular o eleitorado de cada município. Por meio do Repositório de Dados Eleitorais realizo o download do banco de dados sobre votações. Neste banco, peço para que sejam somados os votos recebidos por cada candidato em cada uma das zonas eleitorais em que ele participou. Ao final, recorto os candidatos que me interessam por estarem no nosso recorte de estudo. Agrego ao banco de dados de casos o total de votos recebido pelo candidato. A partir de então posso trabalhar novamente com dois índices de votos que se baseiam nos índices de financiamento apresentados na seção anterior, que são o IMF e o IMFL.

Finalizada a etapa em que são realizados os cálculos para os índices que utilizarei para responder as perguntas que me proponho, passo a fundir os bancos de dados por meio das IDs únicas de cada candidato. Aqui, não obstante, a situação é, em certo grau, similar ao que acontece com o financiamento em casos no qual as disputas se estendem até o 2º turno. Os votos dos candidatos foram somados (1º e 2º), ainda que na questão do banco de dados de votação seja possível identificar a quantia de votos por turno, diferentemente do que acontece no caso anterior.

### 3.6 IDEOLOGIA DOS PARTIDOS

Nos parágrafos a seguir apresento a classificação dos partidos políticos presentes no recorte deste estudo dentro do espectro ideológico Esquerda-Direita. Esclareço que em momento algum será objetivo deste trabalho adentrar na discussão teórica sobre como são alocados os partidos dentro da classificação. Entendo que esta não é uma tarefa tão simples quanto se possa parecer tal qual afirma Scheffer (2018), e assim sendo, para minimizar os riscos de uma classificação arbitrária, busquei na literatura elementos que subsidiassem a categorização desejada para que então eu pudesse agregar ao meu banco de dados tais informações.

O material escolhido foi publicado por Tarouco & Madeira (2015) e se mostrou bastante satisfatório por apresentar uma quantidade elevada de partidos classificados e que melhor se aproxima dos que estão presentes no recorte deste estudo. Nesse artigo os autores apresentam uma classificação com base na avaliação de *surveys* aplicados aos cientistas políticos presentes no encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) no ano de 2010. Sendo assim, os partidos foram alocados em uma escala que vai de 1 a 7, sendo quanto mais próximo de 1, mais à esquerda está o partido e quanto mais próximo de 7, mais à direita está o partido.

Para os fins deste trabalho, optei por colocar à esquerda os partidos que na avaliação estiveram com classificação menor que 4 e acima desta classificação (inclusive 4, por não ser de esquerda e para se adequar a hipótese 3) os partidos considerados não-esquerda. No meu recorte estão presentes 35 partidos políticos e com base no material citado acima foi possível classificar 27, sendo nove à esquerda e 18 não-esquerda. O número de candidatos para cada espectro é de 267 nos partidos à esquerda e 258 nos partidos não-esquerda, somando um total de 525 candidatos. Outros oito partidos não classificados somam 107 candidatos. Sendo assim, dentro do universo de 632 candidatos trabalhados presentes neste estudo, cerca de 83% foram classificados em um dos pontos do espectro ideológico, onde esquerda e não-esquerda estão representados em percentual aproximado de 50% cada, como pode ser visto na Tabela 11 a seguir.

TABELA 11 - NÚMERO DE PARTIDOS E CASOS CLASSIFICADOS NO ESPECTRO IDEOLÓGICO (E-D)

ESPECTRO	PARTIDOS	CANDIDATOS	%	%/525
Esquerda	9	267	45,41%	%50,86
Direita	18	258	37,66%	%49,14
N-Classificado	8	107	16,93%	
Total	35	632	100%	

FONTE: o autor com base nos dados do TSE (2020).

Na TABELA 12 são apresentados os partidos que lançaram candidaturas a prefeito nas eleições de 2016, a classificação desses partidos a partir do trabalho realizado por Tarouco & Madeira (2015) e o número de candidatos.

TABELA 12 – PARTIDOS, CLASSIFICAÇÃO "ABCP" E NÚMERO DE CANDIDATOS DOS PARTIDOS NO ESPECTRO E-D

ESQUERDA			DIREITA			NÃO CLASSIFICADOS				
SIGLA	ABCP	CAND	SIGLA	ABCP	CAND	SIGLA	ABCP	CAND	SIGLA	CAND
PCO	1,1	13	PPS	4	20	PTN	5,1	4	REDE	30
PSTU	1,2	29	PMDB	4,2	44	PSC	5,2	8	SD	11
PSOL	1,4	75	PMN	4,4	10	PSL	5,2	5	PEN	9
PCB	1,5	3	PHS	4,5	5	PRTB	5,3	7	PPL	14
PC do B	2,3	16	PSDB	4,6	55	PR	5,4	18	PMB	7
PT	2,9	53	PT do B	4,7	6	PSDC	5,4	8	PSD	29
PSB	3	38	PTB	5	9	PRP	5,4	3	PROS	6
PDT	3,3	24	PTC	5,1	6	PP	6	17	NOVO	1
PV	3,5	16	PRB	5,1	19	DEM	6,2	14		

FONTE: o autor a partir dos dados do TSE e Tarouco & Madeira (2015).

A partir dessa classificação, o que eu faço é agregar os valores ao banco de dados, ou seja, apontar a classificação do partido; no segundo momento, agrego a variável *dummy* correspondente ao partido. Conforme a minha hipótese conjuntural, vale resgatar, é de que

candidatos de partidos que não estão à esquerda do espectro ideológico Esquerda-Direita se beneficiaram do desenho institucional e da crise política sendo mais bem financiados que os candidatos de partido de esquerda. Sendo assim, para executar o meu modelo, eu dei o valor 1 para os partidos não-esquerda do espectro ideológico, que na classificação utilizada são aqueles entre quatro e sete (incluindo o PPS que foi classificado com 4); e dei valor zero para os partidos classificados abaixo de 4. Ficam de fora da análise os casos em que o partido não foi classificado.

### 3.7 O MODELO ESTATÍSTICO DE ANÁLISE

Nesta seção resgato e apresento quais foram as variáveis selecionadas para compor o meu modelo estatístico, de que forma foram tratadas e categorizadas, conforme a construção do banco de dados apresentada anteriormente, e que visa responder às questões levantadas neste trabalho. Utilizei para o cálculo estatístico o IMFL explicado acima. A escolha pelo índice se deu, uma vez que quando comparados IMF e IMFL, os resultados se mostraram bastante parecidos, havendo uma diferença praticamente residual.

Para visualizar na prática o argumento acima, quando realizo a rotação do modelo estatístico entre a variável dependente voto e independente financiamento, o resultado  $R^2$  do IMF é de 0,754, enquanto IMFL é de 0,715. Sendo assim, a fim de não extrapolar os valores encontrados nos cálculos, optei por trabalhar com o IMFL por este apresentar uma discrepância menor em relação aos coeficientes entre as variáveis, objetivando desta forma não enviesar os cálculos e resultados que dão respostas às hipóteses e à pergunta da pesquisa.

QUADRO 8 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS
Controle	I. Incumbente ou Desafiante
	II. Gênero
Independente	III. Grau de Instrução
	IV. Cor da Pele
	V. Posicionamento Ideológico
	VI. Outros Candidatos
Dependente	VII. Pessoa Física
	VIII. Rendimento de Aplicação Financeira
	Votos conquistados
Obs:	* A depender da pergunta, sobretudo quando for tratado sobre os determinantes do financiamento, o elemento Total de Financiamento Geral se torna a variável dependente.

FONTE: O autor (2020).



Para cada uma das três hipóteses levantadas, as variáveis assumem caráter diferente. Portanto, explico como o modelo foi ajustado a fim de responder a cada hipótese e qual a nomenclatura assumida no modelo para uma análise mais inteligível por parte do leitor.

Para responder a hipótese H1, de caráter estrutural, que admite que as recentes alterações não modificaram substancialmente a forte associação entre dinheiro e resultado eleitoral, o modelo assume as seguintes características:

- IMFL VOTOS CANDIDATO: Se refere ao Índice Modular de Financiamento Local que é aplicado aos votos de cada candidato e se constitui na variável dependente.
- IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO: Se refere ao Índice Modular de Financiamento Local sobre a soma da receita total do candidato é a variável independente.

As variáveis de controle são tratadas e categorizadas como variáveis *dummy*, onde:

- DUMMY SITUACAO REELEICAO: Se incumbente, assume o valor 1, se desafiante, assume o valor 0;
- DUMMY GENERO: Se homem, assume o valor 1, se mulher, assume o valor 0;
- DUMMY GRAU DE INSTRUCAO: Se possui superior completo, assume o valor 1, se demais (superior incompleto, ensino médio completo e incompleto, ensino fundamental completo e incompleto), assume o valor 0;
- DUMMY COR RACA: Se branca, assume o valor 1, se demais (parda, preta, indígena ou amarela), assume o valor 0.

Para esta hipótese não é utilizada a variável relativa ao posicionamento do partido no espectro ideológico esquerda-direita. Sua nomenclatura será apresentada mais adiante.

A partir deste momento, por meio do *software* SPSS, realizo a análise de regressão linear múltipla/multivariada com os elementos citados acima. Opto pelo método estatístico *Stepwise* no momento de inserção das variáveis. A função deste método é selecionar ou excluir as variáveis do modelo a partir do seu teste de significância que foi configurado como significativo  $p < 0,05$ . Em resumo, ao inserir todas as variáveis citadas acima, o SPSS irá me

retornar a combinação para o modelo que em maior grau responde a variável dependente (FIELD, 2009, p. 171).

Avalio, para os fins deste trabalho, os testes que me permitem validar o modelo, ou seja, dizer se ele tem capacidade de prever os resultados. As etapas que se seguem visam a verificar (1) se ocorre ou não multicolinearidade entre as variáveis; (2) se há algum modelo, quando acrescentando as variáveis que possua maior capacidade preditora para com os resultados; (3) se o modelo possui em algum grau resultado significativo; (4) análise residual para verificação de outliers. A execução dessas etapas ocorre para cada hipótese levantada. Por fim, os resultados dos testes estatísticos são discutidos no próximo capítulo.

Na Figura 12, é possível observar o resultado das correlações entre a variável dependente e as demais variáveis independentes. Nela, é possível observar o valor de R (correlação de Pearson) entre a variável dependente-independente, como também independente-independente. Na relação variável dependente-independente observa-se que a maior correlação existente é aquela que se refere a receita total do candidato 0,846, seguido da variável de incumbência/desafiante 0,414, cor da pele do candidato 0,142, grau de instrução 0,124 e gênero 0,114. Por uma questão de “convenção”, assumirei como fraca uma combinação linear entre 0 e 0,30, moderada entre 0,30 e 0,70 e forte para valores acima de 0,70.

FIGURA 12 - CORRELAÇÕES DO MODELO DA HIPÓTESE 1

		Correlações					
		IMFL VOTOS CANDIDATO	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	DUMMY SITUACAO REELEICAO	DUMMY GENERO	DUMMY GRAU INSTRUCAO	DUMMY COR RACA
Correlação de Pearson	IMFL VOTOS CANDIDATO	1,000	,846	,414	,114	,124	,142
	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	,846	1,000	,436	,068	,115	,164
	DUMMY SITUACAO REELEICAO	,414	,436	1,000	,101	,119	,047
	DUMMY GENERO	,114	,068	,101	1,000	-,133	,013
	DUMMY GRAU INSTRUCAO	,124	,115	,119	-,133	1,000	,094
	DUMMY COR RACA	,142	,164	,047	,013	,094	1,000
Sig. (1 extremidade)	IMFL VOTOS CANDIDATO	.	,000	,000	,002	,001	,000
	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	,000	.	,000	,043	,002	,000
	DUMMY SITUACAO REELEICAO	,000	,000	.	,005	,001	,121
	DUMMY GENERO	,002	,043	,005	.	,000	,370
	DUMMY GRAU INSTRUCAO	,001	,002	,001	,000	.	,009
	DUMMY COR RACA	,000	,000	,121	,370	,009	.
N	IMFL VOTOS CANDIDATO	632	632	632	632	632	632
	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	632	632	632	632	632	632
	DUMMY SITUACAO REELEICAO	632	632	632	632	632	632
	DUMMY GENERO	632	632	632	632	632	632
	DUMMY GRAU INSTRUCAO	632	632	632	632	632	632
	DUMMY COR RACA	632	632	632	632	632	632

FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* SPSS (2020).

Na relação independente-independente é onde se verifica a multicolinearidade. A ausência multicolinearidade, segundo Cervi (2019, p. 179-180), é um pressuposto inerente a qualquer regressão linear e que não deve ser quebrado para que não se prejudique o resultado. O autor afirma ainda que “[...] não deve existir multicolinearidade entre as variáveis independentes, que é quando se dá uma perfeita combinação linear entre as variáveis independente.” Antes de mais nada, vale dizer que este é um “pré-teste”; uma forma rápida de se observar se existe ou não multicolinearidade entre tais variáveis. Mais adiante, na Figura 14, é apresentado o teste VIF (*Variance Inflating Factor*) considerado o mais adequado para mensurar se ocorre ou não multicolinearidade no modelo.

Como se pôde observar (Figura 12), as variáveis independentes que apresentam maior grau de correlação, são a IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO (que se refere ao Índice Modular de Financiamento do candidato) x DUMMY SITUACAO REELEICAO (que se refere ao fato de o candidato ser incumbente ou desafiante), no qual o valor é de 0,436, o que pode ser considerado um valor moderado, no entanto, não o suficiente para ser tratado como caso de multicolinearidade. Os demais valores seguem abaixo de 0,164. Sendo assim, seguimos a

análise dos resultados superando o primeiro desafio: o modelo proposto é ausente de multicolinearidade.

Na Figura 13, é apresentado um resumo dos modelos que foram sendo testados pelo SPSS e que foram considerados significativos. Esta etapa é bastante importante, uma vez que permite ao pesquisador comparar os vários modelos entre si. Partindo de uma breve análise sobre o modelo 1, no qual ocorre apenas a correlação entre a variável dependente IMFL VOTOS CANDIDATO e independente IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO, observa-se que é apresentado o R do modelo 0,846; seguido do  $R^2$  0,715 – este, mais adequado para os fins desta pesquisa – que indica a porcentagem de variação na variável dependente que é explicada pela variável independente, ou seja, o modelo 1 explica 71,5% da variação do IMFL VOTOS CANDIDATO; o  $R^2$  ajustado é bastante útil para a comparação entre os modelos.

À medida que o *software* avança na inclusão das demais variáveis explicativas, o modelo tende a apresentar um  $R^2$  cada vez maior (ainda que com uma variação pouco sensível), ou seja, a inclusão das demais variáveis melhora a capacidade de prever a conquista de voto/desempenho eleitoral do candidato. No entanto, até onde essa afirmação é totalmente verdadeira e útil? Nesses casos é preciso estar atento ao p-valor, que é nesta figura, o “Sig. Mudança F”, que se refere ao grau de significância do modelo na capacidade de permitir predições às análises.

FIGURA 13 - RESUMO DO MODELO DA HIPÓTESE 1

Resumo do modelo <sup>d</sup>										
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Mudança de R quadrado	Estatísticas de mudança			Sig. Mudança F	Durbin-Watson
						Mudança F	df1	df2		
1	,846 <sup>a</sup>	,715	,715	,7400671671	,715	1582,980	1	630	,000	
2	,848 <sup>b</sup>	,718	,718	,7365370179	,003	7,054	1	629	,008	
3	,849 <sup>c</sup>	,721	,719	,7343444305	,002	4,762	1	628	,029	2,166

a. Preditores: (Constante), IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO  
b. Preditores: (Constante), IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO, DUMMY GENERO  
c. Preditores: (Constante), IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO, DUMMY GENERO, DUMMY SITUACAO REELEICAO  
d. Variável Dependente: IMFL VOTOS CANDIDATO

FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* SPSS (2020).

Observe que até o modelo 3, o qual são utilizadas as variáveis que se referem a receita total do candidato, o gênero do candidato e o fato de ser incumbente ou desafiante, valor-p é inferior a 0,05 ( $p < 0,05$ ). A partir de então, os demais modelos que poderiam ser construídos com as variáveis cor da pele e grau de instrução apresentaram um valor-p alto ( $p > 0,05$ ), o que compromete a robustez do modelo. Por fim, é possível observar a coluna que se refere a

“Mudança do R quadrado/R<sup>2</sup>”, que demonstra o quanto agregar as variáveis, gênero e então situação de reeleição (exatamente nesta ordem) aumenta a força explicativa do modelo.

Por fim, ainda na mesma Figura 13, é preciso observar o valor de Durbin-Watson, que verifica se os resíduos são independentes. Resíduo é a diferença entre o valor previsto do valor observado. Para que eu considere que os resíduos sejam independentes o DW deve estar próximo ao valor de 2, sendo aceitável valores entre 1,5 e 2,5. Para este caso, o valor foi de 2,166, considerado satisfatório.

Na Figura 14, chamo a atenção para os valores Beta, Tolerância e VIF (citado logo acima). O valor Beta mostra a força explicativa da variável em relação as demais, quando tratado de forma comparada. Sendo assim, é possível observar em todos os modelos que o coeficiente que se refere ao financiamento é o previsor mais forte, estando acima sempre de 0,820.

No que se refere as estatísticas de multicolinearidade, observo os valores de Tolerância e VIF, que testam a alta correlação entre as variáveis independentes. Sendo assim, considera-se para a Tolerância, que não ocorre multicolinearidade quando os valores superam 0,1 (CERVI, 2019, p. 194), ou seja, para os modelos presentes, o indicativo é de que não ocorre multicolinearidade. Por fim, “Se o valor de VIF fica abaixo de 10,0 significa que não existe colinearidade entre as variáveis explicativas do modelo” (*ibid*, p. 189), portanto, no modelo presente, não ocorre multicolinearidade, pois os valores estão entre 1,0 e 1,23.

FIGURA 14 - COEFICIENTES DO MODELO DA HIPÓTESE 1

Modelo		Coeficientes <sup>a</sup>					Estatísticas de colinearidade	
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Tolerância	VIF
		B	Erro Erro	Beta				
1	(Constante)	,040	,038		1,041	,298		
	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	,960	,024	,846	39,787	,000	1,000	1,000
2	(Constante)	-,154	,082		-1,874	,061		
	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	,956	,024	,842	39,702	,000	,995	1,005
	DUMMY GENERO	,229	,086	,056	2,656	,008	,995	1,005
3	(Constante)	-,137	,082		-1,667	,096		
	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	,931	,027	,820	34,956	,000	,809	1,236
	DUMMY GENERO	,214	,086	,053	2,482	,013	,989	1,011
	DUMMY SITUACAO REELEICAO	,259	,119	,051	2,182	,029	,804	1,243

a. Variável Dependente: IMFL VOTOS CANDIDATO

FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* SPSS

Para responder a hipótese H2, também de caráter estrutural, que afirma que determinantes do financiamento como ser mulher, ser desafiante, não possuir ensino superior e não ser branco reduz o acesso ao financiamento de campanha, o modelo assume as seguintes características:

- A soma do financiamento total recebido pelo candidato é a variável dependente;
- As variáveis de controle, tal qual apresentadas para a hipótese primeira, são as variáveis independentes, assumindo a mesma categorização (valores *dummy*) anterior. Aqui, vale lembrar que as *dummy* assumiram valor 1 para ser incumbente, homem, com ensino superior completo e de cor branca.

Para analisar as correlações do modelo da hipótese 2 é possível olhar diretamente para a Figura 12 que trata do modelo da hipótese 1. No entanto, por uma questão de inteligibilidade, optei por gerar uma nova análise. Sendo assim, na Figura 15, é possível observar os valores de R para as correlações entre as variáveis. No entanto, vale lembrar que neste modelo, o financiamento é a variável dependente, na qual a principal variável preditora na relação dependente-independente é o fato de o candidato ser incumbente ou desafiante, onde o valor é de 0,436. Os demais valores por grau de predição é 0,164 para a cor da pele, 0,115 para o grau de instrução e 0,68 para o gênero. Para a relação independente-independente, em que se verifica a multicolinearidade das variáveis, o que se encontra são valores satisfatórios quem em momento algum superam -0,133 (vale dizer que o valor é maior quanto mais se aproxima de 1 ou -1, e menor quanto mais se aproxima de zero). Logo, o modelo, tal qual o anterior, não apresenta multicolinearidade entre as variáveis independentes.

FIGURA 15 - CORRELAÇÕES DO MODELO DA HIPÓTESE 2

		Correlações				
		IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	DUMMY SITUACAO REELEICAO	DUMMY GENERO	DUMMY GRAU INSTRUCAO	DUMMY COR RACA
Correlação de Pearson	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	1,000	,436	,068	,115	,164
	DUMMY SITUACAO REELEICAO	,436	1,000	,101	,119	,047
	DUMMY GENERO	,068	,101	1,000	-,133	,013
	DUMMY GRAU INSTRUCAO	,115	,119	-,133	1,000	,094
	DUMMY COR RACA	,164	,047	,013	,094	1,000
Sig. (1 extremidade)	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	.	,000	,043	,002	,000
	DUMMY SITUACAO REELEICAO	,000	.	,005	,001	,121
	DUMMY GENERO	,043	,005	.	,000	,370
	DUMMY GRAU INSTRUCAO	,002	,001	,000	.	,009
	DUMMY COR RACA	,000	,121	,370	,009	.
N	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	632	632	632	632	632
	DUMMY SITUACAO REELEICAO	632	632	632	632	632
	DUMMY GENERO	632	632	632	632	632
	DUMMY GRAU INSTRUCAO	632	632	632	632	632
	DUMMY COR RACA	632	632	632	632	632

FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* SPSS (2020)

Na Figura 16, observa-se que o  $R^2$  do modelo ganha força quando acrescido da variável referente a cor da pele do candidato. Novamente, como aconteceu com a hipótese primeira, as demais variáveis não foram acrescentadas em face de não serem significativas a  $p < 0,05$ . Por fim, Durbin-Watson, que mensura sobre a independência dos resíduos, está dentro do valor considerado satisfatório entre 1,5 e 2,5.

FIGURA 16 - RESUMO DO MODELO DA HIPÓTESE 2

Resumo do modelo <sup>c</sup>										
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Mudança de R quadrado	Estatísticas de mudança			Sig. Mudança F	Durbin-Watson
						Mudança F	df1	df2		
1	,436 <sup>a</sup>	,190	,189	1,099060698	,190	148,192	1	630	,000	
2	,460 <sup>b</sup>	,211	,209	1,085702076	,021	16,599	1	629	,000	2,264

a. Preditores: (Constante), DUMMY SITUACAO REELEICAO  
b. Preditores: (Constante), DUMMY SITUACAO REELEICAO, DUMMY COR RACA  
c. Variável Dependente: IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO

FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* SPSS (2020).

No que se refere à Figura 17, aos valores Beta, o que se tem é que a variável que possui maior força explicativa em relação as demais é a sobre ser incumbente ou desafiante, ainda que moderado, alcançado 0,436, seguido de longe variável cor da pele. Nos demais, onde se verifica com maior precisão a multicolinearidade, os valores de Tolerância estão acima de 0,1. Para o VIF, todos abaixo de 10. Portanto, reforçando argumento anterior com base na figura dos coeficientes, o modelo presente não possui multicolinearidade.

FIGURA 17 - COEFICIENTES DO MODELO DA HIPÓTESE 2

Modelo		Coeficientes <sup>a</sup>					Estatísticas de colinearidade	
		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Tolerância	VIF
		B	Erro Erro	Beta				
1	(Constante)	,841	,046		18,421	,000		
	DUMMY SITUACAO REELEICAO	1,937	,159	,436	12,173	,000	1,000	1,000
2	(Constante)	,575	,079		7,268	,000		
	DUMMY SITUACAO REELEICAO	1,907	,157	,430	12,120	,000	,998	1,002
	DUMMY COR RACA	,384	,094	,144	4,074	,000	,998	1,002

a. Variável Dependente: IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO

FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* SPSS (2020).

Para responder à hipótese H3, de caráter conjuntural, pela qual candidatos de partidos que não estão à esquerda do espectro ideológico esquerda-direita se beneficiaram do desenho institucional e da crise política sendo mais bem financiados que os candidatos de partido de esquerda, o modelo assume as seguintes características:

- A soma total de votos recebido por cada candidato é a variável dependente.
- A soma do financiamento total recebido pelo candidato é, no primeiro momento, variável independente e dependente no segundo momento.
- (E-D) DUMMY: O posicionamento do partido do candidato no espectro ideológico assume caráter de variável de controle, onde a categorização *dummy* é de que, partidos à esquerda que na avaliação estiveram com classificação entre 1 e 4 recebem o valor 0 e acima desta classificação, ou seja, entre 4 e 7 (inclusive 4) recebem o valor 1. Partidos não identificados, conforme apresentado em subcapítulo acima, não são utilizados no cálculo.

A exemplo do que aconteceu nas duas hipóteses anteriores, analiso as questões relativas a (1) se ocorre ou não multicolinearidade entre as variáveis; (2) se há algum modelo,



quando acrescentando as variáveis que possuam maior capacidade preditora para com os resultados; (3) se o modelo possui em algum grau resultado significativo; (4) análise residual para verificação de outliers. No entanto, para esta hipótese, ocorrem duas análises, onde no primeiro momento o voto é a variável dependente e no segundo, o financiamento é a variável independente, tendo a variável *dummy* relativa a posição do partido do candidato no espectro político esquerda-direita como preditor.

Naquilo que se refere ao voto do candidato como variável dependente, presente na Figura 18, verifico que, como na regra até aqui, na relação dependente-independente o financiamento é a variável com maior poder preditor, alcançando valor de 0,850. Esse valor é bem superior ao da variável do posicionamento ideológico que é de 0,296. Da mesma forma, na relação independente-independente, observo que não ocorre multicolinearidade entre as duas variáveis que alcançam um valor fraco de 0,337.

FIGURA 18 - CORRELAÇÕES DO MODELO PRIMEIRO DA HIPÓTESE 3

<b>Correlações</b>				
		IMFL VOTOS CANDIDATO	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	(E-D) DUMMY
Correlação de Pearson	IMFL VOTOS CANDIDATO	1,000	,850	,296
	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	,850	1,000	,337
	(E-D) DUMMY	,296	,337	1,000
Sig. (1 extremidade)	IMFL VOTOS CANDIDATO	.	,000	,000
	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	,000	.	,000
	(E-D) DUMMY	,000	,000	.
N	IMFL VOTOS CANDIDATO	525	525	525
	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	525	525	525
	(E-D) DUMMY	525	525	525

FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* SPSS (2020).

Na Figura 19, que atesta o modelo, o que se verifica é que o  $R^2$  da variável financiamento, *per se*, assume um grau de correlação 0,723, considerado alto para os padrões aqui estabelecidos. Não obstante, quando ocorre a entrada da variável relativa ao espectro político do partido, o modelo acaba não tendo acréscimo algum de explicação. Neste modelo, aliás, a variável E-D não é se quer significativa e teria sido eliminada do modelo se eu estivesse

configurado para rodar com o método *Stepwise*, no entanto, optei por rodar no modelo forçado de inserção de variáveis para que fosse possível visualizar o valor de significância. O resultado acaba por não validar a composição do modelo, ainda que o teste de independência dos resíduos Durbin-Watson esteja dentro de uma margem satisfatória de 2,238.

FIGURA 19 - RESUMO DO MODELO PRIMEIRO DA HIPÓTESE 3

Resumo do modelo <sup>c</sup>										
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Mudança de R quadrado	Estatísticas de mudança			Sig. Mudança F	Durbin-Watson
						Mudança F	df1	df2		
1	,850 <sup>a</sup>	,723	,723	,7529940810	,723	1366,255	1	523	,000	
2	,850 <sup>b</sup>	,723	,722	,7535669375	,000	,205	1	522	,651	2,238

a. Preditores: (Constante), IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO  
b. Preditores: (Constante), IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO, (E-D) DUMMY  
c. Variável Dependente: IMFL VOTOS CANDIDATO

FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* SPSS

Sendo assim, na Figura 20, verifico que mediante o valor Beta, a variável financiamento assume quase a totalidade do poder explicativo do modelo. Por fim, os testes de Tolerância e de VIF, novamente se mostram satisfatórios, estando o primeiro acima de 0,1 e o segundo abaixo de 10,0.

FIGURA 20 - COEFICIENTES DO MODELO PRIMEIRO DA HIPÓTESE 3

Coeficientes <sup>a</sup>								
Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
		B	Erro Erro	Beta			Tolerância	VIF
1	(Constante)	,037	,043		,863	,389		
	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	,955	,026	,850	36,963	,000	1,000	1,000
2	(Constante)	,026	,049		,526	,599		
	IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO	,951	,027	,847	34,627	,000	,887	1,128
	(E-D) DUMMY	,032	,070	,011	,453	,651	,887	1,128

a. Variável Dependente: IMFL VOTOS CANDIDATO

FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* SPSS (2020).

Por fim, conforme a Figura 21, em um modelo simples, em que assumo o financiamento como variável dependente e o espectro político do partido do candidato como variável independente, o que se encontra é um valor de R<sup>2</sup> fraco. Nesse sentido, o que corrobora a afirmativa é que o valor o valor de p<0,05 e Durbin-Watson dentro da margem satisfatória.

FIGURA 21 - RESUMO DO MODELO SEGUNDO DA HIPÓTESE 3

Resumo do modelo <sup>b</sup>										
Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Mudança de R quadrado	Estatísticas de mudança			Sig. Mudança F	Durbin-Watson
						Mudança F	df1	df2		
1	,337 <sup>a</sup>	,113	,112	1,199527839	,113	66,843	1	523	,000	2,352

a. Preditores: (Constante), (E-D) DUMMY  
b. Variável Dependente: IMFL RECEITA TOTAL CANDIDATO

FONTE: O autor com dados do TSE por meio do *software* SPSS (2020).

A execução das etapas anteriores, se mostram necessárias para que se possa, no capítulo subsequente, promover com maior segurança as análises a respeito dos fenômenos que acercam as hipóteses levantadas e o problema de pesquisa deste trabalho.

## 4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Neste capítulo me dedico a discutir os resultados e achados presentes no capítulo anterior. Busco manter uma estrutura ancorada na sequência das hipóteses, tratando cada uma em seu tempo, mas quando possível articulo-as de forma dinâmica com a finalidade de promover e construir uma lógica que seja adequada para responder à pergunta central deste trabalho, vale resgatar: quais os efeitos do desenho institucional estabelecido pela “minirreforma eleitoral de 2015” no desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito nas eleições municipais de 2016?

Resgato para o diálogo, quando necessário, as características referentes ao corpo empírico que são consideradas fundamentais e que podem ajudar a lançar luz aos fenômenos que acercam as eleições municipais de 2016. O elemento central para esta etapa, no entanto, é o resultado da análise estatística, em especial, o grau de determinação  $R^2$  entre as variáveis. Tais resultados, sempre que possível, buscarão respaldo dentro e fora da literatura presente na revisão sistemática deste trabalho.

Por fim, vale lembrar, para a melhor compreensão dos resultados obtidos, estabeleci anteriormente neste trabalho a seguinte condição: trato competitividade como sendo que quanto menor o coeficiente de determinação  $R^2$  entre as variáveis voto e dinheiro, ou seja, quanto menos dependentes e/ou explicativas estas variáveis estão/são uma da outra, mais competitiva é a eleição, pressupondo assim que candidatos necessitam de menos dinheiro para conquistar votos, logo, possuem condições de disputa mais equânimes. Do contrário, quanto maior é o grau do coeficiente de determinação entre as variáveis, mais dependente do dinheiro é a eleição, portanto, menos competitiva.

A hipótese H1 deste trabalho, é de que as recentes alterações não modificaram substancialmente a forte associação entre dinheiro e resultado eleitoral. Como visto, para testar a hipótese foram utilizadas um total de cinco variáveis que, experimentadas uma a uma, se combinaram em um modelo que se mostrou melhor para determinar a variável dependente, a saber: o desempenho eleitoral do candidato mensurado pelo Índice Modular de Financiamento Local (IMFL) aplicado para o voto. Portanto, o modelo que melhor se ajustou e que foi capaz de responder de forma significativa à hipótese se consolidou com o uso de três elementos: o total de financiamento recebido pelo candidato, gênero do candidato e se o candidato concorreu como incumbente ou desafiante.

No primeiro momento, o valor de  $R^2$  0,715 entre o total de financiamento recebido pelo candidato e a quantia de votos recebida por ele, aponta para a manutenção de uma condição

comum em eleições já estudadas sob essa ótica anteriormente, seja para disputas ao executivo, seja para legislativo e em qualquer das esferas nacional e subnacionais que se proponha a analisar. No segundo momento, ao agregar as demais variáveis que poderiam se mostrar fundamentais para a compreensão do desempenho eleitoral dos candidatos nas eleições de 2016 dentro do recorte empírico analisado, apenas duas tiveram – ainda que em menor grau – o poder de explicar/determinar tão bem, ou de se somar ao fenômeno quanto o próprio financiamento, visto que o  $R^2$  com as variáveis sobre gênero e situação de eleição alcançaram 0,719.

O teste da hipótese primeira, mediante a aplicação de técnica de análise de regressão multivariada, a confirmou e encontra respaldo na literatura que busca mensurar o impacto do financiamento de campanha no desempenho eleitoral do candidato. Posso afirmar, sobretudo, que a associação entre o desempenho eleitoral dos candidatos manteve-se fortemente associada à questão do financiamento. Em resumo, financiamento importa e é elemento central para a eleição de um candidato, ainda que em maior ou menor grau, de acordo com o recorte empírico e o conjunto de variáveis analisadas conforme a literatura (BORBA; CERVI, 2017; CERVI, 2010; HEILER, 2011; LEMOS; MARCELINO; PEDERIVA, 2010; PEIXOTO, 2010).

Ocorre que, com a proibição do doador pessoa jurídica, com base em demais materiais, o que se viu foi que houve forte redução no montante envolvido nas eleições (HOROCHOVSKI; JUNCKES; ZELINSKI, 2018). Aliás, pressuponho que o fenômeno já era esperado por aqueles que estudam a temática do financiamento eleitoral de campanhas, uma vez que o financiador empresarial era aquele que mais havia aportado dinheiro nas eleições anteriores, desde a sua efetiva regulação para as eleições de 1994 até a sua última “participação” nas eleições de 2014 e a sua ausência poderia gerar um vácuo financeiro na dinâmica das doações (CERVI, 2010; HOROCHOVSKI *et al.*, 2016; JUNCKES *et al.*, 2019; MANCUSO; HOROCHOVSKI; CAMARGO, 2016; SPECK, 2016; HOROCHOVSKI; JUNCKES; ZELINSKI, 2018).

Contudo, se a expectativa era de que a proibição do financiamento de campanha por doador pessoa jurídica tornaria as eleições mais competitivas, com base no relatório do Ministro Luiz Fux na ADI nº.4.650 (BRASIL, 2015), ela não se confirma. A forte associação entre dinheiro e voto, mensurada pelo  $R^2$  0,715, e  $R^2$  0,719 quando agregado de demais variáveis, não demonstra em momento algum que a retirada do doador pessoa jurídica acarreta maior competitividade nas disputas entre os candidatos.

Sendo assim, as eleições municipais de 2016, com retirada do doador pessoa jurídica promovida pela “minirreforma eleitoral de 2015”, manteve o *status quo* de eleições pouco competitivas; nas quais as condições de disputas são bastante assimétricas, ou seja, pouco

equânimes; em que um candidato necessita para uma condição de disputa minimamente competitiva dispor de quantia financeira bastante elevada (tendo em conta as características de cada município estudado) para a aquisição de bens e serviços que movem uma campanha e que contribuem diretamente para a conquista de votos.

As demais variáveis não demonstram força, a não ser residualmente, em dinamizar a universalização da representação política. Ser homem ou mulher, ser candidato incumbente ou desafiante, a cor da pele e o grau de instrução não interferem diretamente (ao menos no recorte empírico aqui pesquisado) naquilo que acerca a questão da conquista de votos para candidatos a prefeito. Mais adiante volto a tratar sobre os limites das determinantes mediante o recorte e o número de casos.

Dessa forma, o resultado encontrado promove um *vis-à-vis* cirúrgico com o debate teórico sobre capital e democracia ao corroborar com elementos empíricos a premissa teórica de que o efeito que a desigualdade econômica gera é inevitavelmente a desigualdade política (PRZEWORSKI, 2012). Não obstante, os recursos financeiros que os candidatos trazem para a disputa eleitoral afetam não só diretamente as condições de competitividade, como também podem afetar a lógica da representatividade (a legitimidade democrática) do sistema político – que será melhor discutida na Hipótese 2 deste trabalho. Fortalece, também, a afirmativa de que os resultados eleitorais “são determinados conjuntamente pelos recursos e pelas instituições.” (PRZEWORSKI, 1995, p. 27). Pois o dado desenho institucional eleitoral, naquilo que se refere às regras sobre financiamento eleitoral de campanhas, cria uma arena de disputas que assegura vantagens a uns candidatos e desvantagens a outros, por não combater de forma efetiva a forte influência do dinheiro, o que acaba por legitimar o êxito eleitoral de uma classe pouco representativa em detrimento de uma representatividade mais universal, ou minimamente mais plural, o que por sua vez coloca em questão o efetivo papel das instituições que regulam as regras eleitorais.

Mas, se um candidato precisa de tal quantia em dinheiro para a disputa eleitoral e o financiamento é o elemento central que promove competitividade, buscar o financiamento ou acesso ao financiamento, seja de seu partido ou de demais fontes de recursos, é a primeira tarefa que ele deve executar. Partindo do pressuposto de que em uma campanha profissionalizada todos seus integrantes, bem como o candidato, saibam desta condição e que todos busquem de alguma maneira o apoio de agentes interessados em seu êxito eleitoral, por que nem todos os candidatos possuem as mesmas condições de financiamento? Essa é a questão principal naquilo que se refere a Hipótese 2 deste trabalho, a qual afirma que determinantes do financiamento como ser mulher, ser desafiante, não possuir ensino superior e não ser branco reduz o acesso ao

financiamento de campanha. Do contrário, ser candidato homem, já estar no cargo ao qual disputa, ou seja, ser candidato a reeleição, possuir ensino superior e ser branco são elementos que potencializam em muito a sua capacidade de captar recursos financeiros, de ser, portanto, bem financiado

Conforme os estudos sobre as determinantes do financiamento, parte-se do pressuposto que estas operam de forma a somar elementos de natureza política e/ou individual do candidato. Para testar a Hipótese 2, foram utilizadas quatro variáveis que experimentadas uma a uma – similar ao teste da hipótese primeira – se combinaram em um modelo que se mostrou melhor para determinar a variável dependente da questão, a saber: o total de financiamento recebido pelo candidato que é mensurado pelo Índice Modular de Financiamento Local (IMFL). Portanto, o modelo que melhor se ajustou e que foi capaz de responder de forma significativa à hipótese se consolidou com o uso de dois elementos: o candidato concorrer como incumbente ou desafiante; e cor da pele do candidato. Sendo assim, ocorre que a soma dessas variáveis pode em algum grau explicar o melhor acesso do candidato ao financiamento.

O modelo que correlacionou a situação de candidatura do candidato e cor da pele do candidato foi o que apresentou somado o melhor valor preditivo à variável dependente financiamento do candidato. O  $R^2$  alcançado foi de 0,209, que é considerado um valor baixo de determinação, ainda que o valor se mostre significativo devido ao seu p-valor ser menor que 0,05. Reforço que isso não significa que as variáveis não influenciam no ato de captar recursos, mas, para este recorte empírico elas se mostraram pouco influentes.

Na literatura, como já citado na revisão sistemática deste trabalho, existem materiais que demonstram a relação direta de determinantes condicionarem um melhor acesso ao financiamento eleitoral de campanhas (MANCUSO; FIGUEIREDO FILHO, 2014; MANCUSO; ROSSI HOROCHOVSKI; CAMARGO, 2018; SACCHET; SPECK, 2012b; SILVA, 2010). Tais estudos apontam que estes elementos ligados tanto à natureza política do candidato, quanto a individual, são preditivos para a questão do financiamento. No entanto, para esta eleição especificamente, dentro do recorte empírico proposto, eles não explicam tanto quanto em demais recortes. Sendo assim, os resultados sugerem que Hipótese 2 não se confirmou.

Como se viu, a maioria dos municípios possui entre seis e nove concorrentes, são 60 municípios nessa faixa. Ao passo que são 632 candidaturas, na qual os elementos de natureza individual demonstram que 86,5% são homens, 70% são brancos e 78% possuem ensino superior. Entre os candidatos eleitos apenas 3% são mulheres, não brancos são 18,5%, e 11% não possui ensino superior completo. O que se vê, portanto, é uma baixa pluralidade nas

candidaturas, em especial, nos resultados eleitorais. Diante desses achados, sustento a hipótese de que as determinantes foram fundamentais para a captação de recursos por parte do candidato – ainda que o  $R^2$  do modelo neste trabalho aponte numa direção diversa –, mas que se faz necessário associa-las a outras variáveis, ou ainda, retornar ao processo de construção do banco de dados para readequar a sua forma de categorização. Nesse sentido, tudo aponta para o fato de que é preciso atentar-se aos limites dos testes estatísticos. Vale reforçar, o resultado apenas diz que a relação não foi confirmada. A não confirmação não implica do contrário.

A Hipótese 3 deste trabalho, de caráter conjuntural, afirma que candidatos de partidos que não estão à esquerda do espectro ideológico Esquerda-Direita se beneficiaram do desenho institucional e da crise política sendo mais bem votados e financiados que os candidatos de partido à esquerda. A hipótese está ancorada em uma lógica na qual o *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), que ocorre no dia 31 de agosto, às vésperas do primeiro turno das eleições municipais de 2016, teria desencadeado, ora afetado, a dinâmica do jogo entre partidos e candidatos, o que seria então evidenciado por um baixo grau de adesão de eleitores e financiadores aos partidos de esquerda.

Para testar a hipótese foi necessária dividi-la em dois momentos. No primeiro momento, foram usadas duas variáveis independentes para explicar a variável dependente, a saber: o desempenho eleitoral do candidato mensurado pelo Índice Modular de Financiamento Local (IMFL) aplicado para o voto. As variáveis independentes consistiam no total de financiamento do candidato e a posição do partido do candidato em relação a espectro ideológico Esquerda-Direita. O modelo com as duas variáveis somadas não apresentou significância, ficando restrito ao  $R^2 = 0,723$  entre financiamento e voto. O valor do  $R^2$  encontrado é diferente do valor encontrado na Hipótese 1 devido ao total 525 casos analisados que se consolidou mediante os limites metodológicos explicados no subcapítulo 3.6.

No segundo momento, a variável dependente foi o Índice Modular de Financiamento Local (IMFL) total, que se refere ao total de financiamento recebido pelo candidato e a variável independente foi o posicionamento do partido no espectro ideológico Esquerda-Direita. Para este ocorreu significância no modelo, porém o  $R^2$  foi de 0,112, apontando que o modelo tem força significativa, no entanto com um baixíssimo grau de explicação/determinação. Aqui, bem como no caso da Hipóteses 2, assumo a ideia de que o modelo apresenta limites para determinar de forma fidedigna a força de determinação entre as variáveis. Neste caso em específico, aponto para uma maior tendência de que partidos não-esquerda assumiram 17% das cadeiras disputadas. Esse resultado pode ter sido, portanto, enviesado pelo número de casos nos diferentes pontos do espectro ideológico. Vale nesse sentido resgatar o recorte empírico ao qual



o PT, maior partido do Brasil e que está à esquerda do espectro, ter conquistado apenas um município. Os demais partidos à esquerda que conquistaram cadeiras foram PSB, PDT, PV e PC do B, respectivamente cinco, quatro, quatro e uma cadeiras. Enquanto, por exemplo, apenas PSDB e PMDB à não-esquerda do espectro conquistaram mais de 45% dos municípios, sendo 14 e 29 municípios respectivamente.

Os resultados apresentados nos parágrafos anteriores, permitem certamente negar a hipótese terceira; pois, nem o total de votos conquistados pelos candidatos, nem o total de financiamento captado foram determinados pelo posicionamento ideológico do partido do candidato. Em resumo, a dinâmica do jogo eleitoral (naquilo que se refere ao voto e aos recursos financeiros) que poderia ser impactada pelas alterações no desenho institucional e pela crise política vivida à época das eleições de 2016, pouco foi afetada pelo fato de os candidatos estarem à esquerda ou à direita do espectro ideológico.

Como, porém, assumir o resultado apresentado acima como suficientemente capaz de explicar o fenômeno observado nas eleições municipais de 2016? Os dados resgatados no recorte pesquisado me levam a intuir que há algum elemento a mais (ou alguns, como no caso da Hipótese 2) que precisa ser colocado na análise para que seja encontrada uma explicação mais razoável. Resgatando o empírico, observo que cerca de 50% dos candidatos a prefeitos concorreram por partidos de esquerda. Foram 267 casos de esquerda e 258 de não-esquerda. Conforme dados apresentados na Tabela 13 a seguir, dos 92 cargos disputados, 17% foram ocupadas por candidatos da esquerda e 82% por candidatos da não-esquerda. Numa análise mais aproximada sobre alguns casos, observe que o PT que lançou 53 candidatos e alcançou o sucesso em apenas uma das candidaturas; o PSDB lançou 55 e teve sucesso em 29 candidaturas; o PMDB lançou 54 e foi eleito em 14. Demais partidos à esquerda que lançaram candidatos e não tiveram sucesso algum foram PCB, PCO, PSOL, PSTU com três, 13, 75 e 29 candidaturas respectivamente, que somam 120 candidaturas, cerca de 45% do total de casos à esquerda do espectro.

TABELA 13 - QUADRO DE SUCESSO ELEITORAL DE CANDIDATOS A PREFEITO POR PARTIDO E ESPECTRO IDEOLÓGICO ESQUERDA-DIREITA

	<u>NÃO-ESQUERDA</u>	<u>ESQUERDA</u>	<u>NÃO CLASSIFICADO</u>
DEM	5	PC do B	1 PMB
PHS	2	PDT	4 PMN
PMDB	14	PV	4 REDE
PP	2	PSB	5
PR	4	PT	1
PRB	2		
PSC	1		
PSD	4		

PSDB	29			
PTB	2			
PTN	1			
SD	1			
PPS	6			
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>Total</b>
				<b>4</b>

FONTE: o autora partirdos dados do TSE e Tarouco & Madeira (2015).

Diante dos dados apresentados no parágrafo anterior, não posso afirmar que a taxa de sucesso por partidos de esquerda e de direita dentro do recorte dos 92 municípios é natural e ocorreu de forma similar em eleições anteriores. Logo, demonstra-se que é necessário ampliar o recorte temporal para esse tipo de hipótese de forma a realizar uma comparação entre os dados em cada ano eleitoral. Não obstante, sugere-se também agregar outras variáveis que ajudem a promover robustez ao modelo e à análise. Elementos de difícil mensuração, como por exemplo, o capital político e social associado ao financiamento e ao desempenho e sucesso eleitoral de candidatos que é explorado por Miranda & Zelinski (2019) e Zelinski, Miranda & Eduardo (2019) podem ser alternativas bastante interessantes para esse tipo de análise de cunho mais conjuntural.

Com isso, por meio dos resultados encontrados, ancorados na construção lógica das hipóteses estruturadas me dedico a responder à pergunta/problema de pesquisa que orientou a construção deste material, que é: quais os efeitos do desenho institucional estabelecido pela “minirreforma eleitoral de 2015” no desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito nas eleições municipais de 2016? A resposta para esta pergunta é direta e está elencada ponto a ponto no parágrafo a seguir.

A hipóteses testadas apontam no sentido de que o desenho institucional estabelecido pela minirreforma não cumpriu a sua função em combater a plutocratização da política, ao contrário disso, promoveu e legitimou eleições com condições de disputas bastante desiguais entre os candidatos; que seu efeito ocorre sobre um ponto de vista mais republicano e menos do princípio da igualdade; que o dinheiro do financiamento eleitoral de campanhas continua a ter papel fundamental no desempenho eleitoral dos candidatos; que elementos de natureza individual do candidato pouco ou quase nenhum efeito tiveram em criar condições de acesso ao financiamento o que consequentemente impacta no desempenho eleitoral; e que mediante a uma literatura que aponta a força explicativa desses elementos, as novas regras eleitorais acabaram por se colocar como um obstáculo reduzindo as chances de captação de recursos, consequentemente de melhor desempenho eleitoral, por candidatos historicamente menos privilegiados; que posicionamento do partido do candidato à esquerda ou à não-esquerda do

espectro ideológico também pouco ou quase nenhum efeito promoveu, seja na conquista de votos, seja em criar condições de acesso ao financiamento.

Esses achados, *per se*, constituem argumentos e subsídios suficientes que evidenciam a necessidade de se estenderem os estudos sobre os efeitos das regras de financiamento estabelecidas não só pela “minirreforma eleitoral de 2015”, como também das demais minirreformas eleitorais subsequentes a esta. Que apesar de bastante consolidada na literatura, há ainda bastante a ser explorado por estudos que tratam de desempenho e sucesso eleitoral de candidatos, sobre as condições de competitividade que possibilitem uma maior pluralidade de agentes com chances de sucesso em pleitos eleitorais, ao mesmo tempo em que centraliza a discussão sobre como as regras de financiamento eleitoral de campanhas conduzem à saúde da democracia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados presentes neste trabalho podem e devem contribuir em duas frentes que estão em um constante diálogo: na primeira, com a literatura que acerca a temática do financiamento eleitoral de campanhas; na segunda, com as discussões a respeito das futuras reformas eleitorais do sistema eleitoral brasileiro. Tais pontos são brevemente esclarecidos nos parágrafos a seguir que terminam por consolidar uma agenda de estudos que se volta para os efeitos constantes das alterações no desenho institucional no desempenho e eleitoral de candidatos em eleições futuras.

No que se refere a literatura, este trabalho fornece resultados a respeito de um recorte pouco estudado, que é o de prefeitos em municípios acima de 200 mil eleitores no Brasil. Nesse sentido, a arquitetura das hipóteses 1 e 2 permitiu explorar qual o impacto do financiamento em determinar resultados eleitorais, ao passo em que demonstrou, diante do recorte proposto, que as determinantes do financiamento não determinam tanto quanto em outros recortes. Já com a hipótese terceira, este trabalho insere um elemento pouco explorado até o momento na literatura, que é dos possíveis efeitos do posicionamento do partido no espectro ideológico Esquerda-Direita em determinar o desempenho eleitoral e o acesso ao financiamento por candidatos.

Ao confirmar a Hipótese 1, os resultados corroboram a literatura ao evidenciar que o financiamento permanece como elemento central capaz de determinar o desempenho eleitoral de candidatos. Logo, as mudanças no desenho institucional, ao contrário do que se pretendia, podem e devem favorecer a manutenção de agentes e grupos políticos que se encontram em posições privilegiadas de poder e de acesso a rede de oportunidades para o sucesso eleitoral e acesso ao financiamento, o que *per se* acaba por fomentar a elitização de um grupo e de um sistema plutocrático, em detrimento de uma grande maioria que está à margem das melhores condições de competitividade.

As afirmações acima são elementos importantes que devem subsidiar uma ampla discussão sobre qual a função do redesenho das regras eleitorais, ao passo em que suscita o debate sobre qual o efetivo papel das instituições em combater com maior eficiência a influência do dinheiro. Diante dos resultados apresentados neste trabalho, confirmo que não está errada a retórica do Ministro relator Luiz Fux durante julgamento da ADI 4.650, de que o capital tem poder de cooptar agentes políticos e de que se deve combater a plutocratização da política; no entanto, tais esforços de rearranjar parte da legislação, ao menos no recorte estudado neste trabalho, se mostraram pouco ou nada efetivos perpetuando assim o *status quo* de que eleições

no Brasil são pouco competitivas. Que os efeitos da reforma foi mais sobre um ponto de vista republicano e menos do ponto de vista do princípio da igualdade. Nesse sentido, os achados apontam para a necessidade alterações pontuais e acertadas no desenho institucional.

Ao negar a Hipótese 2, duas questões se mostram relevantes e precisam ser mais bem discutidas num trabalho futuro: primeira, que o modelo de análise estruturado talvez não esteja adequado para a proposta e/ou recorte; segundo, que se o resultado diante do modelo proposto é fidedigno o contributo deste trabalho se mostra em maior grau relevante.

Nas eleições para prefeito as escolhas para quem financia são bastante reduzidas e menos plurais naquilo que se refere às determinantes dos candidatos. Esse leque reduzido de opções surge como uma alternativa para explicar o baixo grau de determinação entre variável dependente e independente. Tal condição se difere bastante das disputas para vereança onde em geral existe um maior número de competidores devido ao também maior número de cadeiras disponíveis, o que possivelmente constituiria um campo amplo onde as determinantes do financiamento poderiam operar de forma mais efetiva. Portanto, sugere-se explorar uma hipótese comparativa entre os cargos para a mesma eleição, a fim de verificar se o desenho institucional e o contexto de crise política afetaram ou não tais condições na captação de recursos por candidatos.

Ainda no que se refere as determinantes, ocorre a necessidade de repensar o modelo trazendo para a análise demais elementos/variáveis que podem ser encarados como determinantes. Cito rapidamente o capital político e simbólico do candidato, posições privilegiadas de poder e tomada de decisão dentro do partido, pertencer a alguma igreja/religião, a formação de coligações e os apoios declarados de outros candidatos, as chances de sucesso eleitoral em uma eleição com mais ou menos competidores. Todavia, como negar a influência de um bom plano de governo? Experiência e expertise do candidato em gerir a coisa pública? Carisma? Infraestrutura partidária? Estes e demais elementos que são, em maior ou menor grau, de difícil mensuração, podem consolidar uma agenda de estudos dentro da literatura sobre financiamento eleitoral de campanhas.

Demais elementos e regras promovidas pela nova legislação, que não são estudados neste trabalho, podem ter em algum grau funcionado como condição capaz de constranger os resultados eleitorais. Por exemplo, naquilo que acerca as questões financeiras, a regra sobre o teto de gastos eleitorais que tiveram seus efeitos analisados por Avis *et al.*, (2017) e que se mostrou bastante efetiva em promover melhores condições de eleição para candidatos menos ricos e sobretudo não incumbentes. Para as disputas na seara legislativa, o impacto das cotas de participação consolidadas pelo artigo 10, parágrafo 3º da Lei nº 9.504/97 que diz que “cada

partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”, buscando assim promover incentivos à participação feminina (ZELINSKI; MIRANDA; EDUARDO, 2019).

Uma possível solução em busca de promover uma maior universalização e representação política estaria na alteração mais profunda de outros elementos que não foram tratados na “minirreforma eleitoral de 2015”, e que até a data de produção deste material, não haviam sido tratadas pelas minirreformas subsequentes (2017 e 2019), que é a questão do estabelecimento de um teto nominal de financiamento eleitoral. Nas eleições municipais de 2016, a regra eleitoral permitia que as doações por pessoa física fossem em até 10% da renda declarada à receita federal no ano anterior à eleição, conforme art. 23, §1º, I, Lei nº 9.504/97. Esta regra não é saudável a democracia, ao menos para uma concepção de democracia na qual o governo deve tratar os seus cidadãos como “politicamente iguais” e que se aproxime do modelo compostos pelas três condições necessárias pressupostas por Dahl (1997, p. 25-26), uma vez que da forma como estão postas não promovem igualdade entre os doadores. A lógica é simples e isso se dá em face a ampla diferença no trato socioeconômico dos cidadãos brasileiros.

Da mesma forma amplamente prejudicial, estão os limites que são impostos aos próprios candidatos. Candidatos que resolvem financiar a própria campanha não estão sob as regras que limitam a 10% da renda declarada no ano anterior. Aos candidatos, a regra eleitoral que vigorou para as eleições municipais de 2016 é que cada candidato pode aportar na sua campanha a quantia que quiser dentro dos limites do patrimônio declarado e dos limites de gastos estabelecidos para sua campanha, conforme art. 23, §1º, II, Lei nº 9.504/97 e §1º do art. 20 da Resolução 23.463/2015 do TSE. Esta regra eleitoral, por sua vez, foi vetada pela reforma eleitoral de 2017, Lei nº 13.488/2017.

Os problemas evidenciados até então apontam para o fato de que pessoas físicas com ampla renda acabam por ter o poder de cooptar políticos, tal qual empresas eram capazes de o fazer. Não obstante, candidatos com amplo patrimônio – pode-se dizer aqui, milionários – encontram respaldo em condições mais favoráveis para disputarem eleições uma vez que são capazes de arcar com os altos custos de bens e serviços que movem uma campanha. Com isso, reforço o argumento de que a possível consequência deste modelo é a elitização da classe política que se distancia do cidadão comum e que se soma aos traços clássicos de individualismo presentes no sistema eleitoral brasileiro apontado por Samuels (1997), o que culminaria em promover a sensação de não representatividade ao eleitor brasileiro.

À vista disso, a sugestão é o estabelecimento de um teto único (teto nominal de doações) para todo e qualquer tipo de doador e a lógica é simples, pois a regra perpetua a lógica de que quem possui mais dinheiro tem melhores condições de afetar/constranger o jogo eleitoral a seu favor. Nesse caso, vale dizer, em 2019 segundo dados da Folha de S. Paulo<sup>4</sup>, ao menos 20 projetos foram apresentados na Câmara a fim de alterar regras para as eleições de 2020 e entre elas estão os tetos nominais de doação.

Não obstante, é preciso tratar da regra de distribuição dos recursos financeiros pelos partidos políticos, pois a regra, em geral pode promover melhores condições para candidatos menos favorecidos. Digo isso, pois, para as eleições de 2018, com a soma da “minirreforma eleitoral de 2015” e da “minirreforma eleitoral de 2017”, o que se viu foi uma melhoria nos indicadores que tratam sobre as eleições para mulheres. Se a primeira alteração trouxe consigo a criação de cotas de participação no pleito, a segunda que criou o Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC) e que aportou naquela eleição quantia superior a R\$ 1,7 bilhão (ZELINSKI; EDUARDO, 2019, p. 30), também criou cota na distribuição dos recursos, sendo que de todo o dinheiro público usado nas campanhas, 30% deveria ser usado na campanha de mulheres. Ou seja, é preciso investir em alterações legislativas nesse sentido.

Não há como negar que mediante o que se viu, a hipótese terceira deste estudo é aquela que mais suscita questões e dúvidas. Isso acontece, em especial, por ser uma hipótese de cunho conjuntural. Conjecturar não é um exercício fácil, sobretudo porque são inúmeros os fatores que são capazes de influenciar um determinado fenômeno. Para projetar um resultado que seja satisfatório à hipótese proposta, é preciso ter em conta que as eleições foram fortemente marcadas por disputas dentro e fora da seara eleitoral diante de um contexto de crise política e institucional

Ocorre que desde junho de 2013 houve uma constante inquietação popular de insatisfação com o quadro representativo e de administração pública no Brasil, que, em algum grau, contribuem com o movimento conhecido como Jornadas de Junho de 2013. Ao mesmo tempo, há uma forte crise política desencadeada pelos frequentes escândalos de corrupção que pouco a pouco foram sendo “apresentados” pela Operação Lava Jato, sobretudo naquelas investigações relativas a pagamento de Caixa 2 de campanhas eleitorais e de propinas a partidos políticos e candidatos.

Com isso, as eleições de 2016 acontecem na esteira do *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) no dia 31 de agosto, às vésperas

---

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/congresso-tem-ao-menos-20-projetos-para-alterar-regras-eleitorais.shtml> >. Acesso em: 18/09/2019

do primeiro turno das eleições municipais de 2016. Tal fenômeno, pode e deve ter causado impactos diretos e indiretos no *modus operandi* dos jogos jogados pelos partidos e candidatos; seja por atuar diretamente na formulação de preferências do eleitor médio em meio a debates acalorados sobre a ideologia partidária, corrupção, além da ascensão do “antipetismo” que fere diretamente os partidos de esquerda.

Diante disso tudo, é de se esperar que os partidos políticos de esquerda sejam penalizados pelos eleitores, não? Se sim, por que a variável que se relaciona com a ideologia partidária apresenta pouca força explicativa? Tais dados encontrados levantam a questão se a ideologia do partido importa para explicar o desempenho e o sucesso de candidatos nas eleições de 2016, ainda que, vale lembrar, que os grandes partidos que não estão à esquerda do espectro ideológico Esquerda-Direita, como o caso de PSDB e PMDB tenham ido muito bem. Sendo assim, acredito dispor de elementos que me levam a estender o estudo de forma comparativa a anos anteriores e até posteriores, configurando-se assim uma análise mais fidedigna sobre o peso da variável no desempenho eleitoral. Em tempo, acredito que para uma melhor precisão dos resultados, é preciso agregar demais variáveis de cunho conjuntural do que apenas a posição do partido no espectro ideológico Esquerda-Direita.

Por fim, à vista de todas as conclusões que foram tiradas deste trabalho, a minha tese é de que o conjunto das recentes alterações no desenho institucional eleitoral em momento algum ensejaram maior competitividade e redução das assimetrias nas disputas eleitorais entre candidatos, a não ser pelo aspecto republicano da lógica; que tais alterações visam a permanência e consolidação de atores e grupos políticos em posições estratégicas e privilegiadas de poder; e que são, sobretudo, beneficiados pelo vultoso financiamento público em face do capital político e das posições centrais que assumem na teia de relações intrapartidárias responsáveis pelo acesso e distribuição deste recurso.

Para tal, me proponho a investigar, analisar e comparar os resultados eleitorais, tendo como objeto mais específico, o desempenho/sucesso eleitoral de candidatos ao cargo de prefeito e vereador em municípios com mais de 200 mil eleitores nas eleições de 2016 e 2020; e dos candidatos ao cargo de deputado estadual, deputado federal, senador e governador nas eleições de 2018 e 2022. Sendo assim, o trabalho buscaria responder a seguinte pergunta: à luz das recentes alterações no desenho institucional eleitoral que alteraram regras fundamentais no que se refere ao financiamento eleitoral de campanhas, como estas afetaram competitividade nas disputas entre candidatos nas eleições de 2016 a 2022?



## REFERÊNCIAS

- AVIS, Eric et al. **Money and Politics: The Effects of Campaign Spending Limits on Political Competition and Incumbency Advantage**. *National Bureau of Economic Research*, 2017. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w23508>>. Acesso em: 27 jun. 2017.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 519 p. .85-7041-175-8.
- BORBA, Felipe; CERVI, Emerson Urizzi. Relação entre propaganda, dinheiro e avaliação de governo no desempenho de candidatos em eleições majoritárias no Brasil. *Opinião Pública* v. 23, n. 3, p. 754–785, dez. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762017000300754&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000300754&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoconstituicao/anexo/cf.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2019.9788561435844.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.650. **Relator Ministro Luiz Fux**. Set. 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- CARLOMAGNO, Márcio; CODATO, Adriano. Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira. *Colombia Internacional* v. 95, n. 95, p. 79–107, 1 jul. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.7440/colombiaint95.2018.04>>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- CERVI, Emerson Urizzi *et al.* Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. *Sociedade e Estado* v. 30, n. 1, p. 189–205, abr. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922015000100189&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100189&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- CERVI, Emerson Urizzi. Doações de campanha e desempenho eleitoral: Uma análise comparativa sobre as eleições para prefeitos de capitais brasileiras em 2008 e 2012. *Agenda Política* v. 1, n. 1, p. 26–54, 2013.
- \_\_\_\_\_. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais

de Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política** n. 4, p. 135–167, 2010.

\_\_\_\_\_. **Manual de Métodos Quantitativos para Iniciantes em Ciência Política - Vol. 2**. 1ª edição ed. Curitiba: CPOP, 2019. 314 p. .978-85-915195-5-2.

DACOMBE, Rod. Systematic Reviews in Political Science: What Can the Approach Contribute to Political Research? **Political Studies Review** v. 16, n. 2, p. 148–157, 2018.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DANTAS, Humberto; RAMOS, Lara Mesquita; TANAKA, Marcela. Governabilidade e Sistema Eleitoral no Brasil. In: DANTAS, Humberto (Org.). **Governabilidade**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2018. p. 25–44. 9788575042243.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS** Significância está na página 142, 153-154Pag 159, Avaliando o ajuste: soma dos quadrados, R e R<sup>2</sup>. Porto Alegre: Artmed, 2009. 684 p. .9788536320182.

FONSECA, Thiago do Nascimento. Doações de campanha implicam em retornos contratuais futuros? Uma análise dos valores recebidos por empresas antes e após as eleições. **Revista de Sociologia e Política** v. 25, n. 61, p. 31–49, mar. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782017000100031&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782017000100031&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

HEILER, Jeison Giovani. **Democracia: o jogo das incertezas x financiamento de campanhas. Uma análise das prestações de contas das campanhas de vereadores de SC**. 228 p. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. 228 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94710/294400.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

HEILER, Jeison Giovani; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; SANTOS, Rodrigo Dolandeli Dos. O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. **Opinião Pública** v. 22, n. 1, p. 56–92, abr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762016000100056&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000100056&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 21 jun. 2019.

HONG, Quan Nha; PLUYE, Pierre. *Systematic reviews: A brief historical overview*. **Education for Information**. [S.l.: s.n.], 2018

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi *et al.* Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. **Opinião Pública** v. 22, n. 1, p. 28–55, abr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762016000100028&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762016000100028&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 21 jun. 2019.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; JUNCKES, Ivan Jairo; ZELINSKI, Luiz Fernando. Financiamento dos candidatos nas eleições de 2016 em Curitiba. In: BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina; BABIRESKI, Flávia (Orgs.). **Quem decide concorrer: a eleição e os vereadores em Curitiba**. Curitiba: TRE-PR: Massimo Editorial, 2018. p. 151–174. 978-65-80044-01-6.

JACOBSON, Gary C. The Effects of Campaign Spending in Congressional Elections. **American Political Science Review** v. 72, n. 2, p. 469–491, 1978.

JACOBSON, Gary C. Money and votes reconsidered: congressional elections, 1972-1982. **Public Choice** v. 47, n. 1, p. 7–62, 1985.

JACOBSON, Gary C. The Effects of Campaign Spending in House Elections: New Evidence for Old Arguments. **American Journal of Political Science** v. 34, n. 2, p. 334–362, 1990. Disponível em: <<http://www.sas.rochester.edu/psc/clarke/214/Jacobsen90.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2018.

JUNCKES, Ivan Jairo *et al.* Poder e Democracia: Uma análise da rede de financiamento eleitoral em 2014 no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 34, n. 100, 18 fev. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092019000200502&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092019000200502&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 18 fev. 2019.

KING, Gary Samant. Replication, Replication. **Political Science & Politics** n. August, p. 444–452, 1995. Disponível em: <<https://gking.harvard.edu/files/gking/files/replication.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2018. 9788580542158.

LACERDA, Fábio. Assessing the Strength of Pentecostal Churches' Electoral Support: Evidence from Brazil. **Journal of Politics in Latin America** v. 10, n. 2, p. 3–40, 2018. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1866802X1801000201>>. Acesso em: 23 maio 2019.

LEMOS, Leany Barreiro; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João Henrique. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Pública** v. 16, n. 2, p. 366–393, nov. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762010000200004&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000200004&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MANCUSO, Wagner Pralon *et al.* Corporate Dependence in Brazil's 2010 Elections for Federal Deputy. **Brazilian Political Science Review** v. 10, n. 3, p. 1–24, 2016.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política** v. 23, n. 54, p. 155–183, jun. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782015000200155&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000200155&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MANCUSO, Wagner Pralon; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Financiamento empresarial nas campanhas para deputado federal no Brasil (2002-2010): determinantes e consequências. **38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 2014. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt16-1/8981-financiamento-empresarial-nas-campanhas-para-deputado-federal-no-brasil-2002-2010-determinantes-e-consequencias/file>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

MANCUSO, Wagner Pralon; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermio. Empresários e financiamento de campanhas na eleição presidencial brasileira de 2014. **Teoria & Pesquisa** p. 38–64, dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política** n. 27, p. 9–36, dez. 2018. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/23739/21262?fbclid=IwAR117\\_jCEUO6VDULof8JwIotMwIzd2ik8oDDQma7kt04CS3SpkM25Lmn81A](http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/23739/21262?fbclid=IwAR117_jCEUO6VDULof8JwIotMwIzd2ik8oDDQma7kt04CS3SpkM25Lmn81A)>. Acesso em: 26 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Financiamento Eleitoral Empresarial Direto e Indireto Nas Eleições Nacionais de 2014. **Workshop empresa, empresário e sociedade**, 2018.

MANCUSO, Wagner Pralon; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento empresarial na eleição para Deputado Federal (2002-2010): Determinantes e consequências. **Revista Teoria & Sociedade** v. 23, n. 2, p. 103–125, 2015.

MELO-SILVA, Gustavo. Redes de investimento e o financiamento de campanhas em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública** v. 50, n. 4, p. 689–709, ago. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122016000400689&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000400689&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MIRANDA, Eduardo Soncini; ZELINSKI, Luiz Fernando. Partidos Políticos ou Partidos de Políticos? A relação entre clãs familiares e partidos políticos no Paraná. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR** v. 5, n. 1, p. 40–77, 28 jun. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/67658/38944>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

NETTO, Gabriela Figueiredo; SPECK, Bruno Wilhelm. O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos? **Opinião Pública** v. 23, n. 3, p. 809–836, dez. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762017000300809&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000300809&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. 1. ed. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2015. .9788531405037.

PEIXOTO, Vitor De Moraes. **Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil**. 175 p. Tese de Doutorado em Ciência Política - Instituto Universitário de Pesquisas, Rio de Janeiro, 2010.

PINHEIRO, Bruno Goes; DE LUCA, Márcia Martins Mendes; VASCONCELOS, Alessandra Carvalho De. Conexões Políticas nas maiores companhias listadas na BM&FBOVESPA. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)** v. 22, n. 2, p. 394–418, ago. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112016000200394&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112016000200394&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. .8585427663.

PRZEWORSKI, Adam. Democracy, Redistribution, and Equality. **Brazilian Political Science Review** v. 6, n. 1, p. 11–36, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394341999001>>. Acesso em: 17 maio 2019.

PRZEWORSKI, Adam. **Estado e Economia no Capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. .8573160454.

RODRIGUES SILVEIRA, Rodrigo. Território, escala e voto nas eleições municipais no Brasil. In: SPECK, Bruno Wilhelm; CARNEIRO, José Mario Brasiliense (Orgs.). **Cadernos Adenauer XIV: Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013. p. 167–192.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública** v. 18, n. 1, p. 177–197, jun. 2012a. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762012000100009&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100009&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SAMPAIO, Daniel; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Como o dinheiro influencia as

eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática. **BIB** n. 88, p. 1–25, 2019.

SAMUELS, David. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil. **Dados** v. 40, n. 3, p. 493–535, 1997.

SAMUELS, David. Does Money Matter? Credible Commitments and Campaign Finance in New Democracies: Theory and Evidence from Brazil. **Comparative Politics** v. 34, n. 1, p. 23, out. 2001a. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/422413?origin=crossref>>.

SAMUELS, David. Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lucio R (Orgs.). **Reforma Política: lições da história recente**. São Paulo: FGV, 2006. p. 148.

SAMUELS, David. Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil. **The Journal of Politics** v. 63, n. 2, p. 569–584, maio 2001b. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1111/0022-3816.00079>>. Acesso em: 23 maio 2019.

SAMUELS, David. Money, Elections, and Democracy in Brazil. **Latin American Politics and Society** v. 43, n. 2, p. 27–48, 2001c. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1548-2456.2001.tb00398.x>>.1531426X.

SAMUELS, David. When Does Every Penny Count? **Party Politics** v. 7, n. 1, p. 89–102, 30 jan. 2001d. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354068801007001005>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

SCARROW, Susan E. Political Finance in Comparative Perspective. **Annual Review of Political Science** v. 10, n. 1, p. 193–210, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.polisci.10.080505.100115>>.1545-1577.

SCHEEFFER, Fernando. A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados** v. 11, n. 27, p. 119–142, 18 dez. 2018. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/435/494>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SCHEEFFER, Mário; BAHIA, Lígia. O financiamento de campanhas pelos planos e seguros de saúde nas eleições de 2010. **Saúde em Debate** v. 37, n. 96, p. 96–103, mar. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042013000100011&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000100011&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Representação política e interesses particulares na saúde: O caso do financiamento de campanhas eleitorais pelas empresas de planos de saúde privados no Brasil. **Interface: Communication, Health, Education** v. 15, n. 38, p. 947–956, set. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832011000300030&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832011000300030&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SILVA, Bruno Fernando Da. **PARA ALÉM DO FINANCIAMENTO EMPRESARIAL: A ALOCAÇÃO DE RECURSOS ECONÔMICOS NAS CAMPANHAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS (2010-2014)**. Universidade Federal do Paraná, 2010. 114 p. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.ufpr.br/ppgcp/wp-content/uploads/sites/4/2016/04/Dissertação-Bruno-Fernando-da-Silva.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

SILVA, Bruno Fernando Da; CERVI, Emerson Urizzi. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política** n. 23, p. 75–110, ago. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522017000200075&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522017000200075&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

SOUSA, Daniel Sampaio. Campanha Eleitoral 2016: a relação entre gastos e votos dos candidatos a prefeito nas capitais. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados** v. 11, n. 26, p. 40–59, 16 ago. 2018. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/377/465>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

SPECK, Bruno Wilhelm. Game over: veinte años de financiación de campañas por empresas privadas en Brasil. **Revista de Estudios Brasileños** v. 3, n. 4, 12 fev. 2016a. Disponível em: <<https://reb.universia.net/article/view/1834/game-over-veinte-anos-financiacion-campanas-empresas-privadas-brasil>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Influenciar as eleições ou garantir acesso aos eleitos? O dilema das empresas que financiam campanhas eleitorais. **Novos estudos CEBRAP** v. 35, n. 1, p. 39–59, 2016b. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002016000100002&lng=en&tlng=en&SID=7Flt4wXJgSNYTwNFOI2](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002016000100002&lng=en&tlng=en&SID=7Flt4wXJgSNYTwNFOI2)>. Acesso em: 19 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. O financiamento de campanhas eleitorais. **Reforma Política no Brasil** v. 1, n. 2, p. 153–158, 2006. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/BF00123786%0Ahttp://journals.cambridge.org/proxy1.library.jhu.edu/action/displayAbstract?sessionId=9C56E9BBE7A2466CC40F009D6E09A45B.journals?fromPage=online&aid=6265892%0Ahttp://www.jstor.org/stable/1059776?origin=crossref>>.9788578110796.

SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, Emerson Urizzi. Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: Os Mecanismos que Levam ao Voto nas Eleições para Prefeito em 2012. **Dados - Revista de**

**Ciências Sociais** v. 59, n. 1, p. 53–90, mar. 2016. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582016000100053&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000100053&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. **Brazilian Political Science Review** v. 8, n. 1, p. 34–57, 2014. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-38212014000100002&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212014000100002&lng=en&tlng=en)>. Acesso em: 15 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. In: SPECK, Bruno Wilhelm; CARNEIRO, José Mario Brasiliense (Orgs.). **Cadernos Adenauer XIV: Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013. p. 109–126. 978-85-314-0782-6.

STRATMANN, Thomas. **Some Talk: Money in Politics. A (Partial) Review of the literature**. [S.l.: s.n.], 2005. 1–247 p. .0387280375.

TAROUCO, Gabriela Da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas - Revista de Ciências Sociais** v. 15, n. 1, p. 24, 27 abr. 2015.

ZELINSKI, Luiz Fernando; EDUARDO, Maria Cecília. As novas regras do financiamento eleitoral de campanhas nas eleições de 2018 e seus efeitos nas candidaturas de homens e mulheres para o cargo de Deputado Estadual no Estado do Paraná. **Revista do Legislativo Paranaense** n. 3, p. 29–52, 30 ago. 2019. Disponível em:  
<<http://revista.alep.pr.gov.br/index.php/escolalegislativo/article/view/89/pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019.

ZELINSKI, Luiz Fernando; MIRANDA, Eduardo Soncini; EDUARDO, Maria Celília. Novas mudanças no financiamento ou velhos condicionantes políticos? Um estudo sobre as 4 deputadas estaduais eleitas no Paraná em 2018 | Zelinski da Silva | Guaju. **Guaju** v. 5, n. 2, p. 85–98, 2019. Disponível em:  
<<https://www.revistas.ufpr.br/guaju/article/view/70386/40126>>. Acesso em: 13 jan. 2020.



## APÊNDICE

## QUADRO 9 - PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO

AUTORES	TÍTULO	ANO	PUBLICADO
Borba, Felipe & Cervi, Emerson Urizzi*	Relação entre propaganda, dinheiro e a valiação de governo no desempenho de candidatos em eleições majoritárias no Brasil	2017	Opinião Pública
Carlomagno, Márcio & Codato, Adriano*	Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira	2018	Colômbia Internacional
Cervi, Emerson Urizzi; Costa, Luiz Domingos; Codato, Adriano; Perissinotto, Renato*	Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010	2015	Sociedade e Estado
Fonseca, Thiago do Nascimento*	Doações de campanha implicam em retornos contratuais futuros? Uma análise dos valores recebidos por empresas antes e após as eleições	2017	Revista de Sociologia e Política
Heiler, Jeison Giovanni; Viana, João Paulo Saraiva Leão; dos Santos, Rodrigo Dolandeli*	O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral	2016	Opinião Pública
Horochovski, Rodrigo Rossi; Junckes, Ivan Jairo; Silva, Edson Armando; Silva, Joseli Maria; Camargo, Neilor Fermino*	Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil	2016	Opinião Pública
Junckes, Ivan Jairo; Horochovski, Rodrigo Rossi; Camargo, Neilor Fermino; Silva, Edson Armando; Chim in Junior, Alides Baptista*	Poder e Democracia: Uma análise da rede de financiamento eleitoral em 2014 no Brasil	2019	Revista Brasileira de Ciências Sociais
Lemos, Leany Barreto; Marcelino, Daniel; Pederiva, João Henrique*	Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006	2010	Opinião Pública
Mancuso, Wagner Pra lon; Horochovski, Rodrigo Rossi; Camargo, Neilor Fermino*	Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014	2018	Revista Brasileira de Ciência Política
Melo-Silva, Gustavo*	Redes de investimento e o financiamento de campanhas em Minas Gerais	2016	Revista de Administração Pública
Netto, Gabriela Figueiredo & Speck, Bruno Wilhelm*	O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos	2018	Opinião Pública
Pinheiro, Bruno Goes; De Luca, Márcia Martins Mendes; Vasconcelos, Alessandra Carvalho de*	Conexões Políticas nas maiores companhias listadas na BM&FBOVESPA	2016	REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)
Sacchet, Teresa & Speck, Bruno Wilhelm*	Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006	2012	Opinião Pública
Scheffer, Mário & Bahia, Lígia*	Representação política e interesses particulares na saúde: O caso do financiamento de campanhas eleitorais pelas empresas de planos de saúde privados no Brasil	2011	Interface: Communication, Health, Education
Scheffer, Mário & Bahia, Lígia*	O financiamento de campanhas pelos planos e seguros de saúde nas eleições de 2010	2013	Saúde em Debate
Silva, Bruno Fernando da & Cervi, Emerson Urizzi*	Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014	2017	Revista Brasileira de Ciência Política

Speck, Bruno Wilhelm & Cervi, Emerson Urizzi*	Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: Os Mecanismos que Levam ao Voto nas Eleições para Prefeito em 2012	2016	Dados
Speck, Bruno Wilhelm*	Influenciar a seleções ou garantir a cesso a os eleitos? O dilema das empresas que financiam campanhas eleitorais	2016	Novos estudos CEBRAP
Cervi, Emerson Urizzi**	Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado.	2010	Revista Brasileira de Ciência Política
Lacerda, Fábio**	Assessing the Strength of Pentecostal Churches' Electoral Support: Evidence from Brazil	2018	Journal of Politics in Latin America
Mancuso, Wagner Pralton & Speck, Bruno Wilhelm**	Financiamento empresarial na eleição para Deputado Federal (2002-2010): Determinantes e consequências	2015	Revista Teoria & Sociedade
Mancuso, Wagner Pralton; Figueiredo Filho, Da Ison Britto; Speck, Bruno Wilhelm; Silva, Lucas Emanuel Oliveira; da Rocha, Enivaldo Carvalho**	Corporate Dependence in Brazil's 2010 Elections for Federal Deputy	2016	Brazilian Political Science Review
Sousa, Daniel Sampaio**	Campanha Eleitoral 2016: a relação entre gastos e votos dos candidatos a prefeito nas capitais	2018	E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados
Speck, Bruno Wilhelm & Mancuso, Wagner Pralton**	A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance	2014	Brazilian Political Science Review

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

Artigos oriundos da base da SciELO por meio da plataforma científica WoS (\*); Artigos incluídos pelo pesquisador (\*\*)

QUADRO 10 - GRADE DE LEITURA - ART. BORBA, FELIPE &amp; CERVI, EMERSON URIZZI (2017)\*

Artigo	Borba, Felipe & Cervi, Emerson Urizzi (2017)*								
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Cargo									
Presidente	X		X		X		X		
Senador									
Governador	X		X		X		X		
Prefeito		X		X		X			
Deputado Federal									
Deputado Estadual									
Vereador									

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 11 - GRADE DE LEITURA - ART. CARLOMAGNO, MÁRCIO &amp; CODATO, ADRIANO (2018)\*

Artigo	Carlomagno, Márcio & Codato, Adriano (2018)*								
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Cargo									
Presidente									
Senador									
Governador									
Prefeito									
Deputado Federal									
Deputado Estadual	X		X		X		X		
Vereador									

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 12 - GRADE DE LEITURA - ART. CERVI, EMERSON URIZZI ET AL, (2015)\*

Artigo	Cervi, Emerson Urizzi et al, (2015)*								
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Cargo									
Presidente									
Senador									
Governador									
Prefeito									
Deputado Federal					X				
Deputado Estadual									
Vereador									

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 13 - GRADE DE LEITURA - ART. FONSECA, THIAGO DO NASCIMENTO (2017)\*

Artigo	Fonseca, Thiago do Nascimento (2017)*								
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Cargo									
Presidente			X						
Senador			X						
Governador									
Prefeito									
Deputado Federal			X						
Deputado Estadual									
Vereador									

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 14 - GRADE DE LEITURA - ART. HEILER, JEISON GIOVANI; VIANA, JOÃO PAULO SARAIVA LEÃO; DOS SANTOS, RODRIGO DOLANDELI (2016)\*

Artigo	Heiler, Jeison Giovani; Viana, João Paulo Saraiva Leão; dos Santos, Rodrigo Dolandeli (2016)*								
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Cargo									
Presidente									
Senador									
Governador									
Prefeito									
Deputado Federal					X				
Deputado Estadual									
Vereador									

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 15 - GRADE DE LEITURA - ART. HOROCHOVSKI, RODRIGO ROSSI ET AL, (2016)\*

Artigo	Horochovski, Rodrigo Rossi et al, (2016)*								
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Cargo									
Presidente					X				
Senador					X				
Governador					X				
Prefeito									
Deputado Federal					X				
Deputado Estadual					X				
Vereador									

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 16 - GRADE DE LEITURA - ART. JUNCKES, IVAN JAIRO ET AL, (2019)\*

Artigo	Junckes, Ivan Jairo et al, (2019)*								
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Cargo									
Presidente							X		
Senador							X		
Governador							X		
Prefeito									
Deputado Federal							X		
Deputado Estadual							X		
Vereador									

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 17 - GRADE DE LEITURA - ART. LEMOS, LEANY BARREIRO; MARCELINO, DANIEL; PEDERIVA, JOÃO HENRIQUE (2010)\*

Artigo	Lemos, Leany Barreiro; Marcelino, Daniel; Pederiva, João Henrique (2010)*								
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Cargo									
Presidente									
Senador	X		X						
Governador									
Prefeito									
Deputado Federal	X		X						
Deputado Estadual									
Vereador									

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*





Governador									
Prefeito									
Deputado Federal					X		X		
Deputado Estadual									
Vereador									

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 26 - GRADE DE LEITURA - ART. SPECK, BRUNO WILHELM & CERVI, EMERSON URIZZI (2016)\*

Artigo	Speck, Bruno Wilhelm & Cervi, Emerson Urizzi (2016)*									
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	
Cargo										
Presidente										
Senador										
Governador										
Prefeito				X		X				
Deputado Federal										
Deputado Estadual										
Vereador										

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 27 - GRADE DE LEITURA - ART. SPECK, BRUNO WILHELM (2016)\*

Artigo	Speck, Bruno Wilhelm (2016)*									
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	
Cargo										
Presidente	X		X		X		X			
Senador	X		X		X		X			
Governador	X		X		X		X			
Prefeito										
Deputado Federal	X		X		X		X			
Deputado Estadual	X		X		X		X			
Vereador										

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 28 - GRADE DE LEITURA - ART. CERVI, EMERSON URIZZI (2010)\*\*

Artigo	Cervi, Emerson Urizzi (2010)**									
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	
Cargo										
Presidente										
Senador										
Governador										
Prefeito				X						
Deputado Federal										
Deputado Estadual										
Vereador										

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 29 - GRADE DE LEITURA - ART. LACERDA, FÁBIO (2018)\*\*

Artigo	Lacerda, Fábio (2018)**									
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	
Cargo										
Presidente										
Senador										
Governador										
Prefeito										
Deputado Federal							X			



Deputado Estadual							X		
Vereador									

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 30 - GRADE DE LEITURA - ART. MANCUSO, WAGNER PRALON & SPECK, BRUNO WILHELM (2015)\*\*

Artigo	Mancuso, Wagner Pralon & Speck, Bruno Wilhelm (2015)**									
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	
Cargo										
Presidente										
Senador										
Governador										
Prefeito										
Deputado Federal	X		X		X					
Deputado Estadual										
Vereador										

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 31 - GRADE DE LEITURA - ART. MANCUSO, WAGNER PRALON ET AL, (2016)\*\*

Artigo	Mancuso, Wagner Pralon et al, (2016)**									
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	
Cargo										
Presidente										
Senador										
Governador										
Prefeito										
Deputado Federal					X					
Deputado Estadual										
Vereador										

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 32 - GRADE DE LEITURA - ART. SOUSA, DANIEL SAMPAIO (2018)\*\*

Artigo	Sousa, Daniel Sampaio (2018)**									
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	
Cargo										
Presidente										
Senador										
Governador										
Prefeito								X		
Deputado Federal										
Deputado Estadual										
Vereador										

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

QUADRO 33 - GRADE DE LEITURA - ART. SPECK, BRUNO WILHELM & MANCUSO, WAGNER PRALON (2014)\*\*

Artigo	Speck, Bruno Wilhelm & Mancuso, Wagner Pralon (2014)**									
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	
Cargo										
Presidente										
Senador										
Governador										
Prefeito										
Deputado Federal					X					
Deputado Estadual					X					

Vereador										
----------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

**QUADRO 34 - GRADE DE LEITURA SOBRE OS ARTIGOS**

<b>AUTOR(ANO)</b>	<b>FINANCIAMENTO É VARIÁVEL</b>	<b>FUNÇÃO DA VARIÁVEL</b>	<b>CARGO INVESTIGADO</b>	<b>ANO ELEIÇÃO</b>
Borba, Felipe & Cervi, Emerson Urizzi (2017)*	Independente	Sucesso/Desempenho	Presidente, Governador, Prefeito	2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014
Carlomagno, Márcio & Codato, Adriano (2018)*	Dependente	Determinantes do financiamento	Dep. Estadual	2002, 2006, 2010, 2014
Cervi, Emerson Urizzi et al, (2015)*	Independente e Dependente	Sucesso/Desempenho e Determinantes do financiamento	Dep. Federal	2010
Fonseca, Thiago do Nascimento (2017)*	Independente	Benefícios ao financiador	Presidente, Senador, Dep. Federal	2006
Heiler, Jeison Giovani; Viana, João Paulo Saraiva Leão; dos Santos, Rodrigo Dolandeli (2016)*	Independente	Sucesso/Desempenho	Dep. Federal	2010
Horochovski, Rodrigo Rossi et al, (2016)*	Independente	Sucesso/Desempenho	Presidente, Senador, Governador, Dep. Federal, Dep. Estadual	2010
Junckes, Ivan Jaíro et al, (2019)*	Independente	Sucesso/Desempenho	Presidente, Senador, Governador, Dep. Federal, Dep. Estadual	2014
Lemos, Leany Barreiro; Marcelino, Daniel; Pederiva, João Henrique (2010)*	Independente	Sucesso/Desempenho	Senador, Dep. Federal	2002, 2006
Mancuso, Wagner Pra lon; Horochovski, Rodrigo Rossi; Camargo, Neilor Ferm ino (2018)*	Dependente	Determinantes do financiamento	Dep. Federal	2014
Melo-Silva, Gustavo (2016)*	Independente	Benefícios ao financiador	Governador	2002, 2006, 2010
Netto, Gabriela Figueiredo & Speck, Bruno Wilhelm (2018)*	Independente	Sucesso/Desempenho	Dep. Federal, Dep. Estadual	2010, 2014
Pinheiro, Bruno Goes; De Luca, Márcia Martins Mendes; Vasconcelos, Alessandra Carvalho de (2016)*	Independente	Benefícios ao financiador	Presidente, Senador, Governador, Dep. Federal, Dep. Estadual	2014
Sacchet, Teresa & Speck, Bruno Wilhelm (2012)*	Independente	Sucesso/Desempenho	Dep. Federal, Dep. Estadual	2006
Scheffer, Mário & Bahia, Lígia (2011)*	Independente	Sucesso/Desempenho e Benefícios ao financiador	Presidente, Senador, Governador, Dep. Federal, Dep. Estadual	2006
Scheffer, Mário & Bahia, Lígia (2013)*	Independente	Sucesso/Desempenho e Benefícios ao financiador	Presidente, Senador, Governador, Dep. Federal, Dep. Estadual	2010
Silva, Bruno Fernando da & Cervi, Emerson Urizzi (2017)*	Independente	Sucesso/Desempenho	Dep. Federal	2010, 2014

Speck, Bruno Wilhelm & Cervi, Emerson Urizzi (2016)*	Independente	Sucesso/Desempenho	Prefeito	2008, 2012
Speck, Bruno Wilhelm (2016)*	Independente e Dependente	Sucesso/Desempenho, Benefícios ao financiador e Determinantes	Presidente, Senador, Governador, Dep. Federal, Dep. Estadual	2002, 2006, 2010, 2014
Cervi, Emerson Urizzi (2010)**	Independente	Sucesso/Desempenho	Prefeito	2008
Lacerda, Fábio (2018)**	Independente	Sucesso/Desempenho	Dep. Federal, Dep. Estadual	2014
Mancuso, Wagner Pralon & Speck, Bruno Wilhelm (2015)**	Independente e Dependente	Sucesso/Desempenho e Determinantes do financiamento	Dep. Federal	2002, 2006, 2010
Mancuso, Wagner Pralon et al. (2016)**	Independente	Sucesso/Desempenho e Determinantes do financiamento	Dep. Federal	2010
Sousa, Daniel Sampaio (2018)**	Independente	Sucesso/Desempenho	Prefeito	2016
Speck, Bruno Wilhelm & Mancuso, Wagner Pralon (2014)**	Independente	Sucesso/Desempenho	Dep. Federal, Dep. Estadual	2010

FONTE: O autor com base na *SciELO Citation Index*

Artigos oriundos da base da SciELO por meio da plataforma científica WoS (\*); Artigos incluídos pelo pesquisador (\*\*)

## QUADRO 35 - QUERYS PARA CONSTRUÇÃO DO BANCO DE DADOS

1º passo:

Carregar os bancos de dados do eleitorado para definir o recorte de estudo.

[Importei o db "perfil\_eleitorado\_2016" e consertei as colunas/variáveis e exportei novamente para poder abrir no PowerBI.]

Filtrei os municípios com mais de 200.000 eleitores, no total, 93 municípios que somam 56.330.373 eleitores.

Brasília entra no cálculo de eleitorado, no entanto como não possui eleições para prefeito não entra no nosso estudo. Sendo assim, é só reduzir o número de eleitores para que encontremos o eleitorado total.

O ELEITORADO TOTAL É DE 54.376.262

2º passo:

Escolher no consulta\_cand os casos a serem analisados, portanto:

CRIAR COLUNA COM SCRIPT "ALTER TABLE" E PREENCHER ESSA COLUNA COM CONCATENAR, USANDO O SEGUINTE SCRIPT

```
< "update consulta_cand_2016_BRASIL set UF_MUN_CONCATENADO = SG_UF || '-' || NM_UE;" >
```

[1º filtro é UF e Cidades; 2º candidatos a prefeito; 3º deferidos ou deferidos com recurso]

SCRIPT 1. < alter table consulta\_cand\_2016\_BRASIL add COLUMN UF\_MUN\_CONCATENADO >

SCRIPT 2. < update consulta\_cand\_2016\_BRASIL set UF\_MUN\_CONCATENADO = SG\_UF || '-' || NM\_UE; >

SCRIPT 3. select \* from consulta\_cand\_2016\_BRASIL where DS\_CARGO = 'PREFEITO' AND DS\_DETALHE\_SITUACAO\_CAND IN ('DEFERIDO', 'DEFERIDO COM RECURSO')

AND UF\_MUN\_CONCATENADO IN ('AC-RIO BRANCO', 'AL-MACEIÓ', 'AM-MANAUS', 'AP-MACAPÁ', 'BA-FEIRA DE SANTANA', 'BA-SALVADOR', 'BA-VITÓRIA DA CONQUISTA', 'CE-CAUCAIA', 'CE-FORTALEZA', 'ES-CARIACICA', 'ES-SERRA', 'ES-VILA VELHA', 'ES-VITÓRIA', 'GO-ANÁPOLIS', 'GO-APARECIDA DE GOIÂNIA', 'GO-GOIÂNIA', 'MA-SÃO LUÍS', 'MG-BELO HORIZONTE', 'MG-BETIM', 'MG-CONTAGEM', 'MG-GOVERNADOR VALADARES', 'MG-JUIZ DE FORA', 'MG-MONTES CLAROS', 'MG-UBERABA', 'MG-UBERLÂNDIA', 'MS-CAMPO GRANDE', 'MT-CUIABÁ', 'PA-ANANINDEUA', 'PA-BELÉM', 'PA-SANTARÉM', 'PB-CAMPINA GRANDE', 'PB-JOÃO PESSOA', 'PE-CARUARU', 'PE-JABOATÃO DOS GUARARAPES', 'PE-OLINDA', 'PE-RECIFE', 'PI-TERESINA', 'PR-CASCADEL', 'PR-CURITIBA', 'PR-LONDRINA', 'PR-MARINGÁ', 'PR-PONTA GROSSA', 'RJ-BELFORD ROXO', 'RJ-CAMPOS DOS GOYTACAZES', 'RJ-DUQUE DE CAXIAS', 'RJ-NITERÓI', 'RJ-NOVA IGUAÇU', 'RJ-PETRÓPOLIS', 'RJ-RIO DE JANEIRO', 'RJ-SÃO GONÇALO', 'RJ-SÃO JOÃO DE MERITI', 'RJ-VOLTA REDONDA', 'RN-NATAL', 'RO-PORTO VELHO', 'RR-BOA VISTA', 'RS-CANOAS', 'RS-CAXIAS DO SUL', 'RS-

```
PELOTAS', 'RS-PORTO ALEGRE', 'RS-SANTA MARIA', 'SC-BLUMENAU', 'SC-FLORIANÓPOLIS',
'SC-JOINVILLE', 'SE-ARACAJU', 'SP-BARUERI', 'SP-BAURU', 'SP-CAMPINAS', 'SP-
CARAPICUÍBA', 'SP-DIADEMA', 'SP-FRANCA', 'SP-GUARUJÁ', 'SP-GUARULHOS', 'SP-
ITAQUAQUECETUBA', 'SP-JUNDIAÍ', 'SP-LIMEIRA', 'SP-MAUÁ', 'SP-MOGI DAS CRUZES',
'SP-OSASCO', 'SP-PIRACICABA', 'SP-PRAIA GRANDE', 'SP-RIBEIRÃO PRETO', 'SP-SANTO
ANDRÉ', 'SP-SANTOS', 'SP-SÃO BERNARDO DO CAMPO', 'SP-SÃO JOSÉ DO RIO PRETO', 'SP-
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS', 'SP-SÃO PAULO', 'SP-SÃO VICENTE', 'SP-SOROCABA', 'SP-
SUZANO', 'SP-TABOÃO DA SERRA', 'SP-TAUBATÉ'); >
```

3º passo:

Adicionar os bancos de prestação de contas. Como não está sendo possível adicionar um banco de prestação grande, vou ter que fazer UF po UF.

Depois de carregar todos em um só banco, eu crio uma nova coluna pelo comando alter table add column e concateno UF e Município, tal qual fiz em consulta cand.

Script do Bando de Dados de Receita

```
select * from receitas_candidatos_brasil;
```

```
alter table receitas_candidatos_brasil add column UF_MUN;
```

```
update receitas_candidatos_brasil set UF_MUN = UF || '-' || NomedaeUE;
```

```
alter table receitas_candidatos_brasil add column FONTE_DO_RECURSO;
```

```
update receitas_candidatos_brasil set FONTE_DO_RECURSO = 'FINANCIAMENTO PÚBLICO'
where Tipodoadororiginário = '#NULO' AND Fonterecurso = 'Fundo Partidario';
```

```
update receitas_candidatos_brasil set FONTE_DO_RECURSO = 'FINANCIAMENTO PRIVADO'
where Tipodoadororiginário IN ('#NULO','F') AND Fonterecurso = 'Outros Recursos';
```

```
alter table receitas_candidatos_brasil add column TIPO_DE_RECEITA;
```

```
update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = 'RECURSOS DE PESSOAS
FÍSICAS' WHERE Tipodoadororiginário = 'F' AND Tiporeceita = 'Recursos de pessoas
físicas' and Fonterecurso = 'Outros Recursos';
```

```
update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = 'RECURSOS DE PESSOAS FÍSICAS' WHERE Tipodoadororiginário = 'F' AND Tiporeceita = 'Recursos próprios' and Fonterecurso = 'Outros Recursos';

update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = '(DO-PF) RECURSOS DE PARTIDO POLÍTICO' WHERE Tipodoadororiginário = 'F' AND Tiporeceita = 'Recursos de partido político' and Fonterecurso = 'Outros Recursos';

update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = '(DO-PF) RECURSOS DE OUTROS CANDIDATOS' WHERE Tipodoadororiginário = 'F' AND Tiporeceita = 'Recursos de outros candidatos' and Fonterecurso = 'Outros Recursos';

update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = '(DO-FPTD) RECURSOS DE PARTIDO POLÍTICO' WHERE Tipodoadororiginário = '#NULO' and Tiporeceita = 'Recursos de partido político' and Fonterecurso = 'Fundo Partidario';

update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = '(DO-FPTD) RECURSOS DE OUTROS CANDIDATOS' WHERE Tipodoadororiginário = '#NULO' and Tiporeceita = 'Recursos de outros candidatos' and Fonterecurso = 'Fundo Partidario';

update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = 'RECURSOS DE PESSOAS FÍSICAS' WHERE Tipodoadororiginário = '#NULO' and Tiporeceita = 'Recursos de pessoas físicas' and Fonterecurso = 'Fundo Partidario';

update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = 'RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS' WHERE Tipodoadororiginário = '#NULO' and Tiporeceita = 'Rendimentos de aplicações financeiras' and Fonterecurso = 'Fundo Partidario';

update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = 'RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS' WHERE Tipodoadororiginário = '#NULO' and Tiporeceita = 'Rendimentos de aplicações financeiras' and Fonterecurso = 'Outros Recursos';

update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = 'RECURSOS DE PESSOAS FÍSICAS' WHERE Tipodoadororiginário = '#NULO' and Tiporeceita = 'Recursos de pessoas físicas' and Fonterecurso = 'Outros Recursos';

update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = 'DOAÇÕES PELA INTERNET' WHERE Tipodoadororiginário = '#NULO' and Tiporeceita = 'Doações pela Internet' and Fonterecurso = 'Outros Recursos';
```

```
update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = 'NÃO IDENTIFICADO'
WHERE Tipodoadororiginário = '#NULO' and Tiporeceita = 'Recursos de origens não
identificadas' and Fonterecurso = 'Outros Recursos';
```

```
update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = 'RECURSOS DE PARTIDO
POLÍTICO' WHERE Tipodoadororiginário = '#NULO' and Tiporeceita = 'Recursos de
partido político' and Fonterecurso = 'Outros Recursos';
```

```
update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = 'RECURSOS DE OUTROS
CANDIDATOS' WHERE Tipodoadororiginário = '#NULO' and Tiporeceita = 'Recursos de
outros candidatos' and Fonterecurso = 'Outros Recursos';
```

```
SELECT * FROM receitas_candidatos_brasil WHERE Tipodoadororiginário = '#NULO'
and Tiporeceita = 'Recursos próprios' and Fonterecurso = 'Outros Recursos' and
FONTE_DO_RECURSO = 'FINANCIAMENTO PRIVADO';
```

```
update receitas_candidatos_brasil set TIPO_DE_RECEITA = 'RECURSOS PRÓPRIOS'
WHERE Tipodoadororiginário = '#NULO' and Tiporeceita = 'Recursos próprios' and
Fonterecurso = 'Outros Recursos' and FONTE_DO_RECURSO = 'FINANCIAMENTO PRIVADO';
```

```
alter table receitas_candidatos_brasil add column ID;
```

```
update receitas_candidatos_brasil set ID = UF || '-' || NomedaeUE || '-' ||
Numerocandidato;
```

```
select * from receitas_candidatos_brasil where Cargo = 'Prefeito'
AND UF_MUN IN ('AC-RIO BRANCO', 'AL-MACEIÓ', 'AM-MANAUS', 'AP-MACAPÁ', 'BA-FEIRA
DE SANTANA', 'BA-SALVADOR', 'BA-VITÓRIA DA CONQUISTA', 'CE-CAUCAIA', 'CE-
FORTALEZA', 'ES-CARIACICA', 'ES-SERRA', 'ES-VILA VELHA', 'ES-VITÓRIA', 'GO-
ANÁPOLIS', 'GO-APARECIDA DE GOIÂNIA', 'GO-GOIÂNIA', 'MA-SÃO LUÍS', 'MG-BELO
HORIZONTE', 'MG-BETIM', 'MG-CONTAGEM', 'MG-GOVERNADOR VALADARES', 'MG-JUIZ DE
FORA', 'MG-MONTES CLAROS', 'MG-UBERABA', 'MG-UBERLÂNDIA', 'MS-CAMPO GRANDE', 'MT-
CUIABÁ', 'PA-ANANINDEUA', 'PA-BELÉM', 'PA-SANTARÉM', 'PB-CAMPINA GRANDE', 'PB-
JOÃO PESSOA', 'PE-CARUARU', 'PE-JABOATÃO DOS GUARARAPES', 'PE-OLINDA', 'PE-
RECIFE', 'PI-TERESINA', 'PR-CASCADEL', 'PR-CURITIBA', 'PR-LONDRINA', 'PR-
MARINGÁ', 'PR-PONTA GROSSA', 'RJ-BELFORD ROXO', 'RJ-CAMPOS DOS GOYTACAZES', 'RJ-
DUQUE DE CAXIAS', 'RJ-NITERÓI', 'RJ-NOVA IGUAÇU', 'RJ-PETRÓPOLIS', 'RJ-RIO DE
JANEIRO', 'RJ-SÃO GONÇALO', 'RJ-SÃO JOÃO DE MERITI', 'RJ-VOLTA REDONDA', 'RN-
```



NATAL', 'RO-PORTO VELHO', 'RR-BOA VISTA', 'RS-CANOAS', 'RS-CAXIAS DO SUL', 'RS-PELOTAS', 'RS-PORTO ALEGRE', 'RS-SANTA MARIA', 'SC-BLUMENAU', 'SC-FLORIANÓPOLIS', 'SC-JOINVILLE', 'SE-ARACAJU', 'SP-BARUERI', 'SP-BAURU', 'SP-CAMPINAS', 'SP-CARAPICUÍBA', 'SP-DIADEMA', 'SP-FRANCA', 'SP-GUARUJÁ', 'SP-GUARULHOS', 'SP-ITAQUAQUECETUBA', 'SP-JUNDIAÍ', 'SP-LIMEIRA', 'SP-MAUÁ', 'SP-MOGI DAS CRUZES', 'SP-OSASCO', 'SP-PIRACICABA', 'SP-PRAIA GRANDE', 'SP-RIBEIRÃO PRETO', 'SP-SANTO ANDRÉ', 'SP-SANTOS', 'SP-SÃO BERNARDO DO CAMPO', 'SP-SÃO JOSÉ DO RIO PRETO', 'SP-SÃO JOSÉ DOS CAMPOS', 'SP-SÃO PAULO', 'SP-SÃO VICENTE', 'SP-SOROCABA', 'SP-SUZANO', 'SP-TABOÃO DA SERRA', 'SP-TAUBATÉ');

TABELA 14 - TOTAL DE CANDIDATURAS POR PARTIDO E GÊNERO

<b>PARTIDOS</b>	<b>FEMININO</b>	<b>% FEMININO</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>% MASCULINO</b>	<b>TOTAL</b>
PSOL	16	21,33%	59	78,67%	75
PSDB	6	10,91%	49	89,09%	55
PT	10	18,87%	43	81,13%	53
PMDB	5	11,36%	39	88,64%	44
PSB	2	5,26%	36	94,74%	38
REDE	2	6,67%	28	93,33%	30
PSD	0	0,00%	29	100%	29
PSTU	15	51,72%	14	48,28%	29
PDT	0	0,00%	24	100,00%	24
PPS	3	15,00%	17	85%	20
PRB	6	31,58%	13	68,42%	19
PR	0	0%	18	100%	18
PP	3	17,65%	14	82,35%	17
PC do B	5	31,25%	11	68,75%	16
PV	1	6,25%	15	93,75%	16
DEM	1	7,14%	13	92,86%	14
PPL	1	7,14%	13	92,86%	14
PCO	2	15,38%	11	84,62%	13
SD	0	0%	11	100%	11
PMN	0	0%	10	100%	10
PEN	0	0%	9	100%	9
PTB	0	0%	9	100%	9
PSC	0	0%	8	100%	8
PSDC	0	0%	8	100%	8
PMB	4	57,14%	3	42,86%	7
PRTB	0	0%	7	100%	7
PROS	0	0%	6	100%	6
PT do B	0	0%	6	100%	6
PTC	1	16,67%	5	83,33%	6
PHS	0	0%	5	100%	5
PSL	1	20%	4	80%	5
PTN	0	0%	4	100%	4
PCB	0	0%	3	100%	3
PRP	0	0%	3	100%	3
NOVO	1	100%	0	0%	1
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>85</b>	<b>13,45%</b>	<b>547</b>	<b>86,55%</b>	<b>632</b>

Fonte: O autor com dados do TSE

TABELA 15 - TOTAL DE CANDIDATURAS DOS PARTIDOS POR REGIÃO

PARTIDOS	CENTRO-OESTE	% CO	NORDESTE	% NE	NORTE	% N	SUDESTE	% SE	SUL	% S	TOTAL
PSOL	2	2,67%	15	20%	6	8%	40	53,33%	12	16%	75
PSDB	4	7,27%	9	16,36%	5	9,09%	30	54,55%	7	12,73%	55
PT	3	5,66%	9	16,98%	6	11,32%	25	47,17%	10	18,87%	53
PMDB	3	6,82%	6	13,64%	6	13,64%	24	54,55%	5	11,36%	44
PSB	2	5,26%	11	28,95%	3	7,89%	18	47,37%	4	10,53%	38
REDE	2	6,67%	3	10%	4	13,33%	18	60%	3	10%	30
PSD	2	6,9%	2	6,9%	2	6,9%	20	68,97%	3	10,34%	29
PSTU	1	3,45%	6	20,69%	2	6,9%	16	55,17%	4	13,79%	29
PDT	1	4,17%	5	20,83%	2	8,33%	9	37,5%	7	29,17%	24
PPS	1	5%	3	15%	0	0%	14	70%	2	10%	20
PRB	1	5,26%	1	5,26%	2	10,53%	12	63,16%	3	15,79%	19
PR	1	5,56%	3	16,67%	3	16,67%	11	61,11%	0	0%	18
PP	1	5,88%	5	29,41%	1	5,88%	4	23,53%	6	35,29%	17
PC do B	0	0%	4	25%	2	12,5%	7	43,75%	3	18,75%	16
PV	2	12,5%	2	12,5%	1	6,25%	10	62,5%	1	6,25%	16
DEM	1	7,14%	4	28,57%	2	14,29%	7	50%	0	0%	14
PPL	0	0%	2	14,29%	0	0%	9	64,29%	3	21,43%	14
PCO	1	7,69%	4	30,77%	0	0%	8	61,54%	0	0%	13
SD	0	0%	2	18,18%	1	9,09%	7	63,64%	1	9,09%	11
PMN	0	0%	2	20%	0	0%	4	40%	4	40%	10
PEN	0	0%	0	0%	1	11,11%	5	55,56%	3	33,33%	9
PTB	1	11,11%	1	11,11%	1	11,11%	4	44,44%	2	22,22%	9
PSC	2	25%	0	0%	0	0%	5	62,5%	1	12,5%	8
PSDC	2	25%	0	0%	0	0%	6	75%	0	0%	8
PMB	1	14,29%	2	28,57%	0	0%	3	42,86%	1	14,29%	7
PRTB	1	14,29%	1	14,29%	2	28,57%	3	42,86%	0	0%	7
PROS	1	16,67%	0	0%	0	0%	3	50%	2	33,33%	6
PT do B	0	0%	0	0%	1	16,67%	4	66,67%	1	16,67%	6
PTC	0	0%	2	33,33%	0	0%	4	66,67%	0	0%	6
PHS	0	0%	2	40%	0	0%	3	60%	0	0%	5
PSL	0	0%	0	0%	0	0%	4	80%	1	20%	5
PTN	1	25%	1	25%	0	0%	2	50%	0	0%	4
PCB	0	0%	2	66,67%	0	0%	1	33,33%	0	0%	3
PRP	0	0%	0	0%	0	0%	3	100%	0	0%	3
NOVO	0	0%	0	0%	0	0%	1	100%	0	0%	1
TotalGeral	37	5,85%	109	17,25%	53	8,39%	344	54,43%	89	14,08%	632

Fonte: O autor com dados do TSE

TABELA 16 - TOTAL DE ELEITOS E NÃO ELEITOS, CONFORME CANDIDATOS DESAFIANTES E INCUMBENTES POR PARTIDO

PARTIDO	ELEITO				NÃO ELEITO				TOTAL GERAL
	DESAFIANTE	INCUMBENTE	TOTAL	DESAFIANTE	INCUMBENTE	TOTAL	TOTAL		
PSDB	17	12	29	25	1	26	55		
PMDB	10	4	14	29	1	30	44		
PPS	3	3	6	14	0	14	20		
DEM	3	2	5	7	2	9	14		
PSB	3	2	5	30	3	33	38		
PDT	1	3	4	18	2	20	24		
PR	4	0	4	13	1	14	18		
PSD	3	1	4	24	1	25	29		
PV	2	2	4	12	0	12	16		
PHS	2	0	2	3	0	3	5		
PP	2	0	2	14	1	15	17		
PRB	2	0	2	17	0	17	19		
PTB	2	0	2	7	0	7	9		
REDE	0	2	2	28	0	28	30		
PC do B	1	0	1	13	2	15	16		
PMB	1	0	1	6	0	6	7		
PMN	1	0	1	9	0	9	10		
PSC	1	0	1	7	0	7	8		
PT	0	1	1	46	6	52	53		
PTN	1	0	1	3	0	3	4		
SD	1	0	1	10	0	10	11		
NOVO	0	0	0	1	0	1	1		
PCB	0	0	0	3	0	3	3		
PCO	0	0	0	13	0	13	13		
PEN	0	0	0	9	0	9	9		
PPL	0	0	0	14	0	14	14		
PROS	0	0	0	6	0	6	6		
PRP	0	0	0	3	0	3	3		

PRTB	0	0	0	0	7	0	7	7
PSDC	0	0	0	0	8	0	8	8
PSL	0	0	0	0	5	0	5	5
PSOL	0	0	0	0	75	0	75	75
PSTU	0	0	0	0	29	0	29	29
PT do B	0	0	0	0	6	0	6	6
PTC	0	0	0	0	6	0	6	6
Total Geral	60	32	92	520	20	540	632	

Fonte: O autor com dados do TSE

TABELA 17 - CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS POR PARTIDO E REGIÃO

PARTIDO	ELEITO					NÃO ELEITO					TOTAL GERAL		
	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE		SUL	TOTAL
PSDB	0	4	4	17	4	29	4	5	1	13	3	26	55
PMDB	3	1	1	7	2	14	0	5	5	17	3	30	44
PPS	0	0	0	5	1	6	1	3	0	9	1	14	20
DEM	0	2	1	2	0	5	1	2	1	5	0	9	14
PSB	0	1	0	4	0	5	2	10	3	14	4	33	38
PDT	0	3	0	0	1	4	1	2	2	9	6	20	24
PR	0	1	0	3	0	4	1	2	3	8	0	14	18
PSD	1	1	0	2	0	4	1	1	2	18	3	25	29
PV	0	0	0	4	0	4	2	2	1	6	1	12	16
PHS	0	0	0	2	0	2	0	2	0	1	0	3	5
Pp	0	0	0	1	1	2	1	5	1	3	5	15	17
PRB	0	0	0	1	1	2	1	1	2	11	2	17	19
PTB	1	0	0	0	1	2	0	1	1	4	1	7	9
REDE	0	0	1	1	0	2	2	3	3	17	3	28	30
PC do B	0	1	0	0	0	1	0	3	2	7	3	15	16
PMB	0	1	0	0	0	1	1	1	0	3	1	6	7
PMN	0	0	0	0	1	1	0	2	0	4	3	9	10
PSC	0	0	0	0	1	1	2	0	0	5	0	7	8
PT	0	0	1	0	0	1	3	9	5	25	10	52	53
PTN	0	0	0	1	0	1	1	1	0	1	0	3	4
SD	0	1	0	0	0	1	0	1	1	7	1	10	11
NOVO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
PCB	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	3	3
PCO	0	0	0	0	0	0	1	4	0	8	0	13	13
PEN	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5	3	9	9
PPL	0	0	0	0	0	0	0	2	0	9	3	14	14
PROS	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3	2	6	6
PRP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	3
PRTB	0	0	0	0	0	0	1	1	2	3	0	7	7
PSDC	0	0	0	0	0	0	2	0	0	6	0	8	8
PSL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	1	5	5
PSOL	0	0	0	0	0	0	2	15	6	40	12	75	75
PSTU	0	0	0	0	0	0	1	6	2	16	4	29	29
PT do B	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	1	6	6
PTC	0	0	0	0	0	0	0	2	0	4	0	6	6

<b>Total Geral</b>	<b>5</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>50</b>	<b>13</b>	<b>92</b>	<b>32</b>	<b>93</b>	<b>45</b>	<b>294</b>	<b>76</b>	<b>540</b>	<b>632</b>
--------------------	----------	-----------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------	------------	------------

Fonte: O autor com dados do TSE

TABELA 18 - CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS POR PARTIDO E GÊNERO

PARTIDO	ELEITO			NÃO ELEITO			TOTAL	TOTAL GERAL
	FEMININO	MASCULINO	TOTAL	FEMININO	MASCULINO	TOTAL		
PSDB	2	27	29	4	22	26	55	
PMDB	1	13	14	4	26	30	44	
PPS	0	6	6	3	11	14	20	
DEM	0	5	5	1	8	9	14	
PSB	0	5	5	2	31	33	38	
PDT	0	4	4	0	20	20	24	
PR	0	4	4	0	14	14	18	
PSD	0	4	4	0	25	25	29	
PV	0	4	4	1	11	12	16	
PHS	0	2	2	0	3	3	5	
PP	0	2	2	3	12	15	17	
PRB	0	2	2	6	11	17	19	
PTB	0	2	2	0	7	7	9	
REDE	0	2	2	2	26	28	30	
PC do B	0	1	1	5	10	15	16	
PMB	0	1	1	4	2	6	7	
PMN	0	1	1	0	9	9	10	
PSC	0	1	1	0	7	7	8	
PT	0	1	1	10	42	52	53	
PTN	0	1	1	0	3	3	4	
SD	0	1	1	0	10	10	11	
NOVO	0	0	0	1	0	1	1	
PCB	0	0	0	0	3	3	3	
PCO	0	0	0	2	11	13	13	
PEN	0	0	0	0	9	9	9	
PPL	0	0	0	1	13	14	14	
PROS	0	0	0	0	6	6	6	
PRP	0	0	0	0	3	3	3	
PRTB	0	0	0	0	7	7	7	
PSDC	0	0	0	0	8	8	8	
PSL	0	0	0	1	4	5	5	
PSOL	0	0	0	16	59	75	75	
PSTU	0	0	0	15	14	29	29	
PT do B	0	0	0	0	6	6	6	
PTC	0	0	0	1	5	6	6	
<b>Total Geral</b>	<b>3</b>	<b>89</b>	<b>92</b>	<b>82</b>	<b>458</b>	<b>540</b>	<b>632</b>	



Fonte: O autor com dados do TSE

TABELA 19 - CANDIDATOS ELEITOS E NÃO ELEITOS POR PARTIDO E COR DA PELE

PARTIDOS	ELEITO				NÃO ELEITO				TOTAL	PRETA	TOTAL	TOTAL GERAL
	BRANCA	PARDA	TOTAL	AMARELA	BRANCA	INDIGENA	PARDA	PRETA				
PSDB	27	2	29	0	22	0	0	3	1	26	55	
PMDB	12	2	14	0	21	0	0	8	1	30	44	
PPS	3	3	6	0	12	0	0	0	2	14	20	
DEM	3	2	5	0	7	0	0	1	1	9	14	
PSB	5	0	5	0	27	0	0	3	3	33	38	
PDT	3	1	4	0	16	0	0	4	0	20	24	
PR	4	0	4	0	10	0	0	3	1	14	18	
PSD	3	1	4	1	20	0	0	4	0	25	29	
PV	3	1	4	0	11	0	0	1	0	12	16	
PHS	2	0	2	0	2	0	0	1	0	3	5	
PP	2	0	2	0	10	0	0	5	0	15	17	
PRB	2	0	2	0	13	0	0	2	2	17	19	
PTB	2	0	2	0	7	0	0	0	0	7	9	
REDE	1	1	2	0	18	0	0	7	3	28	30	
PC do B	0	1	1	0	8	0	0	4	3	15	16	
PMB	0	1	1	0	5	0	0	1	0	6	7	
PMN	1	0	1	0	5	0	0	2	2	9	10	
PSC	1	0	1	0	5	0	0	1	1	7	8	
PT	1	0	1	0	36	0	0	6	10	52	53	
PTN	0	1	1	0	3	0	0	0	0	3	4	
SD	0	1	1	0	6	0	0	4	0	10	11	
NOVO	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	
PCB	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3	3	
PCO	0	0	0	0	6	0	0	6	1	13	13	
PEN	0	0	0	0	6	0	0	3	0	9	9	
PPL	0	0	0	0	11	0	0	2	1	14	14	
PROS	0	0	0	0	5	0	0	1	0	6	6	
PRP	0	0	0	0	1	0	0	2	0	3	3	
PRTB	0	0	0	0	4	0	0	2	1	7	7	
PSDC	0	0	0	0	5	0	0	1	2	8	8	
PSL	0	0	0	0	5	0	0	0	0	5	5	
PSOL	0	0	0	1	32	1	1	23	18	75	75	
PSTU	0	0	0	0	16	2	2	2	9	29	29	
PT do B	0	0	0	0	6	0	0	0	0	6	6	
PTC	0	0	0	0	4	0	0	2	0	6	6	
<b>Total Geral</b>	<b>75</b>	<b>17</b>	<b>92</b>	<b>2</b>	<b>366</b>	<b>3</b>	<b>106</b>	<b>63</b>	<b>540</b>	<b>632</b>		

Fonte: O autor com dados do TSE

TABELA 20 – TOTAL DE CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDOS E GRAU DE INSTRUÇÃO

PARTIDO S	ELEITO						TOTAL L
	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	ENSINO MEDIO COMPLETO	ENSINO SUPERIOR COMPLETO	ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	
PSDB	0	0	0	28	1	29	
PMDB	1	0	0	13	0	14	
PPS	0	0	0	6	0	6	
DEM	0	0	0	5	0	5	
PSB	0	2	3	3	0	5	
PDT	0	0	0	4	0	4	
PR	0	0	0	3	1	4	
PSD	0	0	0	4	0	4	
PV	0	0	0	4	0	4	
PHS	0	0	0	1	1	2	
PP	0	1	1	1	0	2	
PRB	0	0	0	2	0	2	
PTB	0	0	0	2	0	2	
REDE	0	0	0	2	0	2	
PC do B	0	0	0	0	1	1	
PMB	0	1	0	0	0	1	
PMN	0	0	0	1	0	1	
PSC	0	0	0	0	1	1	
PT	0	0	0	1	0	1	
PTN	0	0	0	1	0	1	
SD	0	0	0	1	0	1	
NOVO	0	0	0	0	0	0	
PCB	0	0	0	0	0	0	
PCO	0	0	0	0	0	0	
PEN	0	0	0	0	0	0	
PPL	0	0	0	0	0	0	
PROS	0	0	0	0	0	0	
PRP	0	0	0	0	0	0	
PRTB	0	0	0	0	0	0	
PSDC	0	0	0	0	0	0	
PSL	0	0	0	0	0	0	
PSOL	0	0	0	0	0	0	
PSTU	0	0	0	0	0	0	
PT do B	0	0	0	0	0	0	
PTC	0	0	0	0	0	0	

<b>Total Geral</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>82</b>	<b>5</b>	<b>92</b>
--------------------	----------	----------	-----------	----------	-----------

Fonte: O autor com dados do TSE

TABELA 21 - TOTAL DE CANDIDATOS NÃO ELEITOS POR PARTIDOS E GRAU DE INSTRUÇÃO

PARTIDOS	NÃO ELEITO						TOTAL
	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	SUPERIOR COMPLETO	SUPERIOR INCOMPLETO	
PSDB	0	0	2	0	20	4	26
PMDB	1	0	2	0	25	2	30
PPS	1	0	1	0	12	0	14
DEM	0	0	1	0	7	1	9
PSB	0	0	2	0	29	2	33
PDT	0	0	2	0	15	3	20
PR	0	1	0	0	11	2	14
PSD	1	0	2	0	21	1	25
PV	0	0	2	0	8	2	12
PHS	0	0	1	0	1	1	3
PP	0	0	3	0	9	3	15
PRB	0	0	2	1	13	1	17
PTB	0	0	0	0	5	2	7
REDE	0	0	1	0	22	5	28
PC do B	0	1	1	0	12	1	15
PMB	0	0	0	0	5	1	6
PMN	2	1	1	0	4	1	9
PSC	0	0	2	0	5	0	7
PT	1	0	3	0	44	4	52
PTN	0	0	0	0	2	1	3
SD	0	0	2	0	6	2	10
NOVO	0	0	0	0	1	0	1
PCB	0	1	1	0	1	0	3
PCO	1	0	3	0	8	1	13
PEN	0	0	2	0	6	1	9
PPL	2	0	2	0	9	1	14
PROS	0	0	1	0	4	1	6

PRP	0	1	1	0	1	0	1	0	3
PRTB	1	0	0	0	5	1	5	1	7
PSDC	0	0	2	0	4	2	4	2	8
PSL	0	0	2	0	2	1	2	1	5
PSOL	1	0	4	2	62	6	62	6	75
PSTU	2	0	2	0	23	2	23	2	29
PT do B	0	0	0	0	4	2	4	2	6
PTC	0	0	0	0	3	3	3	3	6
<b>Total Geral</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>50</b>	<b>3</b>	<b>409</b>	<b>60</b>	<b>409</b>	<b>60</b>	<b>540</b>

Fonte: O autor com dados do TSE

